

HISTÓRIAS DA COLONIZAÇÃO DE PALMITOS

Equipe do Projeto
Texto: Marcos Batista Schuh
Organização: Mirian Carbonera
Pesquisa: Josiane Roza de Oliveira, Leandro Gasperini,
Marcos Batista Schuh, Mirian Carbonera

Colaboradores de Palmitos: Arli Silvana Orsolin,
Cristy Ana Lucca, Darlise Vaccarin Fadanni, Gilson Gugel, Heide Biehl,
Itelvina Luiza dos Santos, Lenemar Lúcia Penso Fraporti, Lilian N. Rubert,
Magali Otto, Noemia L. Pretto, Norberto Paulo Gonzatti, Rolf Biehl,
Salete Rodrigues, Sandra Felchicher, Simone Mior.

Revisão Ortográfica: Carlos Pace Dori
Projeto Gráfico e Capa: Hilario Junior dos Santos
Imagem da capa: Transporte de fumo em Palmitos (SC), na década de 1950.
“Em Memória de Martha Daenecke Hübner”.
Doação: Carli Roger Bortolanza.

Governo Municipal de Palmitos
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Prefeito: Norberto Paulo Gonzatti
Vice-Prefeito: José Roberto Gomes
Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Lenemar Lúcia Penso Fraporti



Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Pró-Reitoria de Pesquisa, extensão e Pós-Graduação
Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

Reitor: Odilon Luiz Poli
Vice-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação:
Maria Luiza de Souza Lajus
Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera
Coordenador do PEC: André Luiz Onghero
Equipe do CEOM: Ademir Salini, Aline Burgel, Aline Maisa Lubenow,
Amanda de Souza, André Luiz Onghero, Daiane Wagner,
Denise Adriana Argenta, Douglas Satirio da Rocha, Elisandra Forneck,
Enelice Aparecida Pansera, Fernanda Arno, Jessica Milkievicz,
Marcia de Fátima Bombana, Mirian Carbonera, Patrícia Heffel,
Rosa Manssur Puntel, Vanessa Sgarbi

Marcos Batista Schuh

HISTÓRIAS DA COLONIZAÇÃO DE PALMITOS


UNOCHAPECÓ
Chapecó, 2011

Ficha catalográfica elaborada por
Joseana Foresti CRB 14/536

981.64 Schuh, Marcos Batista
S385h Histórias da colonização de Palmitos / Marcos Batista
Schuh. - - Chapecó : CEOM/Unochapecó, 2011.
190 p. : il. ; 23 cm.

1. Palmitos (SC) - História. 2. Santa Catarina - História.
I. Título.

CDD 21 - - 981.64

Direitos autorais reservados ao
Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/UNOCHAPECÓ)

SUMÁRIO

Apresentação/7

Introdução/9

Capítulo I
Organização administrativa
e ocupação do espaço/11

Capítulo II
Mãos de trabalhar/53

Capítulo III
Os tempos da religiosidade e do lazer/91

Capítulo IV
Escolas, alunos e aprendizagens/129

Capítulo V
Das dores do corpo e de seu alívio/147

Capítulo VI
Das águas em fontes termais /163

Referências/181

Anexo/189

APRESENTAÇÃO

Um começo, várias histórias, muitas realizações, uma grande conquista. Trabalho planejado. Mato derrubado, lavouras cultivadas, muitas negociações, alguns comprando e alguns vendendo. Pessoas chegando e um povo se formando. Desta forma, nasce um pequeno município chamado Palmitos.

A essência do povo palmitense está nas diferentes histórias que movimentam a colonização e a emancipação político-administrativa do município, suas conquistas e suas derrotas. Uma caminhada de longos anos. Histórias contadas, registradas para que não se percam com o tempo.

O livro *Histórias da Colonização de Palmitos* registra relatos de pessoas que ajudaram a construir os primeiros pilares deste município. Nas histórias que contam, está explícito o amor pela terra habitada, que aos poucos dá vida a então chamada sociedade palmitense. E, com registro de emancipação, Palmitos demarca espaço e localização no mapa do estado de Santa Catarina.

A obra oferece ao leitor a oportunidade de conhecer, em diferentes relatos, a composição da história de Palmitos, sua existência a partir de suas origens. Marcas que nem o tempo terá forças de apagar. Uma leitura histórica e, no entanto, prazerosa, pois diversifica seu conteúdo, trazendo fotos e entrevistas de pessoas que fazem parte da colonização e emancipação político-administrativa do município de Palmitos.

Compromissada com as raízes do município e com a preservação da história do desbravamento, a Prefeitura Municipal de Palmitos, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, disponibiliza o livro *Histórias da Colonização de Palmitos*. Assim, a história do município estará acessível à leitura de todos, oportunizando aos filhos dessa terra, aos munícipes e aos simpatizantes o retorno às lembranças de um tempo que marca o início de uma grande conquista.

Lenemar Lúcia Penso Fraporti

Secretária Municipal de Educação de Palmitos

Darlise Vaccarin Fadanni

Coordenadora Pedagógica

INTRODUÇÃO

O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó) apresenta o livro *Histórias da Colonização de Palmitos*, resultado de um trabalho coletivo que buscou estudar, registrar e narrar elementos da história do município de Palmitos (SC).

A partir de um projeto desenvolvido pelo programa Patrimônio-Escola-Comunidade (PEC) em 2004, quando foi realizada uma pesquisa que incluía o estudo de documentos históricos, o registro de memórias por meio de entrevistas e produção de relatório, a presente obra procura despertar no leitor as vivências, as experiências, as lutas, as alegrias, as dificuldades e as conquistas que fizeram parte das histórias de Palmitos.

O recorte temporal desta obra situa-se na primeira metade do século XX, sendo protagonizada principalmente pelos colonizadores europeus ou seus descendentes, pelos brasileiros e pelos indígenas. É fato que essa região havia sido habitada muito tempo antes do período abordado, ficando evidente nas dezenas de sítios arqueológicos pré-históricos já registrados por diferentes pesquisadores. Esses vestígios contam a história de um período distante, mas

não menos importante, e fazem parte da memória local e nacional, sendo protegidos por legislação federal. Embora nesse momento a história desses grupos não seja privilegiada, consideramos importante lembrá-la.

Por meio da análise e da interpretação das fontes históricas, o autor apresenta parte do tempo e dos costumes passados, abordando temas como colonização, trabalho, educação, religiosidade, lazer, entre outros. É claro que, como disse o antropólogo Claude Lévi-Strauss (2008, p. 31) um fato ou um evento é representado de formas diferentes, pois cada sujeito ao reproduzi-lo ou ao narrá-lo, o fará a seu modo, conforme sua experiência vivida. Assim, o historiador, por exemplo, pode expandir uma experiência particular para as dimensões de uma experiência coletiva, de modo que ela se torne, por essa razão, acessível enquanto experiência de homens de outras terras ou de outros tempos.

Esta obra demonstra a riqueza das histórias locais e também contribui para valorizar e para preservar a memória, a história e o patrimônio cultural de Palmitos. A pesquisa que subsidiou a produção deste livro também reuniu imagens, documentos e fontes orais, que encontram-se à disposição para futuros trabalhos. Gostaríamos de enfatizar que nós, pesquisadores, não criamos nem personagens nem fatos; no máximo, os “descobrimos”, fazendo-os sair da sua invisibilidade.

Mirian Carbonera

Responsável pelo CEOM/UNOCHAPECÓ

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Quando eu entrei ali no mato, sabe, a gente só olhava, olhava prá cá, olhava pra lá e só mato, tudo mato, eu não consegui mais voltar, eu queria voltar. Havia muito mosquito sabe, muito mosquito. (OTTO, 2001a).

O município de Palmitos foi criado pela lei estadual n. 133, de 30 de dezembro de 1953, juntamente com diversos outros municípios desanexados de Chapecó. Quando da criação, Palmitos abrangia os atuais municípios de Palmitos, Cunha Porã e Maravilha. Apesar de ser criado em 1953, o município foi efetivamente instalado em dois de março de 1954.

Hoje, o município possui os seguintes limites: ao Sul, com o estado do Rio Grande do Sul; a Leste com o município de São Carlos e Cunhataí; ao Norte com o município de Cunha Porã; e a Leste com o município de Caibi.

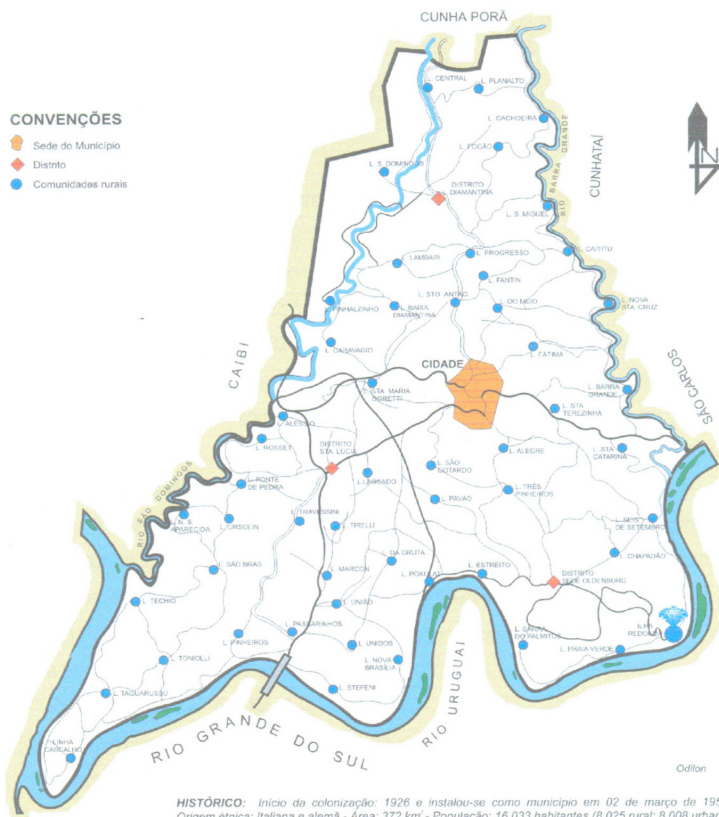


Figura 1 – Município de Palmitos

Fonte: Palmitos ([19--a]).

O oeste catarinense, na forma como hoje é conhecido, passa a existir a partir do fim das disputas do Contestado, em 1916, e com a criação dos municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó, no ano de 1917. Na década de 1920 são instaladas na região as primeiras companhias colonizadoras. Grande parte das terras da região oeste de Santa Catarina, incluindo o atual município de Palmitos, estava em posse da

Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda., sendo esta responsável pela comercialização dos lotes e pela abertura de estradas que os ligassem ao núcleo urbano e a outros núcleos.

Pertencente ao município de Chapecó, Palmitos é elevada a distrito ainda em 1921, sendo sua sede localizada em Cascalho, à margem direita do rio Uruguai, sudoeste do atual município de Palmitos. Segundo Piazza (1994, p. 315):

Palmitos, criado distrito, integrante do município de Chapecó, com sede no lugar 'Oeste', com a denominação 'Henrique Rupp Junior', pela lei municipal n. 45, de 19 de junho de 1921, desmembrado do antigo distrito de Marechal Bormann, hoje Chapecó. Pela lei municipal n. 26, de 10 de março de 1922, passou a chamar-se 'Cascalho' [...].

A sede do distrito permanece em Cascalho por 17 anos. Ali cresceu um pequeno vilarejo onde foi instalada uma balsa para a travessia do rio Uruguai, permitindo que as pessoas tivessem grande ligação com o Rio Grande do Sul.

Em 1938, pelo decreto lei estadual n. 86, de 31 de março de 1938, o distrito é elevado à condição de vila, sendo sua sede transferida para Passarinhos. Com a mudança da sede, muda também a balsa, o que aumentou a ligação do distrito com o Rio Grande do Sul, pois a cidade de Iraí (RS) está localizada na outra margem do rio Uruguai.

Em 1953 a vila é elevada à condição de município, sendo o nome alterado para Palmitos e a nova sede é construída onde se localiza até hoje.

Apesar de ser criado pela lei estadual n. 133, de 30 de dezembro de 1953, o município de Palmitos foi efetivamente instalado em dois de março de 1954. Tendo alcançado a emancipação, os habitantes começam a pensar em todo o processo

de organização da municipalidade. Como ocorreria eleição em outubro, foi designado um governo provisório, assumido por Olavo Spalding de Souza.

Realizadas as eleições em outubro, o primeiro prefeito eleito do novo município, Avelino Alves Triches (UDN), assume o cargo em novembro de 1954. São eleitos como vereadores Antônio Capoani (UDN), Frederico Einloft (PSD), Arlindo Licks (UDN), Artur Ferronato (PSD), Arnaldo Crambert (UDN), Laudelino Correia (UDN) e Arlindo Trebien (PSD).

Segundo documento da prefeitura municipal de Palmitos:

No início, eram sete vereadores que representavam o povo no legislativo. Foi assim de 1955 até 1973, quando assumiram pela primeira vez nove vereadores. Em 1983, ocorre uma nova mudança, passando para onze os representantes do povo palmitense, situação que permaneceu até 2005, quando voltou a ser nove os vereadores, depois de uma mudança na legislação federal. As mulheres demoraram muito tempo para serem eleitas para um cargo eletivo no município. Somente em 1997, foram eleitas as primeiras mulheres. Desde então, as mulheres não deixaram de compor o legislativo. A legislatura 2001-2004 foi a mais feminina da história, com quatro representantes.

Relacionamos, a seguir, a lista de prefeitos e vereadores que ocuparam as cadeiras do executivo e do legislativo de Palmitos até o momento.

PREFEITOS

02/03/1954 a 15/11/1954

– Prefeito (provisório): Olavo Spalding de Souza;

15/11/1954 a 15/11/1959

– Prefeito: Avelino Alves Triches (UDN);
15/11/1959 a 04/07/1962
– Prefeito: Otto Trennephol (PSD);
04/07/1962 a 17/10/1962
– Prefeito: Zílio Pietro Biazi (UDN);
17/10/1962 a 15/11/1964
– Prefeito: Otto Trennephol (PSD);
14/11/1964 a 31/01/1966
– Prefeito (mandato tampão): Pércio Lucca (UDN);
31/12/1966 a 31/01/1970
– Prefeito: Paulo Eduardo Máximo Muller (PSD);
31/12/1970 a 31/01/1973
– Prefeito: Aluíno Knapp (ARENA);
Vice: Sigisfredo Norberto Resener (ARENA);
31/12/1973 a 01/02/1977
– Prefeito: Darci Aléssio (ARENA);
Vice: Euclides Secchi (ARENA);
01/02/1977 a 04/02/1982
– Prefeito: Nilson Rigoni (PDS);
Vice: Sigisfredo Norberto Resener (ARENA);
04/02/1982 a 01/01/1989
– Prefeito: Celso Tadeu Lucca (PDS);
Vice: Leonir Dacroce (PDS);
01/01/1989 a 01/01/1993
– Prefeito: Celso Knapp (PMDB);
Vice: Antônio Fiorese Sobrinho (PMDB);
01/01/1993 a 01/01/1997
– Prefeito: Antônio Fiorese Sobrinho (PMDB);
Vice: Clovis Beskow (PMDB);
01/01/1997 a 01/01/2001
– Prefeito: Elmo Fiegembaum (PMDB);
Vice: Celso Tadeu Lucca (ARENA);
01/01/2001 a 31/01/2005
– Prefeito: Ademar Henchen (PSDB);
Vice: Antenor Rigoni (PFL);
01/01/2005 a 31/12/2008
– Prefeito: Celso Knapp (PMDB);
Vice: Darcy Ângelo Bortolotti (PT);
01/01/2009 a 2012

– Prefeito: Norberto Paulo Gonzatti (PP);
Vice: José Roberto Gomes (DEM).

VEREADORES

Legislatura 1955-1958: Antônio Capoani (UDN), Frederico Einloft (PSD), Arlindo Licks (UDN), Artur Ferronato (PSD), Arnaldo Crambert (UDN), Laudelino Correia (UDN) e Arlindo Trebien (PSD).

Legislatura 1959-1962: Pércio Lucca (UDN), Paulo Muller (UDN), Zílio Biasi (UDN), Arlindo Rebelatto (UDN), Francisco Reck (PSD), Ivan Mussnich (PSD) e Aluíno Knapp (PSD).

Legislatura 1963-1966: Johannes Schlee (UDN), Pércio Lucca (UDN), Helmuth Baiestorf (UDN), Homero Franco (PSD), Domingos Turcato (PTB), Neri Blanger (PSD) e Paulo Muller (UDN).

Legislatura 1967-1969: Pércio Lucca (ARENA), Miguel Rabello (ARENA), Francisco Reck (ARENA), Frederico Einloft (ARENA), Werner Trennephol (ARENA), Floriano Friedrich (MDB) e Johannes Schlee (MDB).

Legislatura 1970-1972: Euclides Secchi (ARENA), Oguídio Peiter (ARENA), Werner Dremer (ARENA), Sílvio Muller (ARENA), Faustino Piccini (ARENA), Nelsi Mittmann (MDB), Jacinto Araldi (MDB).

Legislatura 1973-1976: Pércio Lucca (ARENA), Antonio Blanger (ARENA), Edito Hirsch (ARENA), Sílvio Muller (ARENA), Eugênio Timm (ARENA), Elmo Fiegenbaum (MDB), Nilson Lazzari (MDB), Alvin Neuenfeldt (MDB) e Jacinto Araldi (ARENA).

Legislatura 1977-1982: Aluíno Knapp (ARENA), Pércio Lucca (ARENA), Darci Teló (ARENA), Darci Tremarim (ARENA), Ângelo Cu-

lau (ARENA), Agídio Bratz (MDB), Alvin Neuenfeldt (MDB), Nadir Gambatto (MDB) e Ervino Hann (MDB).

Legislatura 1983-1988: Alamir Bridi (PFL), Odacir Valdameri (PDS), Antonio Blanger (PDS), Antenor Rigoni (PDS), Jurandir Felchilcher (PDS), Ademar Lazzari (PMDB), Egon Simm (PDS), Marcial Trilha (PMDB), Irmando Schappo (PMDB), Alfredo Muller (PMDB) e Enio Stahloffler (PMDB).

Legislatura 1989-1992: Alamir Bridi (PDS), Odacir Valdameri (PDS), Larri Jappe (PDS), Antenor Rigoni (PDS), Ademar Lazzari (PMDB), Clóvis Beskow (PMDB), Gilberto Doss (PMDB), Irmando Schappo (PMDB), Ângelo Bonametti (PMDB), Enio Stahloffler (PMDB) e Odacir Chini (PDS).

Legislatura 1993-1996: Nelson Breuning (PMDB), Edgar Picon (PMDB), Alfredo Bauermann (PMDB), Vilson Sangalli (PRN), Ovídio Sgarbi (PMDB), Luiz A. Cavalleri (PDS), Ilui Walter (PMDB), Odacir Valdameri (PDS), Irineu Valdameri (PT), Larri Jappe (PDS) e Alamir Bridi (PDS).

Legislatura 1997-2000: Nelson Breuning (PMDB), Edgar Picon (PMDB), Loreci Wahlbrink (PMDB), Luiz A. Cavalleri (PPB), Ilui Walter (PMDB), Irineu Valdameri (PT), Aloízio Herbes (PPB), Antenor Rigoni (PFL), Andréia Signori (PT), Ademar Lazzari (PMDB) e Leonir Dacroce (PPB).

Legislatura 2001-2004: Aloízio Herbes (PPB), Claudete Rosset (PMDB), Edgar Picon (PMDB), Loreci Wahlbrink (PMDB), Loricinei Orsolin (PT), Márcia Hirsch (PPB), Valcir Dalla Rosa (PPB), Rudi Feyh (PMDB), Milton Frank (PPB), Mário Peiter (PMDB) e Luiz A. Cavalleri (PPB).

Legislatura 2005-2008: Edgar Picon (PFL), Márcia Hirsch (PL), Mário Peiter (PMDB), Rudi Miguel Feyh (PMDB), Norberto Paulo Gonzatti (PP), Gelson Carlos Bridi (PP), Alencar Fiegenbaum (PMDB), Jair José Schena (PT) e Jandira Rogério (PP).

Legislatura 2009-2012: Jair José Schena (PP), Mário Peiter (PMDB), Gelson Lazzare (PSDB), Alencar Fiegenbaum (PMDB), Volmar Gandolfi (PMDB), Jirlei Madril Pereira (PT), Dair Enge (PMDB), Márcia Rejâne Hirsch (PR) e José Carlos Vidori (PP).

1.1 O núcleo colonial

Relacionadas as pessoas que ocuparam o executivo e o legislativo do município de Palmitos, vamos retornar ao início do processo de ocupação desse lugar situado as margens do rio Uruguai. A colonização, segundo Renk (2000a, p. 81), remete ao “processo de retalhamento das áreas em glebas de 24 hectares, a chamada colônia, vendida aos pequenos agricultores”. As terras recém-anexadas ao estado catarinense deviam ser ocupadas, tornadas produtivas. Agricultores deveriam ser trazidos de outros lugares em que já houvesse escasseamento de terras para adquirirem lotes. A forma de ocupação, que já há muito havia se mostrado eficiente em outros lugares do país, era a concessão das terras para particulares, que deveriam fazer a comercialização das colônias, instalando núcleos coloniais.

A partir da lei de terras de 1850, ocorre uma ruptura com um mecanismo de ocupação das terras que não mais respondia as necessidades do estado, a sesmaria, e a constituição de um dispositivo que garantisse a fixação dos indivíduos em uma extensão de terras demarcadas, medidas e

limitadas. A lei 6129/1876 impulsiona a imigração europeia, regulamenta e define a forma de como a ocupação das terras consideradas devolutas – pertencentes ao estado – deveriam ser ocupadas. Não bastava simplesmente comercializar lotes de terras, era necessário garantir as condições mínimas para que os espaços fossem efetivamente ocupados, que as pessoas ali se fixassem e começassem uma nova vida, um novo povoado que deveria se expandir como ocorrera já há muito nas colônias do Rio Grande do Sul com a vinda de imigrantes europeus, os colonos, designação dada aos trabalhadores rurais das colônias.



Figura 2 – Vista da atual sede do município de Palmitos, em 1928
Fonte: Palmitos (1928).



Figura 3 – Vista da atual sede do município de Palmitos, em 1930

Fonte: Palmitos (1930).

A colônia, na forma de núcleo colonial, era considerada a melhor forma de ocupação de áreas de terras devolutas. As colônias eram chamadas de núcleos, porque o processo iniciava com a formação de um pequeno povoado em área mais central, a partir da qual ocorria a expansão em direção as terras mais interioranas. Os decretos e leis referentes ao processo de ocupação do solo expedidos no período republicano centram-se cada vez mais na instalação e na forma de ordenamento de núcleos coloniais. Assim, durante a segunda metade do século XIX várias colônias foram instaladas no Sudoeste e Sul do País.

Para a criação do núcleo:

[...] os colonizadores devem proporcionar aos imigrantes tanto os meios econômicos como morais, religiosos e sociais, para que, desde logo, se possam considerar e sentir como que em casa própria, colaboradores da economia nacional e verdadeiros cidadãos da sua nova Pátria, com direitos a exercer e deveres a cumprir. (BECKER, 1939).

Mas não podiam ser apenas números de indivíduos deslocáveis. Eles deviam ser cidadãos, “com direitos a executar e deveres a cumprir”. Esses indivíduos deviam estar fixados em locais que oferecessem as condições mínimas para produzir o sistema de relações necessário para a existência de uma população ordenada, organizada, distribuída, em comunicação, ou seja, “verdadeiros cidadãos de sua nova pátria” ou de seu novo núcleo.

Nas palavras do arcebispo metropolitano de Porto Alegre, em 1939:

A colonização de imensas terras ainda não povoadas constitui um poderoso fator econômico e cultural do país. A produção natural, as riquezas absconditas no sub-solo, o trabalho manual industrializado constituem poderosas fontes de riqueza, cujo aproveitamento a economia política deve abrir e aproveitar. (BECKER, 1939).

Mas outras preocupações, que não apenas o aproveitamento econômico, figuram no decreto governamental¹ referente à “organização de núcleos coloniais no país” em 1939. Preocupações que ultrapassam a simples ocupação, extração ou produção. Segundo este documento:

Núcleo Colonial é uma reunião de lotes, medidos e demarcados, constituindo um grupo de pequenas propriedades rurais, cuja formação poderá ser promovida pela União, pelos Estados e municípios e por Empresas de viação férrea ou fluvial, Companhias, associações, ou por particulares, reservando-se o Ministério da Agricultura o

¹ Parte deste decreto foi transcrito por Oscar Ramos, constando em anexo ao texto “Colonização do Brasil”. Segundo o autor, “Nota: Este Decreto-Lei, que foi publicado a 10 do corrente, no Rio de Janeiro, nos veio transmitido em linhas gerais pelo telegrafo.”

direito de inspecioná-los, embora os fundadores gozem ou não os auxílios oficiais, de acordo com o decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938.

Os Núcleos Coloniais serão estabelecidos em zonas rurais, desde que reúnam as seguintes condições:

- a) Situação climaterica e condições agrologicas exigidas pelas culturas da região;
- b) Constituição física e composição natural que representam os tipos principais de terras apropriadas às culturas da região;
- c) Localização em ponto próximo do centro de população servida por estrada de ferro, rodovia ou companhia de navegação;
- d) Salubridade;
- e) Existência de cursos permanentes de água ou sistema de açudagem para irrigação e outros misteres agrícolas;
- f) Área nunca inferior a 1.000 hectares de terras de culturas e cultiváveis, salvo casos especiais, em que seja conveniente o aproveitamento de terras da União, não podendo ser estabelecido nenhum núcleo colonial sem que tenha sido demarcado.

A regulamentação sobre a formação de núcleos coloniais, iniciada ainda no período imperial, se estende por quase um século, sendo os ajustes das leis dirigidos muito mais para a forma de comercialização e para a definição das responsabilidades dos órgãos governamentais e das empresas que instalam os referidos núcleos.

1.2 Companhia Colonizadora

Na região que compreendia o “velho Chapecó²”, a partir da década de 1920, várias companhias colonizadoras se instalam, entre elas a Bertaso e Maia, criada em 1918, a Isaac Pan & Vargas, em 1921, e a Companhia Territorial Sul Brasil, em 1925. As companhias assumem o acordo feito anteriormente entre a Brazil Development – empresa que recebe a primeira concessão de terras do estado – e o Governo do Estado de implantar núcleos coloniais na região de matas do oeste catarinense, abrindo estradas que interligassem os núcleos. Mas não é mais da Europa que chegam os indivíduos considerados ideais para ocupar as terras que a Companhia está vendendo, é das colônias do Rio Grande do Sul, ou seja, das colônias velhas.

Engenheiros são destinados pelo Estado para demarcar os lotes das Companhias³. Engenheiros são contratados pelas colonizadoras para dirigirem a colonização. Engenheiros para traçar limites, divisas, definir a localização dos núcleos, efetuar a demarcação dos lotes, cuidar das vendas, das propagandas.

E em meio a isto, um lugar à margem do rio Uruguai. As terras da Companhia Sul Brasil.

2 O município de Chapecó, na sua criação, englobava todo o oeste catarinense, sendo Joaçaba seu limite a leste e a fronteira com a Argentina seu limite a oeste.

3 É o caso do engenheiro Wanceslau de Souza Breves, designado em 1920 – pelo então secretário da Fazenda Adolpho Konder – para demarcar as terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, em Chapecó.

hectares, sendo o restante pago em serviços de prospecção e medição dos lotes a serem vendidos (WERLANG, 1992).

Em 1926, a Companhia Territorial Sul Brasil contrata o engenheiro Carlos Culmey para executar o plano de colonização das terras que recebera, por concessão, no oeste do estado de Santa Catarina.

Nascido em 19 de junho de 1879, em Neuwied, na Rhenania, Carlos Culmey se forma em engenharia civil aos vinte anos. Em seguida vem ao Brasil, onde decide se instalar. Volta à Alemanha apenas para se casar e retornar ao Brasil com a esposa. Em 1901 já trabalhava na atividade de colonização no Rio Grande do Sul, conforme consta no livro de memórias escrito por sua filha Tutz Culmey Herwig:

Cito aqui em ordem cronológica todas as colônias fundadas por meu pai, Carlos Culmey, durante sua longa atividade de colonizador:

No Estado do Rio Grande do Sul, 1901

Serro Azul – hoje Cerro Largo; Boa Vista (Santo Cristo); Sete de Setembro – entre 1916 e 1918

Misiones, Argentina, 1919

San Alberto; Cunha Porã; Puerto Rico; Capiovy; Monte Carlo

Santa Catarina, Brasil, 1926

Palmitos; São Carlos; São Domingo; Iracema (hoje Riqueza); Aguinhas; Cunha Porã; Saudades; Pinhalzinho; Maravilha. (HERWIG, 1987, p. 17).

Sob a direção de Culmey, as terras da Companhia Sul Brasil foram organizadas em núcleos que pudessem oferecer aos seus novos habitantes as condições mínimas, de modo a:

[...] abrigar os diferentes credos religiosos. Os alemães evangélicos estiveram destinados aos núcleos de Palmitos e Cunha Porã, áreas contíguas, e à fração russa coube o núcleo de Riqueza. Os alemães católicos, incluindo os

alemães-russos, inicialmente, foram encaminhados a São Carlos e Saudades. Os italianos seriam localizados na área próxima ao Rio São Domingos, atual Caibi. No início, essa divisão confessional foi seguida à risca. (RENK, 2000b, p. 96).

Se a divisão confessional era seguida à risca pela Companhia, estabelecendo divisas entre os credos, a mesma lógica não era utilizada por quem revendia pequenos lotes da terra adquirida da companhia. Os lotes eram revendidos, independente da profissão de fé do comprador. Quando da criação da Paróquia de São Carlos Borromeu, em 1931 – abrangendo os hoje municípios de São Carlos, Palmitos, Caibi, Cunha Porã, Iraceminha, Maravilha, São Miguel da Boa Vista e Saudades – com sede na então vila de São Carlos, utilizando praticamente os mesmos limites das terras da Companhia Territorial Sul Brasil, todos os núcleos que comporiam a referida paróquia foram pela prelazia considerados católicos com contingentes, maiores ou menores, de não católicos. Em 1951, o pároco de São Carlos, padre José Buse, em relatório da visita pastoral de dom Carlos Eduardo e fazendo breve histórico da paróquia, registra no livro tomo:

Pela Companhia Sul Brasil ficou a nossa zona repartida em três partes a saber: a região de São Carlos para os teuto-brasileiros católicos; a de Palmitos para os teuto-brasileiros protestantes, e a de Santa Lúcia etc. para os ítalo-brasileiros. Mas pouco a pouco os colonos ítalo-brasileiros compraram muitas colônias na zona de Palmitos, e hoje já existem no povoado e redondeza de Palmitos mais que oitenta famílias.⁴

4 Livro Tombo da Paróquia de São Carlos Borromeu. Mar. 1951. p. 36b.

Iniciando seus trabalhos em 1926, a Companhia Territorial Sul Brasil instala sua sede em Cascalho, tornado distrito de Chapecó no mesmo ano. A sede do distrito, nesse período, possuía todo o aparato considerado fundamental para a ocupação, possuindo, inclusive, uma barca feita de grandes pranchas de madeira e amarrada a uma espia de aço que atravessava o rio, na qual podiam ser transportados tanto pessoas quanto automóveis e carroças. Carlos Teixeira da Rosa, nascido no distrito de Cascalho, no ano de 1932, fala de todo aparato que havia no distrito: “[...] depois tinha hotel velho, que já foi abandonado, tinha a igreja, tinha várias coisas que eu me lembro, eu era um guri com dez anos de idade.” (ROSA, CARLOS TEIXEIRA DA, 2004).

A Companhia desencadeia um grande trabalho de divulgação para a venda de terras nas “colônias velhas”, nomeação atribuída aos núcleos originários do Rio Grande do Sul. Para a região de Palmitos são encaminhados, pelo menos durante os primeiros anos, os alemães evangélicos. Em propaganda distribuída nos núcleos riograndenses, a Companhia Territorial Sul Brasil ressalta o desenvolvimento do distrito. “O povoamento está em permanente e rápido desenvolvimento; em Cascalho já se encontram várias repartições públicas, tais como Intendência (Prefeitura), Coletoria (Exatortia) e Cartório – este último especialmente importante por causa das escrituras.” (SCHREINER, 1996, p. 56).

Estas escrituras eram concedidas aos colonos apenas no momento em que quitavam o pagamento das terras para a companhia. Muitos deles tiveram sérios problemas para quitar sua dívida, pois quando chegaram às terras recém-adquiridas não havia roça, apenas mato. Tudo estava por fazer: a derrubada, a roçagem, o fogo. Não havia como tirar todos os troncos de madeira de lei. Muitos ficavam dias a

arder, até que o fogo as consumisse por completo. Feito isso, a terra estava pronta para o primeiro plantio, com sementes mirradas que haviam conseguido trazer das colônias velhas do Rio Grande do Sul ou adquiridas da companhia.

A divisão em lotes das terras da Sul Brasil obedecia a um regime hidrográfico. Fazia-se um levantamento prévio de todos os cursos d'água e, a partir destes, se fazia o traçado dos lotes. Segundo Werlang:

De cada leito do rio partiam os lotes das duas margens até se encontrarem com os lotes de outros leitos, formando assim, uma divisa seca, denominada de 'travessão'. O travessão dividia pelo meio as terras existentes entre dois rios. A partir daí, as terras eram divididas em lotes de 25 a 35 hectares em média. A forma do terreno, normalmente retangular, dependia da distância dos leitos dos rios entre si. Quanto maior era a distância entre os rios, mais comprido e estreito era o lote. (WERLANG, 1992, p. 56).

Cascalho está localizado a sudoeste das terras da companhia. Em 1929, todas as terras ao redor da sede estavam vendidas, muitas delas haviam sido adquiridas em grandes lotes e seus novos proprietários as estavam revendendo. A direção da companhia decide mudar o local da sede. Muda-se a sede da companhia para Passarinhos, sete quilômetros acima, igualmente às margens do Uruguai. Com a mudança da companhia, segue também a sede do Distrito, a coletoria, a igreja, o hotel, a Intendência, o cartório e a barca:



*Figura 5 – Passarinhos, à margem do rio Uruguai,
vista do Rio Grande do Sul, em 1932
Fonte: Palmitos (1932).*



*Figura 6 – Castelinho, casa de Carlos Culmey em Passarinhos
Fonte: Palmitos ([19--a]).*



*Figura 7 – Castelinho, casa de Carlos Culmey em Passarinhos
Fonte: Palmitos ([19--b]).*

[...] e aqui tem só o porto agora, do tempo que tinha barca aqui. Era pra ser aqui em Cascalho, era pra ser uma cidade, tinha muitos que tinham lotes comprados, ali tinha igreja, ali tinha hotel, depois quando saiu aquela barca lá, foram todos embora, deixaram até os lote... abandonaram tudo... Tinha cartório aqui... (TOMAZ, 2004).

Cascalho ficou abandonada de sua estrutura distrital. Como as construções eram em madeira e este material era farto na região, muitas casas permanecem no local, abandonadas, pois era mais fácil construir em Passarinhos com madeira nova do que desmanchar os prédios em Cascalho para deslocá-los. “Ficou gente morando mas não eram donos, o pessoal saiu e deixaram... Até tinha um hotel grande que quando deu o dilúvio inundou tudo de água, então tinha algumas pessoas naquelas casas velhas”. (ROSA, CARLOS TEIXEIRA DA, 2004).

Em Passarinhos, Culmey construiu o que em todas as redondezas ficou conhecido como “castelinho”, casa em que morou pelo resto de sua vida. Construção ampla, instalada numa elevação do terreno à margem direita do rio Uruguai, no local foi instalada a barca deslocada de Cascalho.

Durante os anos em que papai fundou as colônias Palmitos, São Domingos, Iracema e São Carlos, resolveu mudar a sede para Passarinhos, onde estaria menos envolvido com os outros e teria mais liberdade de ação. Foi assim que o seu antigo sonho, de ter o castelinho no Rheno, tornou-se realidade em solo brasileiro. Lá estava ele, no alto do morro, às margens do Rio Uruguai, dominando a encantadora paisagem. A moradia, em estilo de castelo, tinha 20 quartos, todos em cedro. As colunas de mármore que sua filha queria construir em Monte Carlo, papai mandou fazer em madeira, chamada ‘pau-de-ferro’. A casa era cercada por terraços, adornados de roseiras, que davam até o rio. O acesso do porto até a casa, chamadas pelos habitantes da redondeza de ‘castelo’, era emoldurada dos dois lados por ameixeiras. Mamãe havia plantado os caroços ao retornar da nossa famosa lua-de-mel. Eram das ameixas que saboreamos durante a viagem. Já os havia plantado em Cascalhos, e por ocasião da construção da nova casa, transplantou as mudas ao longo do caminho. (HERWIG,1987, p. 69).

Em 1937 muda mais uma vez a sede do distrito e da companhia com todo seu aparato. Desta vez saem das margens do rio Uruguai, menos a morada do seu diretor, que ali permanece. A mudança da sede, desta vez, representava a busca de uma área mais central, que facilitasse o acesso às terras a serem ainda vendidas. Passarinhos ficou desguarnecida, assim como o havia ficado Cascalho. A distância da nova sede é, para as pessoas que ocupam a região mais próxima ao rio Uruguai, maior do que a distância até a cidade riogran-

dense de Iraí. E é para essa cidade riograndense que se dirigem os colonos que permanecem morando nas terras catarinenses próximas ao rio, principalmente para a venda de seus produtos e para a aquisição de víveres e de remédios.

Em cada local que a Companhia Territorial Sul Brasil instalava sua sede, a primeira providência era a construção de um barracão para acolher os compradores e os já proprietários, que dali seriam conduzidos aos seus lotes.

Vinha pelo Rio Grande, e aqui em baixo tinha um galpão grande que a companhia tinha construído, que quando chegava os imigrante, então eles acampavam tudo aí, tinha aqueles borralho de fogo assim... Tinha três ou quatro repartição naquele galpão, então se dividiam... daí depois o finado primo é que transportava eles, o alemão católico ia pra São Carlos, o alemão evangélico ia pra Palmitos, os russos iam pra Riqueza aqui em baixo perto de Mondai, e o católico... o gringo católico ficava por aqui na região, São Carlos, Palmitos, era tudo separado. Depois foram misturando. (FELCHICHER, 2004).

Como a sede da Companhia Territorial Sul Brasil estava localizada no núcleo colonial de Palmitos, era esta passagem quase obrigatória para quem dela quisesse adquirir ou tivesse adquirido terras em algum dos núcleos instalados pela companhia. Ou seja, para Palmitos se dirigiam tanto os colonos que iam se instalar ali quanto aqueles que iriam se instalar nos núcleos de São Carlos, São Domingos (atual Caibi), Saudades, Maravilha ou Cunha Porã.

Em 1939, Carlos Culmey falece, vítima de um acidente de lancha no rio Uruguai em momento de cheia, quando estavam organizando a saída de balsas em Passarinhos, mas os lotes da companhia, já quase todos demarcados, continuam sendo vendidos.

1.3 Comprar terras em Santa Catarina

O projeto de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil, assim como o de várias outras companhias, trouxe do estado vizinho do Rio Grande do Sul a maior parte dos colonos que na região de Palmitos adquiriram terras. No Rio Grande do Sul, as terras já estavam enfraquecidas, pouco produziam e era difícil conseguir algum lote de terras para adquirir. Famílias inteiras se dirigiram para as novas áreas de colonização em Santa Catarina, em busca de terras melhores, de um novo começo. Adélia Rodrigues, moradora de Passarinhos, diz que para ali se dirigiram para “Começar a vida! Começar uma vida nova porque lá estava difícil de viver. As terras não davam mais. Então, a gente procurou terra nova!” (RODRIGUES, 2004).

Com pais em busca de lotes para os filhos recém-casados e famílias grandes, a maioria com dez ou mais filhos, sendo que o trabalho na agricultura era projeto da maioria destes filhos, era preciso providenciar uma área em que estes pudessem desenvolver tal atividade e dali tirar o sustento, constituir família e prover os seus. A noiva levava seu dote constituído de lençóis, travesseiros, cobertas de pena de ganso, panelas e louças, uma máquina de costura, algumas galinhas e uma vaca, enquanto ao noivo cabia providenciar a terra e a casa.

Maria: Ele comprou parece que foi três colônias, mas uma foi pro meu mano, que o meu mano veio na frente casado, então foi direto pra ele né. O pai comprou três colônia.

Marcos: E como é que ele comprou, ele veio conhecer as terras primeiro?

Maria: Ele veio conhecer, quando ele veio conhecer ele comprou, e desceu pra buscar a família. (SIGNORI, 2004).

A companhia colonizadora mantinha propagandistas e agenciadores de colonos nas colônias velhas do Rio Grande do Sul, sendo responsáveis por convencer os colonos dos benefícios de adquirir lotes em Santa Catarina, da fertilidade do solo, dos serviços oferecidos já nestes pequenos núcleos coloniais. Os agenciadores levavam um mapa das terras da companhia, com todos os lotes demarcados e numerados. Muitos dos colonos que vieram se instalar nessas terras sequer conheciam a região, seus morros, seus rios, suas árvores, seus animais e seus insetos, pois adquiriam seu lote por meio do mapa apresentado pelo agenciador.

A viagem para as novas terras era dispendiosa, além de exigir tempo para deslocamento. Quem dispunha de um pouco mais de recurso financeiro fazia a escolha do lote pelo mapa, mas antes de efetuar a aquisição vinha conhecê-lo. Caso gostasse, fazia a aquisição e já tomava as providências iniciais para instalação de sua família.

Muitas vezes, um ou dois homens da família se deslocavam para as novas terras para providenciar a derrubada da mata, preparar o local de construção da casa e abrir as primeiras roças. Só depois seguiam para ali outros membros da família. Pedro Felchicher, morador de Passarinhos, diz que um dos tios veio na frente para abrir roça:

Marcos: Em que ano mais ou menos eles vieram?

Pedro: Vieram em vinte e sete, tinha um tio meu que veio na frente abrir roça e fazer casa né.

Marcos: Então eles já conheciam a terra que eles compraram?

Pedro: É, eles compraram pelo mapa, mas depois já tinham vindo. (FELCHICHER, 2004).

A companhia mantinha, também, vendedores de terras na área a ser colonizada, responsáveis por receber os colo-

nos, apresentar propostas de vendas, sugerir lotes, discutir o contrato. Da mesma forma, a companhia mantinha pessoas responsáveis por levar os colonos para conhecerem os lotes adquiridos pelo mapa ou apresentar as terras para quem até ali se dirigia, para conhecê-las antes da aquisição.

Carlos: O seu marido Helmut Otto, ele ia no mato e mostrava a terra?

Irma: Ele mostrava a terra, mostrava o que tinha.

Carlos: Ele mostrava o que nas terras?

Irma: Ele mostrava o sinal do medido... (OTTO, 2001a).

Alguns colonos eram levados para conhecer as divisas do lote já adquirido por mapa e outros iam conhecer o lote antes de adquiri-lo. Estes, muitas vezes, percorriam vários lotes, adquirindo aquele que mais agradasse. E eram poucos os que vinham para conhecer as terras e não fechavam negócio, seja pela necessidade, seja pelo preço e pelas vantagens prometidas pelo vendedor em nome da companhia.

Vendedores igualmente vindos de terras gaúchas, a exemplo de Fernando Otto e seu filho Helmut: “[Meu sogro] disse que era para ajudar ele a vender a terra da companhia, estar junto com ele, estava só um acampamento, eu e a minha sogra, aquele que vinha comprar terra parava na casa, no nosso acampamento.” (OTTO, 2001a).

Helmut atende ao pedido do pai e se dirige com sua esposa Irma e seu filho para o acampamento improvisado na nova sede da companhia em Palmitos. Dias de viagem levam a família até a localidade de Cascvalho. De Cascvalho até onde hoje é a sede de Palmitos não havia estrada, apenas picadas provisórias por onde não passava sequer a carroça que trazia a mudança. Assim, o que era possível foi carregado

no lombo de mulas, única forma de se chegar até o acampamento. De Cascalho a Palmitos, mais uma pequena viagem de oito horas.

Nós passamos o rio e ali só entrava com os burros, não tinha nada de carroça ou alguma coisa, não tinha nada, não tinha estrada, só as mulas da companhia. [...] O meu filho mais velho estava de 3 meses e daí nós entramos para Palmitos e passamos por Cascalho por uma picada, não estava estrada, só um pique até o acampamento. Ali nós trabalhamos. (OTTO, 2001b).

O acampamento da companhia, localizado onde hoje é a sede do município de Palmitos, era o local no qual os colonos eram recebidos pelo vendedor e onde aguardavam até que alguém os conduzisse ao lote adquirido ou por adquirir. O galpão servia para se proteger da chuva e do frio e para fazer as refeições preparadas por dona Irma e sua sogra, em panelas penduradas num gancho fixo em um tripé improvisado, sob o qual era feito o fogo. A variedade de alimentos por refeição não era muito grande. Os alimentos preparados já eram frutos colhidos nas roças da redondeza, como feijão, mandioca, arroz, milho.

Carlos: Quando o pessoal chegava, vinham comprar terra aqui, a companhia tinha algum lugar que ela deixava esse pessoal?

Irma: Só no Fernando Otto, só tinha aquele lugar, só tinha um galpão e depois fizeram mais um galpão e eles dormiram lá em baixo depois fizeram uma coisa lá em cima. [...] depois nós demos comida, as panelas eram penduradas assim com gancho. Fizemos feijão todo dia, todo dia feijão. [...] Sabe eu tava mais bonita como agora. Eu tava com amizade com todos que entravam para comprar terra, nós cozinhamos feijão, fizemos pão pra eles e tudo isso, nós não tinha cama, tinha só chão e pra fazer

comida tinha só um arame e nós botava as panelas ali e ali nós cozinhava a comida, né. (OTTO, 2001a).

A carne provinha da caça. Quando o animal caçado era pequeno, a carne era preparada toda de uma vez. Quando o animal era maior, a forma de conservar a carne era transformá-la em charque. O processo era simples: eram retirados os pelos do animal por meio de raspagem utilizando água quente e uma faca bem afiada ou retirada toda pele do animal; depois, era feito um corte na barriga, tendo o cuidado de não furar os intestinos para não sujar a carne; retirados os intestinos, a carne era fatiada em pequenas tiras, que eram salgadas e penduradas ao sol, sendo colocados troncos em brasa em torno. A fumaça desprendida defumava a carne, acelerando o processo de secagem, sendo que ao mesmo tempo evitava a aproximação de insetos que poderiam provocar a sua deterioração. Charque feito com “[...] o porco do mato tinha bastante porco do mato, cateto, o pessoal trazia para fazer charque. Matavam, faziam a carne, cortavam, botava no sol e faziam charque, secava e botava no feijão e tudo bom.” (OTTO, 2001a).

Nos primeiros tempos do acampamento, sequer forno de barro havia para a preparação de assados. Mas isso não impedia Irma Otto e sua sogra de providenciarem o preparo dos pães para as refeições. O pão era amassado e colocado na fôrma, sendo outra fôrma fixada em cima. À noite, quando todos se recolhiam em suas camas improvisadas, o pão era colocado no meio das brasas que restavam do fogo onde o jantar fora preparado. De manhã, quando levantavam, o pão estava assado e ainda quente para a primeira refeição do dia.

Durante o dia, enquanto Irma Otto e sua sogra mantinham a organização do acampamento, Fernando e Helmut se dirigiam para o meio da mata para mostrar as terras aos

futuros compradores ou guiavam as pessoas até os lotes que estas haviam adquirido. Os colonos permaneciam no acampamento da companhia até improvisarem seu próprio acampamento nas terras adquiridas.

Normalmente os lotes eram vendidos em sequência de proximidade da sede da Companhia Territorial. Esta, por sua vez, exigia que os lotes mais próximos fossem ocupados em no máximo dezoito meses. Caso o comprador quisesse adquirir um lote para a não ocupação imediata, era a ele sugerida a aquisição de lote mais distante, mais embrenhado na mata. Esta forma de ocupação facilitava o acesso ao lote subsequente, pois, em muitas das vezes, a companhia abria apenas uma picada para a demarcação dos lotes. Picadas melhores e estradas eram feitas pelos colonos quando ali se instalavam. Uma das obrigações assumidas pela companhia junto ao Governo do Estado, quando da concessão das terras, era a abertura de estradas até os lotes e até outros núcleos coloniais. Como a aquisição dos lotes era, normalmente, feita com o pagamento de uma entrada, sendo o restante parcelado, o trabalho de abertura de estradas era muitas vezes repassado aos colonos em troca do abatimento de parte dos juros das prestações.

As estradas abertas no braço. Serrote e machado para derrubar as árvores. Foice para derrubar os arbustos. Pica-reta para arrancar os tocos e as raízes. Enxada e enxada para cavocar e aplinar.

Ah, (a estrada) estava boa, mas era tudo feito a mão... naquele tempo, ela não se lembra, porque então, aqui como tem tantos moradores, então cada morador devia dar seis dias, que era seis dias naquele tempo de serviço na estrada, pra trabalhar na estrada. [...] um era com a enxada, outro era com o enxadão, outro era com a foice, tudo. (SIGNORI, 2004).

A Companhia Sul-Brasil, em propaganda no jornal riograndense *Kalender der Serra Post*, que circulava nas colônias velhas, divulgava as vantagens de se adquirir terras no oeste catarinense, garantindo aos compradores o acesso ao lote, a fertilidade da terra, apresentando possibilidades de plantio e comercialização dos bens produzidos e existentes no lote adquirido:

A terra é de fato nossa propriedade. Quem pagar sua colônia, recebe imediatamente a escritura. Toda área é cheia de típica mata fechada e muito produtiva – terra marrom. Dá de tudo: fumo, feijão, milho, batatinha, trigo, alfafa, amendoim e outros. Bem como uvas, bananas, laranjas e outras frutas. A produção é fora do normal (boa). No mato há grande quantidade de cedro e louro e muita madeira de lei; que são compradas por bons valores pelos negociantes de madeira e exportadas para a Argentina. As medições são feitas para que cada terra tenha água e acesso a rede de estradas. (KALENDER DER SERRA POST [1928] apud DEU, 1991, p. 2-3).

Apesar das propagandas que a Companhia Territorial Sul-Brasil fazia circular sobre as vantagens de ocupação dos lotes, no contrato realizado com os compradores havia várias restrições. Por exemplo, o comprador apenas poderia ocupar efetivamente o lote após efetuar o pagamento de 50% do valor total. As parcelas restantes poderiam ser pagas em até trinta e seis meses, com juros anuais de 8%, podendo o proprietário efetuar o pagamento das parcelas com o produto colhido em suas novas terras. A propaganda que a companhia fazia circular no *Kalender der Serra*, em 1928, é de que nos lotes existia muita madeira de lei que podia ser facilmente vendida, mas não especificou sobre quem a venderia, pois, no Contrato de Promessa de Compra e Venda dos lotes, a cláusula décima dizia que:

Todas as madeiras aproveitáveis para serragem eventualmente existentes no imóvel objeto do presente Contrato de Promessa de Compra e Venda, ficam pertencendo a Promitente vendedora, Companhia Territorial Sul Brasil, qualquer que seja seu número, que os retirará, por si ou por terceiros de sua indicação, e quando julgar conveniente.⁵

Isso não significa que a companhia derrubava as árvores de todos os lotes que vendia, deixando-os limpos. O contrato citado acima se refere a uma “promessa de compra e venda”, o contrato inicial, da aquisição de um lote urbano, já em 1975, ou seja, em área central, quarenta e sete anos depois da propagação. Mas é sabido, também, que as cláusulas desse contrato se mantiveram praticamente inalteradas durante todo esse período. Na área que comporia a sede do núcleo, a companhia abria vasta clareira, retirando praticamente todas as árvores, sendo que o mesmo fazia nos lotes mais próximos. De lotes mais distantes, pela inexistência de vias de acesso, a mata permaneceu quase intocada. Porém, enquanto o proprietário não liquidava as prestações de seu lote, as madeiras nele existentes eram de propriedade da companhia. O colono, assim, não tinha como fazer uso da madeira para juntar o capital necessário para quitar o lote. Isso por dois motivos: primeiro, a inexistência de estradas por onde a madeira pudesse ser transportada; segundo, se houvesse acesso, seria a companhia que retiraria a madeira, pois permaneciam como sua propriedade até a quitação da dívida. Os colonos que adquiriam lotes mais distantes, com dificuldade de acesso, seja por rio, seja por estrada, e que dependiam da produção agrícola para o pagamento das parcelas, muitas vezes se viam em apuros, pois, apesar da fertilidade do solo, não havia como comercializar os produtos colhidos.

5 Cópia de contrato de promessa de compra e venda (WERLANG, 1992).

Mesmo diante das dificuldades, muitos colonos haviam investido todos os recursos financeiros disponíveis na aquisição das novas terras; voltar ou se dirigir para outro local, assim, se tornava impossível. A única forma era permanecer e enfrentar as dificuldades.

1.4 Palmitos e arredores na década de 1930

Em 1938, dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Melo, bispo de Palmas, a cuja prelazia pertencia a Paróquia São Carlos Borromeu, da qual a comunidade católica de Palmitos fez parte até 1954, faz sua visita pastoral. Vindo de Palmas, visita algumas localidades ao norte da paróquia. “Nossa viagem em 1938 nos levava pela zona de sertão, onde a maioria das vezes tínhamos de exercer as funções sacras em casas de caboclos⁶”. Região considerada sertão semi-habitado, onde de léguas em léguas surgiam titubeantes choças de chão batido ou incertos aglomerados de casas. Mas, segundo dom Carlos:

Embora a pobreza em quase toda a parte fosse extrema e a população rude e simples, tivemos sempre o melhor acolhimento [...]. Consolou-nos, porém, mui vivamente, ver o zelo, do Pe. Vigário que não abandona os míseros filhos do sertão, sem medir os sacrifícios duma viagem tão penosa como é esta de atravessar todo Estado de Santa Catharina, de sul a norte para ver e attender as necessidades espirituas dos habitantes do matto [...].⁷

6 Relatório de Visita. Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira – Bispo de Palmas, em 22 de novembro de 1941.

7 Idem.

Se o norte da paróquia de São Carlos era, aos olhos de dom Carlos, o lugar “mais triste” de sua prelazia, o mesmo não se dava em relação ao sul. “Esta zona é toda colonial e está bastante adeantada. Há uma rede de capellas e escolas nas várias linhas e núcleos”. Estas capelas, as do sul, são visitadas periodicamente, “todos os mezes, ao menos uma vez”. Havia pequenos núcleos com organização considerada mínima, com os serviços indispensáveis – casa comercial, igreja, escola, hotel. A bruteza desoladora vai, aos poucos, dando lugar a sinais de civilidade.

Civilidade talvez almejada também pelo governo estadual, ainda na década de 1920. Exemplo deste desejo seja talvez a viagem do então governador do estado Adolpho Konder, em 1929, atravessando o estado dos limites leste aos limites oeste, divulgada principalmente pelos escritos de Arthur Ferreira da Costa e José Arthur Boiteux.

Artur Ferreira da Costa inicia seu relato sobre a viagem do governador Adolpho Konder nos seguintes termos:

Essa jornada, verdadeira “bandeira” empreendida nos dias que vivemos, tem características de coragem, de ousadia, de resistência, de abnegação, que lembram os gestos de nossos maiores, quando se internavam pelos sertões, desbravando o desconhecido e levando aos rincões mais afastados o cunho da conquista brasileira, assegurando pela posse largos domínios para a nossa nacionalidade. (COSTA, 1929, p. 4).

A bandeira, aqui, não se inscreve no âmbito do deslocamento por lugares exóticos, na conquista de novas terras ou na descoberta de riquezas, mas se inscreve num âmbito de organização, nomeação e registros, sejam eles de lugares, sejam eles de populações. Quem sabe uma forma de conquista caracterizada pela afirmação de pertencimento do território e

população à nação brasileira e ao estado catarinense. Ou uma reafirmação de fronteiras com a Argentina e o Paraná. Ou o governador em incursão pelo seu reino, conhecendo ou reconhecendo seus domínios, expulsando invasores, resolvendo conflitos internos, destruindo ou construindo aldeias, atacando ou defendendo cidades, exercendo seu poder sobre a vida e a morte de seus súditos. Ou o pastor no delicado trabalho de agrupar seus rebanhos, mostrando sua preocupação com todas e cada uma das ovelhas, levando quase ao pé da letra as palavras do Evangelho de São João (10:16-17.) “Ainda tenho outras ovelhas que não são deste aprisco. A mim me convém agregá-las também. Elas também ouvirão minha voz, e haverá um rebanho e um pastor”.

O “sertão bruto” sendo desbravado pela comitiva de Konder. O governador desce pelo rio Uguguai, do Porto Goio-en até Itapiranga. A zona sul do sertão. Depois, se embrenha pela picada de Mondai ao Peperi, chega a Dionísio Cerqueira, limite entre os estados do Paraná e Santa Catarina e a Argentina, passando, portanto, por alguns locais que comporiam, mais de vinte anos depois, o município de Palmitos.

A zona sul do sertão, na “[...] margem catharinense, a contar de alguns annos, vêm-se formando nucleos coloniaes muito apreciaveis, como Palmitos, São Carlos, Cascaes, Mondahy, antes Porto Feliz, Itapiranga, intelligentemente explorados pelas emprezas Sul do Brasil e Chapecó-Pepery Limitada.” (COSTA, 1929, p. 12). A proximidade do Uruguai facilitava o acesso a esses núcleos, funcionando como via de comunicação, de deslocamento e como via de escoamento de produção. A companhia e os novos proprietários se encarregaram, também, de abrir incertas estradas entre os núcleos mais próximos ao rio Uruguai, uma vez que eram

núcleos maiores e mais que incertas picadas que levavam às povoações menores, mais embrenhadas no interior.

Os núcleos são “prósperos e produtivos”, como a descreve Boiteux:

E, assim, visitámos S. Carlos, Palmitos e Passarinho, colméas em franca actividade, “onde uma gente próspera e sabia vae construindo o seu favo de ouro”. Vale a pena vê-las. Alimenta-as uma gléba feraz; orientam-n’as espiritos de élite, com a consciencia lúcida e nitida dos destinos humanos. São futurosos nucleos de colonização de que é director o engenheiro Arthur E. Kuss, presidente da Companhia Territorial Sul-Brasil, e gerente o sr. Carlos Culmay, typo do mais completo administrador que já tenho conhecido em tal ramo de serviço. Por toda a parte, florescentes e prósperas linhas coloniaes, hotéis, escolas, casas de diversões. A prosperidade, em admiravel consorcio com a felicidade, ali se estampa. (BOITEUX, 1931, p. 10).

Mas para que sejam futurosos como proclamado, é necessário que se fortaleça o vínculo entre núcleos, pelo menos é esta a proposição governamental ao basear o processo de colonização na estruturação de núcleos coloniais. É preciso ligá-los por estradas. É preciso que os obstáculos embrenhados na mata, ou o próprio obstáculo da mata, sejam removidos.

Costa, descrevendo a região próxima a Campo Erê – aquela mesma que dom Carlos Eduardo, em 1938, chamou de parte mais triste de sua prelazia –, registra as estranhezas do sertão, deserto bruto.

Em alguns pontos o desuso da picada tornou aquella brecha primitiva em brenha. Era preciso apear, fazer derubada, abrir desvios. Foram trechos asperos. No meio daquella floresta selvatica e grandiosa, auscultando as expansões fortes e dominadoras da natureza bruta, sente o

homem o abandono em que se encontra, tão longe dos recursos da civilização, para os quaes não lhe é possível appellar. Lampeja-lhe na consciencia a certeza de que sómente poderá contar com as suas proprias forças e resistencias organicas. (COSTA, 1929, p. 18).

A ocupação dos núcleos coloniais era sempre feita da sede da companhia em direção ao interior. No caso da Companhia Territorial Sul Brasil, a ocupação e formação dos núcleos se dá a partir do rio Uruguai, ao sul da gleba, onde são instalados os primeiros núcleos, seguindo depois para o norte. Assim, enquanto a região sul das terras da companhia fervilhava como colmeia ativa, a região norte continuava praticamente inacessível.

1.5 Deslocados para o oeste catarinense: construir e se instalar

Depois de adquirida a terra, o proprietário, sozinho ou acompanhado por algum parente, se deslocava para o meio da mata de seu lote. Quando localizado próximo da sede da companhia, era possível morar na sede e se deslocar todos os dias até o lote para trabalhar. No entanto, aqueles que adquiriam lotes mais distantes para lá se dirigiam e permaneciam. Improvisavam um acampamento, muitas vezes com taquaras e folhas, onde ficavam instalados. A primeira coisa a fazer era percorrer todo o lote para conhecer o terreno, identificar fontes de água e escolher o melhor local para a futura construção da casa. Ficava ali, durante semanas, abrindo clareiras no meio do mato, nas quais seriam construídos o galpão, a casa, a horta, para fazer roça. O mais comum era derrubar a vegetação menor com foice e depois derrubar as árvores maiores. Mas

havia lugares em que a mata era um emaranhado de cipós e de unhas-de-gato, tornando o roçar inviável. Nesses casos, eram derrubadas as árvores maiores que, ao cair, arrastavam consigo a vegetação menor. Não havia como retirar dali qualquer madeira antes da queimada.

Derrubar árvores, deixar que as folhas secassem, queimar. Muitos já aproveitavam para separar os melhores troncos para fazer as tábuas para as futuras construções. Madeira para fazer as tabuinhas que cobririam a casa e o galpão. Mesmo assim, troncos enormes eram deixados para queimar, ficando dias até serem totalmente consumidos.

Valdemar: Era nada aproveitado, tudo no fogo, sofrido ainda.

Marcos: Queimava?

Valdemar: Queimava tudo para arar e... nem boi não existia, eu quando era piazotão eu comprei uma junta de boi e comecei a lavar, e daí fomos indo, atorava o pau na ponta e depois rabiava de endireitar, as caiera queimava fora tudo, o que respeitava era só guajuvira. (PICCOLI, 2004a).

Arrancar tocos, cavar raízes. Para o primeiro plantio, o arado não era utilizado. Depois da queima, os troncos maiores que permaneciam eram arrastados para as beiras e o plantio era feito em meio às cinzas. Sobre os tocos das árvores maiores, aqueles que eram impossíveis arrancar, era acumulada madeira e feito fogo novamente, para que o toco se consumisse até a raiz. Meses de trabalho até estruturar minimamente o lote para poder trazer o restante da família. “Quando ele veio, depois de um ano o tio Rodolfo e a finada mãe me trouxe, com meio ano.” (BUDDE, 2004).

Durante o período de preparo da área, o colono dependia dos mantimentos que conseguira até ali carregar. Voltar para o núcleo de Palmitos, Cascalho, Passarinhos,

muitas vezes, exigia dias de caminhada por picadas, subidas, descidas, áreas alagadas. A caça muitas vezes era a saída mais fácil para se alimentar, para acompanhar as provisões trazidas ou mesmo depois que estas acabavam. O trabalho era penoso e exigia dedicação, o tempo devia ser aproveitado ao máximo no trabalho, pois de seu empenho dependia a vinda e instalação da família.

Quem adquiria áreas mais próximas da sede, de acesso mais fácil, muitas vezes optava por morar lá durante todo período de preparo das primeiras lavouras e da construção da casa.

Feita a limpeza, era hora de providenciar a construção da casa. Mas com que tábuas se não havia serraria ou, se houvesse, não haveria como arrastar os troncos até ela e trazer de volta as tábuas?

Era serrado a muque. Então botava, que nem ali no barranco, botava uns pau, botava que passava uns homens por baixo e rolava as tora em cima desse estaleiro. E tinha uma serra que puxava três homens. Um em cima da tora e dois em baixo. Então tinha uma maçaneta em baixo, assim cada homem pegava de um lado. Mas só erguia a serra, então os de baixo puxava os dente da serra que cortava. (FELCHICHER, 2004).

Um estaleiro construído próximo a um barranco para facilitar a rolagem das toras de madeira a serem cortadas. Dois cortadores na parte de baixo do estaleiro puxavam a serra, cortando a madeira, sendo que o que ficava em cima do estaleiro erguia o serrote. Trabalho que exigia força e paciência. Exigia também solidariedade, seja de parentes, seja de pessoas já instaladas no núcleo colonial. “O pai e o finado tio, um primo meu se juntavam entre os vizinhos e faziam um mutirão e serrava a madeira pra construção.” (FELCHICHER, 2004).

Aplainar a terra quebrada para a construção da casa era ato impensável naquele momento. Assim, a forma de deixar a base da casa reta era utilizar cepos de alturas diferenciadas. Cepos maiores na parte mais baixa do terreno e cepos mais baixos nos locais em que havia elevação. A nivelção do terreno era apenas feita quando o assoalho era de chão batido. Nesse caso, fazia-se a casa e depois se preenchia os desníveis do terreno com terra, que era cuidadosamente socada usando um pedaço de tronco de madeira pesada.

Prego era outro material difícil de conseguir, principalmente pregos com tamanho suficiente para segurar a estrutura da casa. Assim, eram confeccionados pinos, normalmente com guajuvira ou angico, que são madeiras extremamente resistentes. Fazendo furos no local de encaixe dos caibros, os pinos eram introduzidos, garantindo a sustentação da casa, sendo os pregos utilizados apenas para fixar as tábuas e a cobertura.

Olarias – telhas, tijolos – eram raras na região. Sem olarias próximas, impossibilitadas pelas condições financeiras e pela quase inexistência de estradas, os colonos que se dirigiam para o meio da mata e lá construía habitação cobriam suas casas com tabuinhas. Era escolhida uma madeira que fosse resistente para suportar as intempéries e que, ao mesmo tempo, fosse fácil de lascar.

Era tudo lascado as tabuinha, as grápia era muito lascadeira então tinha um ferro comprido assim, feito tipo um facão mais grosso. Serrava as toras de sessenta centímetros, setenta, e depois botava aquilo em cima e batia com um malho de madeira mesmo, e lascava as tabuinha. Depois farquejava um pouco e pregava em cima das casas. (FELCHICHER, 2004).

A primeira casa era, normalmente, provisória. Não tão provisória quanto o acampamento, mas dificilmente possuía uma estrutura mais complexa. A prioridade era construir um teto para trazer o restante da família, uma cozinha e um ou mais quartos, dependendo do tamanho da família. Quando havia o casal e filhos homens e mulheres, era feito um quarto para o casal, um para as filhas e outro para os filhos. Estruturas mais complexas eram feitas posteriormente, quando a família já estava instalada, quando o trabalho agrícola se tornava um pouco mais rentável e, principalmente, quando já se podia contar com os benefícios da serraria. Então, eram construídas as casas com sótão amplo, porão, cozinha mais espaçosa, sala, quartos mais amplos, varandas cercadas com tábuas torneadas, lambrequins.



*Figura 8 – Estaleiro para corte de tábuas e barrotes
Fonte: Palmitos ([19--c]).*

Feito o roçado e construída a casa, era hora de trazer o restante da família. A vinda era sempre demorada e cansativa. Muitos vendiam o que já possuíam nas colônias velhas, pois era impossível trazer tudo. Animais, ferramentas, utensílios domésticos, máquinas, tudo era cuidadosamente selecionado, o que não pudesse ser trazido era vendido ou deixado na casa de parentes para ser pego quando houvesse possibilidade. Era preciso providenciar o transporte: trem, ônibus, caminhão, carroça.

Ah! Naquela época eles vieram com um caminhãozinho Ford. Mas levavam dez, quinze dias até pra chegar. Ficavam atolados lá para o lado de Palmeiras das Missões. Demoravam quinze dias para vir com uma mudança quando vinham bem ainda! Em quinze dias. Então era um sofrimento. Muitos vieram de barco pelo rio. (TOMAZ, 2004).

A companhia, em seu material de divulgação, orientava as pessoas a se dirigirem de trem até a cidade gaúcha de Santa Bárbara; lá, deveriam se dirigir a agência Ford, de Albert Heinrichs, para conseguir condução até Cascalho. Este procedimento foi adotado pela maioria das pessoas que para lá se dirigiam no intento de adquirir terras. O problema do deslocamento da colônia velha para Cascalho, no entanto, se acentuava depois de adquirido o lote, no momento de providenciar a mudança. Pela quantidade de coisas a trazer, muitos optavam por fazer todo percurso de carroça, outros conseguiam um caminhão, outros, ainda, optavam por mandar parte da família de trem até Santa Bárbara, enquanto o restante seguia de carroça ou de caminhão. Ou seja, as formas de se mudar para as novas terras eram várias, mas o maior problema que todos enfrentavam era o mesmo: más condições das estradas ou mesmo inexistência destas. As

condições de viagem pioravam muito mais em períodos de chuva; picadas e estradas se tornavam por vezes intransitáveis, lamaçais de terra vermelha. De ônibus não era possível transportar todos os pertences; assim, por vezes, várias famílias se espremiavam dentro de um caminhão que carregava seus parques pertences, enfrentando vários dias de viagem.

E se as estradas riograndenses até a divisa com Santa Catarina ofereciam obstáculos, problemas maiores aguardavam os colonos no lado catarinense. Sendo a sede da companhia próxima ao rio Uruguai, em pouco tempo se venciam a distância de Iraí (RS) até ali. O problema em relação a vias para deslocamento aparecia para aqueles que adquiriam lotes mais distantes. O pouco da mudança trazida era descarregada na sede do distrito e dali até o lote só com mulas e carroça. Muitos deixaram por meses seus pertences em locais provisórios da sede, no galpão da companhia ou na casa de parentes ou de pessoas que ali já estavam instaladas até que fosse possível transportar tudo para a propriedade, podendo, assim, se instalar definitivamente, organizar suas coisas e “tocar a vida”.

CAPÍTULO II

MÃOS DE TRABALHAR

Então a maioria veio se acampando ali e futuramente criaram famílias grandes, famílias mesmo. Que da minha família Triaca nós somos em quatorze irmãos. (TRIACA, 2004).

2.1 Um trabalho étnico

A companhia propaga pelas colônias velhas a notícia do comércio de terras novas localizadas no oeste catarinense. Terra fértil, onde quase tudo o que se planta dá frutos em grande quantidade, sendo necessária apenas a vontade de trabalhar. Segundo Arlene Renk:

[...] é elucidativo recorrer à literatura da colonização, quando aponta o trabalho do colono enquanto virtude étnica. O ofício da terra e na terra era uma atividade nobre. Cavar a terra, domá-la, tirar os frutos era um trabalho étnico, em oposição aos outros. [...] O trabalho do colono, enquanto sinônimo de liberdade, é também símbolo de progresso e pioneirismo. As trajetórias familiares, quando narradas, apontam o despojamento inicial, contando unicamente com um capital: o trabalho. Não era um trabalho

qualquer, mas aquele concebido enquanto virtude inata dos de origem, dos colonos. (RENK, 2000b, p. 180-181).

A agricultura era o trabalho por excelência. Trabalhadores se deslocam de uma região a outra atendendo a um projeto nacional de colonização, assumido pelo governo do estado de Santa Catarina. Projeto que pretendia, a partir da instalação de núcleos coloniais, canalizar para região oeste o fluxo populacional de descendentes de alemães e italianos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, para tornar a região catarinense economicamente ativa. Este projeto desencadeia um processo de ocupação, de compra, de venda e de legalização dessas terras, o que representou o esbulho de áreas indígenas e a expropriação de uma forma de campesinato já constituído nesta região: o campesinato brasileiro ou os chamados “caboclos”⁸.

Segundo Renk (1997, p. 7), esta população brasileira, desde o século XIX, ocupava a área do oeste catarinense, vivendo em um sistema de posse e num sistema produtivo tradicional, “[...] com agricultura em pequena escala nas terras de plantar – e criação de gado para o consumo – nas terras de criar”.

O modo de vida desta população, na literatura oficial da época, é caracterizado como:

[...] o mais absurdo e atrasado. Basta dizer que os agricultores não conheciam o uso dessa antiquíssima ferramenta agrí-

8 “Brasileiro”. Segundo Renk, é como esses moradores se autonominam. A literatura tem tratado de caboclos. Em razão da colonização, os descendentes de italianos e alemães estigmatizaram essa população rotulando-a de caboclo. Hoje, vemos começar alguns movimentos na região buscando retomar a positividade da expressão caboclo, como forma de marcar sua diferença em relação a outras “origens”.

cola chamada enxada. Faziam suas roças apenas com foice, machado e... fogo. [...] a maior parte desses caboclos tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à beira de alguma sanga ou rio à léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca (quando a tinham) perto de casa. (BREVES, 1985, p. 21).

Dois grupos étnicos, os grupos indígenas e os grupos luso-brasileiros, tiveram os direitos sobre a terra e a propriedade da terra ignorados pelo projeto desencadeado pelo estado e pelas colonizadoras que o efetivaram. Esse projeto tirou a terra e tirou da terra uma população que tinha um grande apego àquela que lhe fornecia o sustento, que não era propriedade de ninguém, pois era considerada por estes como “de todos os brasileiros”, sendo que havia o suficiente para quem dela quisesse sobreviver.

Quando o projeto de colonização pautado na ideia de núcleo colonial é efetivamente desencadeado no oeste de Santa Catarina, os indígenas, que antes ocupavam as matas desta região, já se encontravam aldeados, mas continuavam transitando pela região, montando pequenos acampamentos provisórios, onde permaneciam alguns dias e depois iam para outro lugar. Quanto aos luso-brasileiros, pesquisas têm demonstrado as diversas formas pelas quais estes eram despejados das terras que ocupavam. Normalmente, um processo de “limpeza” era promovido pela companhia, retirando da área que lhe fora concedida pelo estado aqueles que ali moravam. Muitas destas pessoas acabavam se deslocando para regiões cada vez mais distantes, mata adentro, conforme se expandia a venda de terras. Outros buscavam abrigo e sustento em áreas quebradas, próximo a encostas de rios, lugares onde a madeira já houvera sido retirada pela companhia, terrenos pedregosos que naquele momento não eram considerados vendáveis.

Uma população, em sua maioria não alfabetizada, de quem era exigido, para aquisição ou registro de lotes, documentos que estes sequer imaginavam existir. A palavra escrita não tinha qualquer sentido, pois que a palavra falada, o dito, tinha para eles maior peso. Um modo de vida, uma forma de organização, um conhecimento pautado na oralidade, na transmissão de conhecimentos, de saberes relacionados sobre terra e às coisas da terra, ao cultivo, à criação, à religiosidade.

Pouquíssimos são os luso-brasileiros que em Palmitos conseguiram adquirir um lote de terra. Mas muitos permaneciam morando em encostas e realizando serviços, enquanto peão, na lavoura de alguns colonos, na lida com a madeira, desde o arrastar até o rio, amarrando a madeira e descendo a balsa, na abertura de estradas ou na manutenção da limpeza desta, uma vez que rapidamente a mata voltava a tomar conta do espaço aberto tornando o caminho intransitável.

Maria: Caboclos sempre teve, não bastante, mas sempre teve.

Marcos: Eles moravam aqui?

Maria: Eles moravam, trabalhavam eles também.

Marcos: Assim, a senhora lembra se esses caboclos, se eles tinham terra aqui ou, como é que eles trabalhavam?

Maria: Tu sabe que isso ali, eu não me lembro de um que tinha que era dono de um hectares de terra... nem faço ideia.

Marcos: E no que que eles trabalhavam assim, que a senhora lembra?

Maria: Ah, trabalhavam de peão, não tinha muito, de peão pra um pra outro, esses que começaram entrar dentro um pouquinho mais reforçado depois, então, derrubavam o mato, puxavam a madeira. (SIGNORI, 2004).

Formas de viver e de se relacionar com a terra e suas coisas foram ensinamentos transmitidos pela oralidade e

que perduraram por várias gerações. Ensinaamentos que podem ser encontrados, por exemplo, nos “Mandamentos das Leis da Natureza”, registrados no livro de Euclides Felipe, “O último jagunço: o folclore na guerra do Contestado” e atribuído aos ensinamentos dos monges João Maria e José Maria. Mandamentos que dão indicativos da dimensão da forma da população luso-brasileira se relacionar com a terra e com as coisas da terra:

– Não se deve queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimento. O que a terra dá emprestado, quer de volta. – É errado jogar palhas de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o coxo. A terra se ofende. – [...] A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água, é o mesmo que escarrar e urinar na boca de sua mãe [...]. (FELIPPE, 1995).

Se Breves (1985), em seu relato, considera o sistema de produção luso-brasileira atrasada por não fazer uso de determinadas ferramentas ou por fazer um roçado, plantar durante algum tempo, depois abandonar o local e fazer o roçado em outro lugar, para essa população a rotatividade da área de plantio era importante, pois permitia que o solo se recuperasse, virando pequenos capoeirões, que depois de alguns anos se transformavam novamente em roçados.

O pai de Carlos da Rosa, Siguefredo Teixeira da Rosa e seu irmão são exemplos de pessoas que conseguiram, durante um período de tempo, morar e produzir em sistema de posse, em terras da Companhia Territorial Sul Brasil. Os avós de Carlos da Rosa haviam saído do Rio Grande do Sul e se instalado na Argentina. Depois do nascimento do filho, não vendo maiores perspectivas naquele país, mudam-se para o oeste de Santa Catarina, instalando-se no hoje município de Caxambu do Sul. Dali, os dois irmãos decidiram

procurar outras terras para produzir, se instalar e constituir família. Buscaram essas novas terras em Cascalho:

Marcos: E o seu pai na época que ele veio pra cá, ele comprou terras?

Carlos: Não, veio ele e um mano dele, daí o meu tio escolheu uma terra próximo a uma sanguinha, onde tinha água e se acampou e foram trabalhando. Eu não sei se eu posso dizer que aquela época invadiram a terra, eu sei dizer que eles chegaram se acamparam e seguiram trabalhando ali e mais tarde eles compraram terra

Marcos: E era fácil comprar terra na época?

Carlos: Essa compra de terra se deu muitos anos depois, naquela época nem sei se pode-se dizer a Companhia Sul Brasil vendia terras ou não vendia, depois de muitos anos a frente que o meu pai conseguiu comprar terra. (ROSA, CARLOS TEIXEIRA DA, 2004).

Os lusos que conseguem adquirir a terra precisam se adaptar a um novo sistema de produção, de comercialização. Os que permanecem na região, trabalhando como peões, precisam se adaptar a um novo regime de trabalho: o regime do colono.

Antes, os roçados feitos longe de suas casas para que os animais não precisassem ser presos eram plantados para garantir a subsistência da família. A venda de algum produto era feita não com a ideia de acúmulo de capital, mas para suprir-se daquilo que a terra não oferecia. Modos de viver e organizar que deveriam, com a colonização, ser suplantados. Forma de ocupação do espaço e de produção que não se enquadravam nos projetos governamentais de colonização. Modos de organização que deveriam, segundo o projeto, dar lugar a outros, trazidos por uma população que tivesse como maior capital o trabalho. Pessoas que pela produção agrícola não mediam esforços, dedicando-se quase exclusivamente a tal ofício.

2.2 Trabalho de colonos

As roças eram pequenas nos primeiros anos, pois era difícil vencer o obstáculo que a mata oferecia naquele momento. Se hoje pensamos em depredações ecológicas e em preservação do pouco de mata nativa que resta, naquele momento, a mata se caracterizava como um entrave à sobrevivência. A mata precisava ser derrubada para dar lugar às lavouras. A foice de ferro batido e afiada na pedra dava conta da primeira limpeza. A retirada de pequenas árvores, arbustos e espinheiros facilitava o acesso às árvores maiores. Machados trazem novos sons para a mata. Cortes em forma de “v” marcando o lado para onde a árvore deveria cair. Serrotes de denteção grande, sempre impecavelmente afiados, sendo puxados por quatro mãos. Em poucos minutos o sibilar do vento nas folhas durante a queda, seguida de um estrondo e de um barulho de árvores menores quebrando sob o peso da árvore maior ou arrastadas pelo emaranhado de cipós que as ligavam à árvore derrubada. Caída a árvore, seus galhos são cortados. Depois de alguns dias, o fogo arde e consome folhas e madeiras menores, ficando apenas os troncos maiores, sem galhos, que são rolados ou arrastados para os lados, quando se possuía junta de bois para tal. Depois, em meio às cinzas, cravar o bico da máquina de plantar “pica-pau”, nome recebido pelo ruído de madeira batendo que produz quando usada. Milho, feijão, arroz. Semeaduras de trigo. Sementeiras de fumo.

Mulheres e homens fazem uso de seu maior bem: o trabalho. Todos os dias, do clarear ao anoitecer.

Maria: Ah, era com o arado, enxada, foice. Eu peguei foice peguei o machado, o serrote de derrubar pau também. Com os bois no lavrado também eu fui, com a carroça eu também fui pra roça. [...]

Marcos: E a senhora fazia então o serviço de casa e trabalhava na roça. Isso todos os dias?

Maria: Todos os dias, todos os dia, eu chegava à noite quando que terminava, botava os filhos dormir, eu lavava a casa, varia o terreiro. Mais que uma vez eu fiz, porque tu não se comprava roupa feita que nem agora. Quando tu vê tudo costurado com a maquininha a mão.

Marcos: E a senhora mesmo que fazia?

Maria: Eu, dia de chuva ou de meio dia, ou de domingo. Quantas vezes eu em vez de sair, eu ficava em casa fazendo isso. (SIGNORI, 2004).

Grande quantidade de atividades a serem realizadas, grande quantidade de horas de esforço despendido. Levantar antes do clarear do dia, fazer o fogo no fogão à lenha. Tomar o chimarrão em torno ao fogão e conversar sobre os trabalhos a serem realizados naquele dia, sobre a plantação, sobre as dívidas ou aquisições. Cuidar do trato dos animais: porcos, bois, vacas. Tirar o leite. Tomar café reforçado, com alimentos que sustentassem, que dessem energia suficiente para uma manhã de labor. Ovos, pão de milho, melado, nata, leite fresco. Colocar lenha grossa no fogo. Colocar o feijão e a mandioca sobre o fogão. Quando havia filhos menores que ficassem em casa, estes tinham a responsabilidade de alimentar o fogo e repor a água para que o alimento não queimasse. A carne, seca ou conservada na banha, e o arroz eram alimentos de preparo mais rápido, podiam ser colocados no fogo, ao meio-dia, quando se chegava da roça.

No verão, ir para lavoura com os primeiros raios de sol, para aproveitar as horas mais frescas. No inverno, esperar a geada derreter. Trabalhar até o cair da noite. Antes de escurecer era necessário cuidar do trato dos animais. Depois do escurecer, muitas atividades ainda a serem realizadas, uma maratona, principalmente para a mulher. A água para o

banho era aquecida no fogão. O banho tomado em gamelas ou em chuveiros. O chuveiro, espécie de balde de metal com um bico e um sifão embaixo, era amarrado em uma corda que passava por cima de uma viga do teto e tinha a outra ponta amarrada na parede. O chuveiro era enchido com água na temperatura desejada, depois era erguido puxando a corda e atando-a. Não se deixava a água do chuveiro correndo, abria-se a torneira só o suficiente para molhar o corpo, depois fechava, ensaboava todo corpo, esfregava, abrindo novamente a torneira para se enxaguar.



Figura 9 – Acampamento de colonos

Fonte: Palmitos ([19--d]).

As famílias de colonos continuavam entrando na região, se instalando, organizando o espaço de vivência, a casa, a roça, a estrada, o núcleo colonial. As famílias cresciam,

um novo membro era acrescido a cada dois anos, em média. Muitos filhos, mais braços de trabalhar. Anticoncepcionais pouco eram usados nessa época. Métodos contraceptivos, além de serem considerados medicamentos demasiado caros para serem adquiridos, eram também, principalmente pelos fervorosos colonos cristãos, considerados pecado. Mesmo a tabelinha, quando divulgada, não era muito usada, uma vez que a maioria das mulheres não se atrevia a “recusar” o marido. Assim, tinham os “filhos que deus mandasse”:

Marcos: Dona Maria qual era a média de filhos que uma família tinha na época?

Maria: Eu acho que tudo elas quase dez, porque de dez olha que tem muito aqui... de nove, dez. Que nem eu disse, Adélia tem sete, mas senão é por ali, nove, dez só um que outro que não tem.

Marcos: E por que tinha tantos filhos na época?

Maria: Porque eu estou falando, a gente não tinha de dizer... eu vou cuidar, eu vou tomar isso, vou tomar aquilo, coisaradas que nem tem hoje. Tem marido junto e Deus que sabe, o que vêm, vêm. Às vezes terminava a gravidez de um já tu pegava de outro é, era assim.

Marcos: Não tinha nenhum tipo de cuidado para evitar gravidez?

Maria: Ah, o tipo de cuidado era, tu tinha que se cuidar na menstruação, tantos dias depois, tantos dia antes, até que enfim quase tudo é diferença de dois anos.

Marcos: E, tinha alguma outra exigência, por exemplo, o padre, ele cobrava se a mulher não tivesse filhos? Ou não?

Maria: Não, o padre dizia que era pecado cuidar, porque Deus diz que marca quantos filhos que a gente tem. Aquele que é pra ti, Deus dá. E Deus dá com que tu criar esse filho também. (SIGNORI, 2004).

A providência divina marca a quantidade de filhos e garante os meios para criá-los, mas não era de forma gratuita

que o fazia, pois que tirar o sustento com os meios oferecidos exigia empenho, dedicação, labor, penar. Trabalho que exige grande esforço físico, que produz cansaço de sentir quando repousa a cabeça no travesseiro, à noite. Cedo, pois que não se ficava acordado por muitas horas após o anoitecer, já que a luz vinha de uma lamparina de querosene e era preciso economizar. Eles não podiam produzir querosene, tinha que ser comprada. E mesmo que houvesse luz, o cansaço provocado no corpo pelos trabalhos do dia não permitia que se ficasse por mais tempo acordado. No dia seguinte era preciso levantar cedo.

Era também época em que filhos não eram recusados, pois que a lavoura poderia prover os que viessem; os produtos plantados e colhidos eram o suficiente para alimentar a família. Além disso, eram mais braços para o trabalho na agricultura. A infância de brincadeiras e diversões dava cedo lugar ao trabalho na lavoura. “Tinha que trabalhar viu, com oito ou dez anos tinha que pegar no arado, lavrar a terra e carpir, porque veneno não passava na época. Era tudo na enxada e arado, então tinha que trabalhar.” (TRIACA, 2004).

Às crianças não cabiam decisões sobre onde e como trabalhar, nem lhes era concedido um tempo de descanso maior que o dos adultos. Levantar cedo, tomar café e ir para a lavoura cedo se tornava hábito dos menores, que nunca ousavam questionar as ordens dos pais. “Com oito dez anos, eles já estavam trabalhando com o pai, o meu marido não deixava, era cedo ir pra roça. Quando ele subia pra roça, iam todos atrás.” (TOMAZ, 2004).

O trabalho era intenso, e todos os braços da família que conseguissem segurar uma enxada ou uma foice deviam ser aproveitados. Na maioria das vezes, os trabalhos que exigiam maior força, como roçar ou cortar e arrastar árvores,

eram serviços masculinos, efetuados pelo pai e os filhos mais velhos. “Eu carpi. Carpia e ele roçava, lavrava... eu carpia, por que eu gostava muito de carpir, carpir era serviço das mulheres, agora roçar, nunca fiz.” (TOMAZ, 2004).

No entanto, se os trabalhos eram diferenciados para os mais e os menos “fortes”, não o eram em questão de horas de trabalho. Todos começavam e paravam os trabalhos na lavoura nos mesmos horários. A mulher, quando do nascimento dos primeiros filhos, não ficava em casa para cuidá-los. Normalmente trabalhava até os últimos momentos da gestação e, após o nascimento, eram resguardados os dias de dieta, a quarentena. Depois disto, a vida do labor na terra retomava seu curso. Os primeiros filhos do casal eram levados para a roça e deixados numa sombra. “Os primeiros que eu tinha, eu levava e botava numa sombra lá na roça pra trabalhar, levava pra roça também.” (TOMAZ, 2004). Os trabalhos eram feitos por carreira de produtos plantados – carreira de milho, de fumo, de arroz. Dependendo do comprimento da carreira, para ir e voltar levava mais de uma hora, tempo que a criança permanecia sozinha, sem que os pais a vissem ou ouvissem caso chorasse. Só recebia da mãe maior atenção no momento de ser alimentada. Das prioridades, a maior era o trabalho.

2.3 Dos produtos e do comércio

A produção era grande e das mais variadas: milho, feijão, mandioca, batata, trigo, arroz. Mas, pelo menos na primeira década da colonização, a quantidade da produção não garantia grandes lucros ao produtor, pois poucos eram os lugares de comércio que adquiriam tais produtos:

Valdemar: Produto!? Trigo, feijão, milho e batata, mandioca assim pro gasto.

Marcos: E era fácil vender esses produtos na época?

Valdemar: Olha, porco não se vendia, se criava pro gasto, feijão era difícil também tu não tinha ninguém, pouca gente, vender pra quem?! Depois começou entrar gente lá de Muçum, Rio Grande aí Palmitos né, tem os Tombini que é lá de baixo, tem o... Arnaldo Preto, comerciante, o Valdir tem o bar, bar não, mercado. [...] Afinal... as casas que eu conheci em Palmitos, no começo era uma aqui uma lá, pequeninha. (PICCOLI, 2004).

Além da quase inexistência de quem adquirisse a produção nos primeiros anos de colonização, outro fator que dificultava a venda era a falta de estradas para fazer tal escoamento. Muitos colonos perderam praticamente toda produção. Consumir tal quantidade de produtos era impossível e a venda não podia ser efetuada, sendo que a produção apodrecia no galpão enquanto era necessário providenciar novo plantio. Situação difícil, pois sequer tinham alguma garantia de que fosse possível vender a próxima safra.

Carlos: Era feijão, milho, por que na época não tinha muita saída, não se vendia muito. Então se plantava pro gasto, criavam porco, mas dificilmente se vendia porco

Marcos: E quando vendia, era vendido onde?

Carlos: Olha nós vendia para os vizinhos, um vendia pro outro depois que saiu a cidade aqui, daí essa estrada

foi abandonada, não vinha nada aqui, não tinha nada de ônibus, não vinha nada, ela foi abandonada, nós pra sair daqui pra fazer umas compras tinha que ir até Iraí

Marcos: Só plantava pra comer?

Carlos: Daí, eu era guri meu pai plantou, deu umas dez sacas de feijão, mas não tinha onde vender, apodreceu e colocamos fora.

Marcos: Banha, por exemplo, se conseguia vender quando carneava o porco ou não?

Carlos: Não, não se vendia nada era só consumido pela família mesmo.

(ROSA, CARLOS TEIXEIRA DA, 2004).

Quem habitava próximo à margem do rio Uruguai, como na região de Passarinhos, Nova Brasília e Ilha Redonda, tinha algumas vantagens pela proximidade com a cidade de Iraí (RS), onde já se efetuava uma atividade comercial mais intensa, com grande número de hotéis para atender aos turistas que para lá se dirigiam a fim de fazer uso das águas termais. Hotéis adquiriam produtos diretamente dos colonos, casas comerciais que compravam, trocavam e vendiam produtos, atravessados para lá de barca, estrutura ainda não existente ou precária nos pequenos povoados do distrito de Palmitos.

Olha produzia, era feijão milho o que se produzia mais naquela época. E criava porcos. E pra vender os porcos, depois daí começou Iraí. Então eles levavam os porcos gordos de canoa pelo Uruguai. Ele e os Knapp, daí já tinha mais gente aí. Tinha os Knapp que tem os netos dele ainda aí em Palmitos. E assim eles levavam banha e porcos para Iraí, e la faziam, compravam as mercadoria pra casa. (LIMA, 2004).



*Figura 10 – Casa Comercial de G. Daenecke,
atual rua Barão do Rio Branco
Fonte: Palmitos ([19--e]).*

A maior parte das dificuldades sentidas nas primeiras décadas de colonização era comum a todos, o que diferenciava era a intensidade com que essas dificuldades eram sentidas. Quem morava em locais mais distantes sentia mais a dificuldade de comercializar os produtos, frutos de seu labor, do peso de seu trabalho. Assim, muitas famílias que adquiriam lotes mais distantes da sede da vila produziam, nos primeiros anos, para a subsistência, vendendo apenas determinados produtos que eram mais fáceis de comercializar. Mas era preciso pagar as prestações da terra ou ao menos os juros sobre a prestação. De alguma forma, era preciso vender, senão os produtos, a sua força de trabalho. Muitos colonos, depois de plantadas suas roças, buscavam serviços temporários, principalmente na abertura de estradas ou na extração da madeira. Estradas abertas

a machado, facão, picão e enxada. Não havia com o que socá-las para que a terra ficasse firme e resistisse às chuvas. A cada chuva, a estrada se tornava barrenta e lisa, quase intransitável. Em pouco tempo, a mata voltava a tomar conta da brecha aberta pelo machado. Os cuidados de manutenção deviam ser constantes, senão a estrada voltava a desaparecer:

Comércio não tinha, Palmitos tinha umas três quatro casas só. E eu ainda me lembro bem dos comerciantes que tinham ali, e eles (os pais) para ir comprar sal essas coisas tinham que ir a Nonoai no Rio Grande do Sul, de cavalo na época. Nos pique, não tinha estrada! Daqui para Palmitos também era a estrada muito ruim, nós trabalhava, fazia assim a muque a estrada. Não tinha máquina, que fazia então? Se reunia nós daqui da Ilha, nós trabalhava até numa altura, daí pra lá o pessoal da sede, daí continuava outra turma. Depois a outra turma pegava, assim a gente lutou. Com dezoito anos eu já trabalhava na estrada, já pagava o imposto. Eram seis dias de serviço por cada pessoa. Tinha que dar na estrada em serviço. E pra transporte era só a cavalo, de carroça mesmo. Não tinha, daí depois começou a vir, daí um comprou um carro. Ali um vizinho que veio era o único, depois que começaram a arrumar a estrada com máquina. Daí começou a melhorar a coisa. (LIMA, 2004).

Cascalho, apesar de ter sido sede do distrito, quando da saída da Companhia Sul Brasil, sofre um processo de abandono. Os poucos que ali permanecem sentem o quase cessar das atividades comerciais. Não havia mais barca que atravessasse os produtos para o Rio Grande do Sul; a estrada, que antes possuía tráfego intenso, torna-se brecha em meio ao mato e às ervas daninhas pelo desuso.

Principalmente na década de 1940, não era mais só pelo rio Uruguai que chegavam os colonos para comprar terras, começavam a vir para Palmitos pelo lado de São Domin-

gos (atual Caibi). Palmitos, reservada pelo projeto colonial para ser núcleo de “alemães evangélicos”, passa a ser ocupada também por alemães e italianos católicos. Várias localidades de católicos são formadas. A notícia de que em Palmitos estavam se constituindo localidades de descendentes de italianos se espalha pelas colônias velhas do Rio Grande do Sul, e mais famílias católicas para lá se dirigem. Se a profissão de fé e a localidade de procedência são diferenciadas para “italianos católicos” e “alemães evangélicos”, há um laço forte que os une, um éthos compartilhado que os diferencia dos outros, dos que não dizem de onde vêm, dos que não sabem para onde vão, daqueles que não economizam. O éthos do trabalho. É este o maior bem compartilhado por estes dois grupos étnicos. Seus embates acontecem em outros campos: na religião, na língua, na saúde e muitos outros. O trabalho, a dedicação, o despreendimento de força, a produção do cansaço físico extremo, a exaustão, aquilo que “dignifica”, se opõem ao não trabalho dos outros, dos que não sabem trabalhar, pois que fazem uso de ferramentas rudimentares, plantam longe de suas casas; daqueles cujos modos de vida deviam ser questionados e, se possível, suplantados. Pelo menos este parece um dos objetivos do projeto de colonização desencadeado pelo Estado e executado pelas companhias colonizadoras.

Este éthos era, e ainda é, para os colonos da região oeste um sentimento muito presente, muito pesado. Não que não houvesse momentos de lazer, de compartilhamento, mas quase sempre, também nestes momentos, o trabalho se fazia presente. As festas, como veremos adiante, tinham fortes vínculos com a agricultura, com o labor: a festa da colheita, dia do colono e motorista. Nas visitas aos vizinhos, o assunto geralmente girava em torno da produção, da lavoura, das dificuldades sentidas, trocas de experiências, aprendizados. Trabalhos.

Se o preparo da terra, o plantio, os cuidados com a plantação, retirando ervas daninhas, exigiam o desprendimento de horas intermináveis de esforço físico, diferente não o era a colheita. O milho, quebrado, podia ser estocado em espigas. Mas para vendê-lo ou transformá-lo em farinha era preciso que as espigas fossem debulhadas. Trilhadeiras praticamente inexistiam na região, sendo que quem as possuía na colônia velha teve que deixá-la, pois não havia como carregá-la até Palmitos. O debulhar, assim, era feito com as mãos. Normalmente, se aproveitavam os dias de chuva para realizar tal trabalho. A família se reunia no depósito de milho. Quanto mais membros, mais rápido o trabalho. Um retirava a palha da espiga, os outros debulhavam. Uma mão segurava a espiga, a outra era friccionada, aberta, sobre as sementes, fazendo estas se desprenderem do sabugo. Serviço que produzia dolorosas bolhas, mesmo em mãos acostumadas ao trabalho pesado. Queimaduras eram provocadas pela fricção. Se os grãos estavam bem secos, eram estocados em grandes caixas de madeira. Se estivessem úmidos, os grãos eram secados ao sol antes de serem estocados. Depois de terminado o serviço, a palha era, cuidadosamente, separada. A palha mais fina e macia era guardada para fazer colchões. Estes eram confeccionados com pano grosso, retângulos do tamanho da cama, com um corte na parte de cima, por onde a palha era introduzida. A palha do colchão devia ser chacoalhada todos os dias, para que ele ficasse macio e para evitar que mofasse.

Alguns adquiriam, para debulhar o milho, pequenas máquinas, que consistiam de uma “boca” e uma manivela ligada a dois círculos dentados. A manivela faz os círculos girarem, a espiga já sem palha é introduzida no bocal e a denteção fixada nos círculos fricciona as sementes fazendo-as se soltar do sabugo.

Feijão e soja exigiam outros métodos. Estes grãos eram arrancados e colocados em pequenos montes, com as raízes para cima. Depois de bem secos, eram colocados em cima de uma lona ou pano e batidos com o manguá. Para a confecção do manguá, podia ser usada uma vara verde e comprida, mas o mais comum era o uso de dois bastões. Um mais comprido, servindo de cabo do manguá, e outro menor, amarrado ao cabo com uma tira de couro.

A produção, aquela destinada a subsistência, precisava ser adequadamente estocada em caixas de madeira e em lugar seco para que houvesse comida até a próxima safra.

A carne, seja ela de animais domésticos ou não, era consumida de uma vez quando o animal era pequeno. A carne dos animais maiores era transformada em salame, charque ou frita com sal e conservada na banha. A grande quantidade de animais, como veados, tatetos, pacas, cutias, quatis, tatus e lebres, permitia que, além da carne conservada, se tivesse sempre carne fresca. As fibras animais e a proteína eram bem vindas para os corpos que realizavam trabalhos pesados, além de ser o alimento mais fácil de conseguir. Às vezes, a caça se tornava necessidade para manutenção da lavoura, pois, como a roça era feita em meio ao habitat desses animais, estes passavam a se alimentar dos produtos da lavoura. Aves e peixes eram igualmente abundantes na região, permitindo o consumo de uma variedade grande de carnes:

Olseri: Pra dizer a verdade nós pegava peixes de tudo os tipos. Agora, tinha peixe! Tinha peixe de tirar o chapéu do freguês da cabeça na época, sim. Nós pescava de fiskas assim com cilibris (lanterna) sabe. Com um cilibrinzinho assim de, e muitas vezes, quando o peixe caía no escuro assim, pulava por cima do barco e derrubava o chapéu do pescador (risos). Mas nós pegava que, quando chegava no fim da tarde aquilo era só peixes por cima da água e hoje

para tu ver pular é difícil. Mas naquela época tinha. Tinha gramatão, tinha dourado tinha bracanjuva que hoje não existe mais. A piava. Tinha tudo que era tipo de peixe. Tinha mesmo! Pra escolher. (TRIACA, 2004).

Marcos: Que tipos de animais que tinha, assim de caça?
Pedro: Aqui, nos primeiros anos tinha a anta, capivara, veado, tateto. Hoje não é mais, é porco do mato é javali né, existia o javali, e caça miúda, paca, cutia, quati, existia aos montes né. Quando abriam a roça assim, depois passava o milho precisava matar os quatis se não comiam tudo. (FELCHICHER, 2004).

Quando as casas provisórias dão lugar à casa definitiva, sôtão e porão tornam-se locais privilegiados para secagem dos grãos e depósitos de mantimentos e ferramentas.

Com o crescimento da vila e do comércio local, principalmente a partir da década de 1940, os produtos começam a ser transportados de caminhões para cidades do Paraná e São Paulo. Um alívio para os colonos, que podiam levar seus produtos com a carroça até a casa comercial. Mas não eram grandes casas comerciais. Normalmente, eram pequenos comércios de secos e molhados que começavam comprando alguns produtos dos colonos para colocar à venda no estabelecimento ou agenciando a venda de produtos para comerciantes de cidades vizinhas. Os caminhões, próprios, alugados ou agenciados, levavam, por vezes dias, para percorrer pequeno trecho, pois as condições das estradas ainda não permitiam viagens mais rápidas. Frequentemente o caminhão atolava, sendo necessário o descarregamento dos produtos, o desatolamento do caminhão e o recarregamento dos produtos:

[...] a estrada era puro atolador, atolador, puro barro. E é uma terra vermelha aqui que se... não é uma que nem aquela que nós morávamos lá em baixo [Encantado/RS],

é uma outra terra. Não é aquela que dura muito, mas aqui era buraco, buraco, buraco, mas só se via buraco assim, onde que se entrava com o carro era só assim, só assim. [...] Levava os caminhão, carregava o caminhão de banha, de tambor para levar para Caçador, lá para Londrina, descarregava cinquenta vezes na estrada antes de chegar. Porque ele se atolava, caía fora da estrada. Os porcos, descarregavam no barranco assim. E carregava no barranco assim a muque, tudo. (TOMBINI, 2004).

Cedo, a suinocultura em pequena escala se mostrava atividade rentável. Porcos comuns, de banha, que não exigiam construções ou maiores cuidados com a alimentação.

Nós tínhamos uma encerra como se diz. Então criava eles soltos. Era ali pra cima, onde agora tem outros moradores. E solto ali, então a gente tratava ali com milho. E se levava lá e às vezes se pegava o cesto de milho assim não tinha bastante. E depois, pra engordar um porco não é como hoje que a gente faz que o porco engorda ligeiro. Isso tinha que, ele tinha que ter uma idade boa já. Daí ele fechava no chiqueiro e ali tratava, só com milho e mandioca. E fazia lavagem assim como se diz... Já que dava muita batata doce aquela época aí tudo. Assim engordava. (LIMA, 2004).

Os porcos eram criados em grandes currais, não mais soltos como os que tinham os luso-brasileiros, mas também não presos em chiqueiros. Os machos destinados à engorda eram cedo castrados, pois a manutenção de um reprodutor era o suficiente. Os porcos eram deixados soltos na mangueira, sendo separados alguns, mais velhos, e presos em cercados menores para que não pudessem se movimentar muito. Normalmente, as fêmeas não eram destinadas à engorda, a não ser que houvesse um grande número delas em uma ninhada, mas mantidas como matrizes.

Não eram necessários muitos cuidados com as matrizes, como observância do período de gestação ou necessidade de auxílio no nascimento dos leitões, pois, como o reprodutor ficava solto na mangueira, a fertilização era natural. As porcas, quando sentiam a premência do parto, faziam o ninho cavando um pequeno buraco e juntando pequenos galhos e folhas.

E ali, a gente pregava aquilo. Não saía os porcos. E as porcas para dar cria, davam os filhotes então era no mato, era tudo no mato ali. Elas faziam o ninho de galhos assim de árvores, aquelas que eram meia baixa. Pegava e fazia aquela, aquele monte assim e fazia um buraco ali. Ali, elas davam os leitõezinhos. (LIMA, 2004).

Só se separava para engorda a quantidade suficiente para o consumo e os que se sabia conseguir vender.

Outro produto que era mais fácil vender, pela proximidade com São Carlos, que possuía cooperativa, era o fumo. Pela precariedade das estradas, o fumo era levado pelo colono até a sede do distrito, onde era carregado no caminhão e levado a São Carlos.

[...] eu vendia fumo lá também, no Trennepohl, única coisa que levava lá era fumo... Fumo tinha de exportação, um caminhãozinho de São Carlos. Em Palmitos também carregava o fumo mas levava de Palmitos a São Carlos mais de oito dia às vezes, atolava o caminhão... erguer a pedra tudo, até que ia né. (PICCOLI, 2004).

A proximidade com a cidade termal/turística de Iraí (RS) permitiu também que muitas pessoas sobrevivessem, ou pelo menos conseguissem algum dinheiro extra, no período de veraneio, com a venda de peixes, pescados no rio Uruguai, para os hotéis ou mesmo com a venda dos produtos da lavoura.

Os peixes, depois que a gente já tinha uma idade, é oito anos, antes até, já tinha comércio com os peixes, tinha aqui no Iraí, tinha uns hotel ali, o hotel do Teston, todos eles existem ainda, o hotel do Teston, o Thermas Hotel, o Avenida, o ... Ah! Um que desmancharam, eu não me lembro mais o nome. Esses arrematavam os peixes, porque naqueles anos vinha veranista aí de encher esses hotéis! Era coisa de louco! Hoje não, nem comparação. Então, os peixes que a gente pegava, levava tudo lá né... eles encomendavam, tinha veranista que vinha com os caminhãozinho e levavam pra fora, então eles já sabiam quem pescava, os hoteleiro avisava. (FELCHICHER, 2004).

A pesca era farta e a forma de pescar variava. Uma das formas era a construção de uma mangueira, que consistia em fazer uma taipa de pedras em forma de quadrado ou círculo no meio do rio, deixando apenas uma pequena abertura. Dentro da mangueira, eram jogados alimentos que atraíam os peixes. Quando se via que havia uma boa quantidade de peixes dentro da mangueira, a abertura era fechada, sendo apenas necessário pegar os peixes que ficaram presos.

A fisga era outro instrumento bastante utilizado para a pesca. A fisga, segundo Pedro Felchicher,

[...] é um treco feito assim ó, com três dentes assim, e tem o lado pra botar um cabo, então botava um cabo e com aquelas luz de carbureto a Santa Helena que dizia, numa ponta do caíque e outra atrás, aquele da ponta vinha com a fisga e com a luz né, então percorria o rio assim. E daí, subia lá em cima na corredeira e largava o barco que vinha... o de trás manobrava né, e os peixes vinham assim, dava uma claridade da luz e eles se viravam, daí dava uma fisgada, cravava... Ela tinha os dentes com a contra-fisga assim...

Marcos: Que nem o anzol?

Pedro: É, então cravava e puxava pra dentro do caíque.

Mirian: E tinha peixe grande?

Pedro: Sim.

Marcos: Que tipos de peixe assim?

Pedro: Tinha o dourado, tinha a piava, tinha o brancajuva, tinha gramatão, tinha o surubi, tinha o bocudo ... não muito, mas pegava peixe de quarenta, quarenta e poucos quilos. O dourado de dezoito, vinte quilos, e menor né, claro! (FELCHICHER, 2004).

Alimentos para a subsistência havia em grande quantidade: caça, pesca, lavoura. Mas era preciso comercializar, conseguir dinheiro para cumprir com as obrigações, pagar as prestações do lote, os impostos, adquirir ferramentas de trabalho, os tecidos para a confecção de roupas, ou seja, tudo aquilo que era considerado necessário para uma vida minimamente digna em meio à mata e que, ali, não podia ser produzido.

2.4 A luta com madeiras e balsas

A mata fechada, ao fazer as primeiras lavouras, era um entrave para os colonos. Para cortá-las, apenas machado e serrote. “Ah, primeiro tinha que roçar em baixo, depois derubar o pau grande. Então, ali é uma chácara, agora tem motosserra, naquele tempo não tinha motosserra, então tinha o serrote puxado a mão.” (SIGNORI, 2004.)

A madeira era cortada e, como vimos no primeiro capítulo, dos lotes mais centrais a companhia retirava as madeiras mais nobres, reservando-se o direito de fazê-lo em todos os lotes, pelo menos enquanto estes não eram quitados. A madeira vendida era transportada para a Argentina por meio de balsas pelo rio Uruguai. “Muito pouco,

a Companhia já... a madeira de cedro [...] ... já tinha tirado quase por tudo. E depois, foi derrubada, mas foi estragada bastante madeira que agora faz falta, mas naquele tempo...”. (SIGNORI, 2004).

Nas primeiras lavouras, além de ser um obstáculo que precisava ser vencido para que o plantio pudesse ser feito, o trabalho era perigoso, não apenas pela presença constante de animais peçonhentos, mas principalmente porque era preciso experiência para efetuar a derrubada. Era preciso selecionar a sequência em que as árvores deviam ser derrubadas para não atrapalhar o acesso às outras árvores. Quando a árvore pendia para algum lado, era fácil prever o lado em que ela cairia, mas, mesmo assim, sempre havia o risco que algum emaranhado de cipós mudasse o curso da queda, podendo atingir os cortadores. Quando a árvore tinha o tronco reto, se fazia um corte em forma de V, com o machado, do lado para o qual se desejava que a árvore caísse. O corte devia chegar próximo ao cerne do tronco; depois, com um serrote, cortava-se o restante do tronco pelo lado oposto do corte a machado. Além de ser uma forma de conduzir a queda para o lugar desejado, também evitava que o serrote ficasse preso. Além disto, sempre havia o risco do tronco lascar e rebater, atingindo pessoas próximas. A derrubada do mato era um obstáculo difícil de ser vencido.

Só que tinha muita madeira grossa, era um sacrifício! Naquela época era só machado, pra derrubar um pau daqueles ali. E um serrote que serrava em dois assim, mas tinha que cortar primeiro uma parte com o machado, e depois colocava a serra do outro lado. Se a madeira era reta custava a cair se era torta caía mais rápido. (LIMA, 2004).

Com a entrada das madeiras, e sua instalação de serras em fita, movidas a vapor, era comum o colono negociar uma parte da madeira do lote com a serraria em troca de tábuas. Nesse período, também, muitos já haviam quitado seus lotes, podendo então vender algumas madeiras para essas serrarias.

Marcos: E não conseguia vender essas madeiras?

Olseri: Dificilmente. Depois começou as primeiras fitas na região, aqui então conseguimos vender mas já era pouca madeira. Bem pouca. (TRIACA, 2004).

Se aos colonos por muito tempo não foi permitida a comercialização da madeira, havia quem desta atividade conseguia bons lucros. A madeira era levada por meio de balsas, descendo o rio Uruguai, até São Borja, onde era comercializada. A madeira era retirada e arrastada até a margem do rio. Depois que houvesse uma determinada quantidade de madeira, iniciava o processo de amarração da balsa. Nas primeiras décadas, não havendo na região de Palmitos serrarias para beneficiar a madeira, esta era levada em toras inteiras. As toras eram roladas para dentro do rio e amarradas com cipó:

Cipriano: Era com cipó, cipó que tinha muito aqui, é que os índios ainda acham em algum lugar para fazer aqueles balaio deles. Cipó guaimbé diziam, isso dava comprido dez quinze metros. E se amarrava com aquilo.

Marcos: E como é que fazia, se descascava o cipó, ou ia o cipó inteiro?

Cipriano: Não! Inteiro, inteiro, é com casca e tudo. E depois daí começou a escassear esse tal de cipó. (LIMA, 2004).

Os troncos eram amarrados uns aos outros. A balsa era montada em pedaços, por dúzias de toras. Estes pedaços, depois de sobrepostos e novamente amarrados, formavam o corpo todo da balsa.

Para que o transporte pudesse ser realizado, era preciso aguardar o período de chuvas. O rio precisava atingir o “ponto de balsa”. No mínimo, devia ficar a três metros acima do nível normal, isto porque o rio possui trechos não navegáveis, com pedras e quedas d’água. Nestes trechos, com a enchente e conhecendo o rio, era possível descer com a balsa:

O ponto de balsa isso nos chamamos pontal. Pontal seria, não é que fosse alagado, é pontal! Em torno de três metros e meio, três e sessenta centímetros nós estávamos soltando. Porque aí ele dava acesso de nós passar nas correntezas que não tendo a enchente, não tem como passar. Não tem por causa dos pedrão. Ficava muito, não tem as vezes nem uma embarcação não, não navegava. (ANTUNES, 2004).

Não havia descanso para aqueles que conduziam a balsa. Quando o rio atingia o nível necessário, era preciso estar tudo pronto. Os homens precisavam estar a postos e a comida necessária para a viagem colocada em local seco – na cabana armada sobre a balsa. O fogo era aceso em lata ou caixote com terra no fundo, para evitar riscos de incêndio ou danos na madeira. Depois de solta a balsa, era preciso aproveitar ao máximo a cheia, para não correr o risco das águas baixarem, impossibilitando a conclusão da viagem.

E assim que vinha, que chovia, na época a gente falava lá pelas cabeceiras. Então a água vem de lá de riba, digamos. Não é de riba, mas é das cabeceiras. Aí que tem que aproveitar, tem que estar pronto. Porque se não viajar em seguida... Tem que aproveitar que chegou no ponto de balsa que nós chamava, senão não vence a chegar em São Borja, acaba numa altura ficando que aí o rio baixou. Mas nós, no nosso tempo, nós cuidava muito. Só teve duas vezes que nós largamos e acabamos ficando em viagem. Mais um tempo até vir outra crescente para nós viajar. (ANTUNES, 2004).

Mas a enchente não era garantia de uma viagem tranquila, pois as águas se tornam mais violentas e era preciso conhecer muito bem todo percurso até São Borja. Era preciso saber onde estavam as pedras, o lado em que o rio é mais fundo e a localização de cada ilha, mesmo as mais pequenas, que ficavam submersas na enchente. Acidentes provocados pela turbulência das águas ou por pequenos descuidos eram frequentes:



*Figura 11 – Balsa no rio Uruguai
Fonte: Centro de Memória do Oeste de
Santa Catarina ([19--a]).*



*Figura 12 – Balsa no rio Uruguai
Fonte: Centro de Memória do Oeste de
Santa Catarina([19--b]).*

Marcos: E a senhora lembra, a senhora chegou a ver balsas descendo o Uruguai na época?

Otília: Sim vi, eu morava lá do outro lado, morava na costa do rio, bem pertinho, eu via as balsas descer, eu via balsa de tábua, de viga, aquelas de tábua, tinha porco que levavam pra comer, galinha, carne em cima das casinhas, e também cansei de ver quebrar balsa... Quando quebrava uma balsa que entrava no mato, era um gritado, meu deus do céu, quanta barca que quebrava, arrebentava por que era tudo amarrada com cipó... (TOMAZ, 2004).

Os riscos eram sempre grandes; muitos faziam algumas viagens, seja pela necessidade do dinheiro, seja por espírito de aventura, mas acabavam por desistir do ofício devido aos perigos da empreitada, o cansaço provocado pelo esforço despendido e porque era praticamente impossível dormir em cima da balsa.

Não, eu, eu fui três vezes só é, depois não quis mais. A gente passava muito, muito perigo. E morria gente! Tem um salto que não é longe, aí perto de Itapiranga (Salto

Lucumã). E é um lugar muito perigoso, e lá para baixo também tem cachoeiras fortes. E a gente quebrava balsas, não se dormia quase. E tinha que estar atento, agora a gente tinha o chefe, o prático como dizia. Ele que cuidava, não dormia a noite toda, cuidando. Por causa que tem muita ilha daqui até São Borja, e tem que defender daquelas ilhas. E com aquelas lanchas, ele sabia quando estava perto de uma ilha ele avisava os peão: “olha vamos puxar a balsa que tem tal ilha na frente” e daí a gente tinha aquela lancha que tinha motor era fácil, pior era os que desciam balsa a muque, em remo assim pra defender uma ilha custava. Quebrava muita madeira. (LIMA, 2004).

Onercindo Antunes, morador de Passarinhos, fez sua primeira viagem com balsa aos treze anos de idade. Sua família se mudou para Palmitos no fim da década de 1940, a convite de madeireiros, para trabalhar no embalsamento e condução da madeira até São Borja. Seu pai havia, por anos, trabalhado com balsas no Goio-En e em Caxambu do Sul. Segundo ele, cada prático possuía métodos próprios de condução da balsa, mas algumas estratégias eram necessárias e alguns cuidados eram imprescindíveis para o sucesso da viagem. Uma das estratégias era alcançar o maior salto à luz do dia. Para isso, largavam a balsa em Passarinhos, durante a noite:

Então, o pessoal as vezes estranhava, como que o balseiro agora, meia noite, vai soltar? Ok. Por que à meia noite? Porque nós tínhamos de viajar esse resto, essa madrugada da meia noite para frente, sempre direto. Para pegar o salto que é uma região muito difícil de passar lá em baixo. Essa correnteza muito forte. Aí nós passávamos outro dia à tarde, nesse determinado local. Então você já tinha uma noção do solte pra cruzar em determinado lugar que seria o salto. Que aí ia, inclusive a gente viajava, dependia da altura da água. Se tinha alguns receio da água [...], mas tocava de dia e noite sempre. Tocava... (ANTUNES, 2004).

A condução do prático devia ser precisa. Algumas ilhas ficavam submersas com a enchente, por isso era necessário conhecer a localização exata de cada uma delas. O descuido podia fazer a balsa se chocar e arrebentar a amarração. Quando isso acontecia, o transtorno era grande. Muitos perdiam quase toda madeira. Outros desprendiam esforços absurdos na tentativa de recuperá-la. Os que conseguiam reagrupar a madeira e amarrar novamente a balsa, na maioria das vezes, perdiam a cheia, sendo preciso esperar novas chuvas para completar a viagem.

Durante o dia, a viagem era mais tranquila, apesar de muitas vezes ser sob chuva. Localizar a posição das ilhas e corredeiras era mais fácil, pois havia a ajuda do olhar. O problema maior era durante a noite, quando a visão pouco ajudava. Era preciso saber a distância aproximada das margens, saber para que lado a correnteza estava conduzindo a balsa. Métodos de avaliação da posição da balsa eram necessários e cabia ao prático conhecê-las. Um dos métodos comuns era o uso do eco. Como as margens da maior parte da extensão do rio eram cobertas por mata fechada, o prático gritava e, pelo eco produzido na mata, era possível calcular a distância que a balsa estava das margens. Outro método para saber a direção que a correnteza estava levando a balsa era o uso da linha:

Marcos: E se usava lâmpadas a noite ou o que? Como é que conseguia saber se tinha uma ilha na frente, se estava perto da margem?

Cipriano: Isso o prático que sabia, ele tinha tantas viagens já. Ele morou, agora faleceu, mas ele morou aqui na Ilha [Redonda]. E depois foi morar lá no Paraná, mas faleceu. Ele sabia onde tinha uma ilha, então às vezes pra... a gente se perdia em noite de cerração. Ele tinha uma linha comprida, porque luz tinha só uma lanterninha daque-

las antigas assim, com querosene, que a gente pendurava atrás da balsa. E aquilo, era grande uma balsa, passava daquele galpão lá assim, de largura e de comprimento. Então ali, pra ele, às vezes a gente não notava, ele soltava aquele barbante com um ferro atado na ponta até ir no fundo, daí ele sabia para que lado a gente ia indo. Porque a gente, eu um dia me acordei, eu dormi um pouco de madrugada e me acordei e olhando pra cima: que ilha é aquela lá que nos vamos passar? E diz o cara: “Não nos já passamos por aquela ilha” E a gente fica tonto assim (risos). (LIMA, 2004).

Tonturas, perdas de orientação e cochilos não eram permitidos ao prático. Muitas vezes, mesmo com toda experiência e vigília, durante a noite a correnteza do rio e o aumento do volume d’água podiam arrastar a balsa em direção à margem ou à alguma ilha, tornando o choque inevitável. Se tivesse sorte, a balsa apenas encalhava; noutras, com a velocidade da correnteza, um choque com pedras ou uma ilha podia ser mais trágico. Chuvas e nevoeiros dificultavam a visão, encharcavam os trabalhadores:

Marcos: E como é que se guiava a balsa de noite, como é que vocês sabiam que não estava perto da margem, ou que não tivesse uma ilha na frente?

Carlos: Tinha o chefe que comandava tudo. Ele ficava a noite inteira de pé em cima, quando o rio estava com escassez d’água, que estava pouca a água, então o chefe ficava de pé a noite toda. Tinha que viajar a noite toda, ele ficava em cima da madeira de pé cuidando, e os peão todos com os remos, então qualquer coisa ele falava se era na frente ou era atrás que tinha que remar.

Marcos: E ele enxergava de noite se fosse uma noite escura com neblina ou coisa assim, como que ele sabia se estava longe da margem?

Carlos: Ah, com a neblina era difícil, mas ele entendia muito, porque as vezes tinha neblina que não se enxer-

gava em cima da madeira, mas ele não se perdia. (ROSA, CARLOS TEIXEIRA DA, 2004).

O transporte de madeiras pelo rio se intensificou na década de 1940. Muitos madeireiros com suas serrarias se instalaram em vários pontos ao longo do rio Uruguai. O transporte, antes feito em troncos inteiros, dá lugar ao transporte de madeira já cortada em pranchas ou em tábuas. O cipó dá lugar ao arame. Lanchas começam a conduzir a balsa, dispensando pelo menos parte dos remos:

Era amarrado com arame. Era feito assim os lotezinhos, o molho de três dúzias. Aí eu ia encostando faziam os quartéis que nos chamávamos. Aí nós íamos espichando as balsas. Balsas de mil e quinhentas dúzias, duas mil e quinhentas dúzias, chamava de reboque, já aí no caso, já era puxado com lancha.

Marcos: E se faziam balsas inteiras ou se faziam pedaços primeiro e depois ia se emendando eles?

Onercindo: Não era feito o, é os maços digamos assim os pedaços, os fardos, largados para a água e aí ia encostando até que formava um determinado quartel que nos chamava. Como se fosse do tamanho, três tamanhos dessa área aqui. Aí ia encostando, ia reforçando pra fazer... se formava, dali se formava uma balsa. (ANTUNES, 2004).

No período de cheias, muitas balsas eram soltas concomitantemente, saídas do Goio-En, Caxambu do Sul, São Carlos, Ilha Redonda, Passarinhos, Mondaí, Itapiranga. Várias balsas eram de um mesmo dono. Diferentes donos, diferentes peões. Além do risco de choque com a ilha, havia o risco de balsas entre si se chocarem. Sinais de fogo marcavam a localização da balsa durante a noite:

Carlos: Sempre tinha um fogo grande em cima, eles botavam uma lata na ponta da madeira com lenha e daí en-

tão, ficava sinalizando, quando tinha neblina não dava pra avistar muito longe.

Leandro: Você chegou a sofrer algum acidente com balsa?

Carlos: Olha, quando eu estava junto não aconteceu nada, uma vez que eu não fui eles afundaram um remorque inteiro, tem a balsa inteira ali no Soberbo é o nome do lugar... (ROSA, CARLOS TEIXEIRA DA, 2004).

Alguns lutavam com a madeira como forma de complementar o orçamento de seu trabalho na lavoura, outros assumiam a luta como ofício. Um ofício passado de pai para filho, como é o caso do Onercindo Antunes, que aprendeu cedo o ofício e se apaixonou pelo trabalho com o rio. Se tornou prático depois de poucas viagens que acompanhou, dando as coordenadas para os peões, que com os remos controlavam a direção da balsa:

Aí se ia da prática, do barulho, ouvindo uma cachoeira aqui, outra ali, outra lá, saber se estava no meio. Começava o trabalho, aí tem o prático que nos chamamos, no caso eu em três, quatro viagem que fui já era prático do rio. Comandava uma turma aí dizia, olha tal trabalho e para tal. Corrientes seria Argentina e nós chamava Corrientes na época. O Brasil era para o outro lado. Então todo mundo já pegava fazendo aquele trabalho pra defender de um barranco, de uma queda, uma ilha, um ilhote assim por diante. (ANTUNES, 2004).

As refeições eram preparadas em cima da balsa. Numa caixa com terra, se mantinha o fogo permanente. Pendurado sobre a caixa, o tripé com a corrente para a panela. Não havia horário para parada, sendo que eram feitos revezamentos. Dependia muito do rio e do momento em que se atingia trechos mais calmos, sem pedras, ilhas, quedas. Algumas vezes alguém era destinado a cozinheiro; outras vezes, escolhia-se alguém na hora para preparar a refeição:

Mirian: E se alimentavam do que? como faziam?
Onercindo: Normal, que nem em casa, nós se alimentava. Que nós levava o rancho, nós tinha a casinha, tinha tudo ali. Os fogões em cima, nós tinha todo o conforto em cima.
Marcos: Como é que fazia o fogo em cima da balsa?
Onercindo: Era feito uma caixa, e colocava em cima da balsa no caso, e enchia de terra. Ali fazia fogo em cima, botava umas panelas.
Mirian: E tinha alguém que era destinado para ser o cozinheiro ou, cada dia era um?
Onercindo: É, dependia. Às vezes, dependia o lote ou o pessoal, que quase todos viajavam e conheciam. Então a gente colocava um que tinha prática, na outra balsa outro, ali que acontecia de ficar um. Mas senão qualquer um que pegava ali tinha que fazer. (ANTUNES, 2004).

Chegando a balsa a seu destino, a madeira era comercializada. O dono da balsa, algumas vezes, a acompanhava; outras vezes, ia por terra e aguardava a chegada em São Borja (RS). Os peões e os práticos eram pagos e liberados para retornar. Alguns seguiam de trem, outros de caminhão, meios mais rápidos. Outros, ainda, retornam de lancha pelo rio, quando estas passaram a acompanhar a descida.

Se nós conseguisse determinado ponto de água, nós pegava as lanchas e nós voltava por água. E se era muito baixo, que nós tinha que voltar para começar as balsas de novo, para tocar aqui em cima, aí chegava um caminhão da empresa com uma carga de madeira que ia pelo transporte por terra. Descarregava a madeira e nós carregávamos a lancha e nós vinha. (ANTUNES, 2004).

A água normalmente já havia baixado quando os homens retornavam, sendo preciso conhecer os canais por onde navegar. Mas havia pontos, em alguns saltos, em que a navegação rio acima era impossível; mesmo que a cheia permanecesse, não era possível voltar por água. Neste caso,

a lancha era arrastada encosta acima, até atravessar o salto, retornando depois ao rio:

Marcos: E como é que fazia nos lugares onde tinha os saltos se a água baixava?

Cipriano: O único lugar que nós tinha que vim. O rio estava baixo. Então nós vinha procurando os canais, que ali é mais fundo sempre. Mas no salto grande aqui! Ali era uma tristeza! Nós tinha que puxar aquelas lanchas morro acima assim. Numa talha, isso ai até.. uma vez nós puxamos seis lanchas. Nós estava em quinze, quinze ou dezesseis homens. Numa talha com uma espia aquelas de aço. Então nós botava aquelas lanchas assim em cima de madeiras, assim grossas, roliças e dava as pegadinha. Subia, dava uns cinqüenta metros mais ou menos só, de morro mesmo. E daí em cima era plano, então tinha tipo um arroiozinho. E nós, ali, nós tirava todas as mochilas de dentro pra ficar mais leviano. Então ali nós saía empurrando aquela lancha, erguendo nas pedras e tal. Até sair no Uruguai pro lado de cima do salto. Porque lá era, quando está baixo um paredão só aquele, é. Chega a levantar uma cerração da força que a água cai lá em baixo, não tem, não tem condições de subir ali! (LIMA, 2004).

Poucas pessoas mantinham contratos com os madeiros, fazendo do transporte da madeira sua fonte de sustento. Estes desciam com a balsa e voltavam o mais rápido possível, para retornar ao trabalho de amarração da balsa seguinte. Outros faziam do transporte um meio de conseguir recursos extras em períodos que pouco havia o que fazer na lavoura. Quem era proprietário de terras retornava para sua casa e para as atividades agrícolas. Muitos desciam uma, duas, três vezes, desistindo quando o trabalho na lavoura exigia maior atenção. Quem não tinha propriedade nem contrato com a empresa ia em busca de outra atividade até a cheia seguinte.

A quantidade de peões necessários para conduzir a balsa variava muito. Dependia do tipo de balsa e se eram toras ou pranchas e tábuas. Dependia, também, da quantidade de dúzias de madeira que iam na balsa. “Dependia a quantidade de dúzias. Principalmente uma balsa de mil e trezentas dúzias a média era quatorze homens assim.” (ANTUNES, 2004).

A quantidade de dias necessários para completar a viagem também variava, dependendo muito do volume de água do rio. Quanto maior a cheia, maior a velocidade da balsa e menor o tempo para completar o percurso. Enchentes menores, além da necessidade de mais dias para percorrer o trajeto, eram sempre muito mais arriscadas. Algumas vezes o rio atingia o ponto de balsa e estas eram soltas, mas a chuva diminuía e rapidamente baixava o nível das águas, deixando a balsa no meio do caminho, sendo necessário esperar a próxima cheia.

Trabalhos. Adaptações. Adequações. Aprendizagens. Diferentes formas de organizar o seu mundo e nele inserir a produção. Maneiras diferenciadas de lutar pelo sustento. Trabalhos que assumem diferentes pesos para grupos étnicos diferenciados. Muitas são as lidas, muitas são as formas de encará-las, com maior leveza ou com maior peso.

CAPÍTULO III

OS TEMPOS DA RELIGIOSIDADE E DO LAZER

3.1 Igreja Evangélica de Confissão Luterana

Mesmo tendo sido Palmitos, conforme o projeto de colonização, núcleo destinado a ocupação por alemães evangélicos, muitos católicos, principalmente descendentes de italianos, passaram a ocupar determinados espaços do núcleo. Segundo Renk (2000B, p. 110), hoje “[...] há clara demarcação entre as comunidades alemãs (Sede Oldenburg, Seis de Setembro, Barra Grande, Diamantina, Central, Progresso) e as italianas (Santa Lúcia, Salete, Maria Goreti, linha Toniolli, Linha Tecchio, Linha Marcon).” Nas linhas em que um dos credos predomina pela quantidade de fiéis, há apenas um templo, ou católico ou evangélico. Em linhas em que há grande quantidade de fiéis dos dois credos, foram construídos dois templos e dois salões comunitários.

Como o núcleo era inicialmente de alemães evangélicos, os primeiros templos construídos eram destinados a esta população. Segundo Schreiner (1996), a igreja luterana vem se instalar em Palmitos após a vinda dos primeiros colonos. Havia, no entanto, uma concorrência sinodal dos evangélicos que para Palmitos se dirigiram. Duas correntes

fortes que divergiam na forma de organização dos bens de salvação. Segundo Renk:

Tomando-se a fração protestante, esta subdivide-se em dois sínodos: o rio-grandense ou Igreja Evangélica de Confissão Luterana – IECLB – e o sínodo de Missouri (...). Este último sínodo, fundado em 1847, nos Estados Unidos, entrou no Brasil em torno de 1900, na região de São Lourenço do Sul e Pelotas. Até a Segunda Guerra, grande parte de seu clero era formado por norte-americanos. Desde o início adotava o bilingüismo, no que se afastava abruptamente do sínodo Rio-Grandense, que pregava a língua alemã como o idioma da religiosidade luterana. (RENK, 2000B, p. 81-82).

Em Palmitos prevalece o sínodo riograndense, apesar da defesa de alguns do sínodo de Missouri. Em 1931, é criada a Comunidade Evangélica Alemã na linha Diamantina. No estatuto da comunidade fica clara a disputa entre os dois sínodos e a sua subordinação ao sínodo riograndense:

A associação ‘Comunidade Evangélica Alemã’ com sede no lugar denominado Linha Diamantina da colonia Palmitos, no 10. districto do município de Chapecó, e subordinada ao Synodo Riograndense, tem por fim cultivar entre si a doutrina christã e as normas da vida evangélica com base na Sagrada Escripura e nas Confissões da Reforma allemã.⁹

O parágrafo sexto do referido estatuto tenta garantir que não haja mudanças de sínodo e, caso tal ocorresse, garantir ao menos as propriedades e bens constituídos durante o período de subordinação ao sínodo riograndense:

⁹ Estatuto da comunidade evangélica alemã de Palmitos – Linha Diamantina. Reconhecida no cartório de Cascalho no dia 19 de dezembro de 1931.



*Figura 13 – Igreja Evangélica de Palmitos (construção em madeira)
Fonte: Palmitos ([19-f]).*

Si na comunidade houver divergências, a propriedade della ficará pertencendo àquella parte que é fiel ao Synodo Riograndense. Si se dissolver a comunidade, a propriedade passará ao Synodo Riograndense que a administrará até que se forme no mesmo logar outra comunidade subordinada ao mesmo Synodo, á qual serão cedidos os bens.¹⁰

Segundo Renk (2000, p. 105), vários foram os momentos de divergência entre os adeptos dos dois sínodos em Palmitos, assim como muitos o foram de alianças, concorrências e antagonismos, até ocorrer uma dissensão interna dos seguidores do sínodo de Missouri, garantindo efetiva hegemonia do sínodo riograndense.

Nos primeiros anos de colonização, definido o sínodo ao qual a igreja evangélica de Palmitos estaria subordinada, percebe-se o empenho da companhia colonizadora em prover o acesso aos bens de salvação para os colonos que em Palmitos se instalaram, pois que o salário do pastor, normalmente pago pela comunidade, era pago pela companhia. Segundo Renk,

Além dos colonos de Palmitos, coube-lhe [ao pastor] prestar assistência religiosa aos alemães-russos de Riqueza, aos agricultores de Cunha Porã e também de Iraí-RS. A empresa cedia o burro para realizar os deslocamentos. Essa parece ser a estratégia da colonizadora para arregimentar compradores e permitir o crescimento do núcleo colonial. Afinal, Palmitos era a porta de entrada de toda uma gleba a ser colonizada. O eventual fracasso se alastraria aos futuros núcleos, situados ao norte de Palmitos. (RENK, 2000, p. 106).

A não prestação de serviços religiosos era motivo forte para a não aquisição de terras nestes locais. Um, pelo forte vínculo que estes mantinham com a religião e, outro, porque a grande maioria destas famílias, seja por vivência própria, seja por de familiares, já haviam enfrentado situação de “abandono” religioso quando vindos da Alemanha ao Rio Grande do Sul. A companhia, assim, empreendia

10 Idem.

grandes esforços no sentido de garantir esse acesso e, assim, o sucesso do projeto colonizador.

3.2 Os católicos e a Paróquia São Judas Tadeu¹¹

Em 1931 é criada a Paróquia de São Carlos Borromeu, com sede na vila de São Carlos, abrangendo todos os núcleos coloniais das terras colonizadas pela Companhia Territorial Sul Brasil (Palmitos, São Carlos, Caibi, Saudades, Cunha Porã, Iraceminha, Maravilha, São Miguel da Boa Vista, Flor do Sertão e parte de Campo Erê), subordinada a Diocese de Lages até 1933, quando passa a pertencer a Prelazia de Palmas (PR).

Mesmo Palmitos sendo inicialmente um núcleo de alemães evangélicos e não tendo ainda em 1931 um número considerável de católicos, o núcleo passou a ser alvo de interesse da igreja católica, pois era, tanto para o bispo de Lages, dom Daniel Hostin, quanto para o bispo de Palmas, dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira e Melo, inadmissível que em meio a núcleos católicos houvesse um que não o fosse. Assim, todos os núcleos pertencentes à paróquia de São Carlos Borromeu foram considerados pelos bispos como católicos, independente do número de habitantes que professavam tal credo religioso.

Durante toda década de 1930, o atendimento religioso aos católicos, pertencentes à tão grande paróquia, era dificultado pelo pequeno número de sacerdotes para ali destinados. O atendimento era assim esporádico, levando o padre por vezes um ano inteiro para percorrer todos os

11 Este item faz parte da dissertação de mestrado de Marcos Batista Schuh (2003).

núcleos, realizar a celebração eucarística, os batismos e os casamentos em todas as sedes dos núcleos coloniais. Em tais deslocamentos, realizados com cavalo, ficava o padre, normalmente, hospedado na casa de algum morador enquanto procedia ao atendimento à comunidade católica do local.

Com o passar dos anos e o crescimento do clero no País, mesmo se mantendo vinculados a paróquia de São Carlos alguns padres são destinados a atender com mais assiduidade aos núcleos. Ainda assim, a dificuldade de atendimento se mantinha, pois se um maior número de sacerdotes para ali fora destinado, era justamente porque a população de fiéis católicos havia crescido muito. Se antes havia dificuldade de acesso aos núcleos coloniais, a dificuldade nesse momento passa a ser a de atender a todas as linhas que compunham o núcleo.

Tal dificuldade de atendimento faz com que várias sejam as tentativas, de alguns núcleos coloniais, para conseguir o privilégio de constituir paróquia ou curato, desvinculando-se, assim, da Paróquia de São Carlos. Mas não bastava para tal o desejo dos fiéis; várias questões deviam ser consideradas e ponderadas, várias instâncias a serem consultadas antes de proceder qualquer desanexação.

Em 1951 a comunidade católica de Palmitos e São Domingos (atual Caibi) intensificam as tentativas, até então frustradas, de desmembramento de São Carlos para constituir paróquia própria. Tal desejo é externado pela população e por alguns padres, num momento em que a paróquia de São Carlos está se preparando para a construção de sua nova igreja matriz. O padre vigário José Bunse, da paróquia de São Carlos, escreve para dom Carlos, bispo de Palmas, esclarecendo as tentativas já feitas pelas duas localidades e se posicionando quanto ao local desejável para a instalação de nova paróquia, justificando sua preferência:

As razões porque nós achamos mais conveniente a futura paróquia em Palmitos do que em São Domingos são as seguintes: Palmitos é distrito e São Domingos não; Palmitos pode, numa divisão do Município de Chapecó, tornar-se uma sede d'um novo Município e São Domingos não neste caso tinha que se transferir a paróquia de São Domingos para Palmitos; Os católicos de Palmitos estão em maior perigo de sua fé do que os de São Domingos¹².

A menção do perigo que correm as almas de Palmitos se deve ao fato de neste núcleo haver grande número de não católicos, podendo tal convivência, sem uma presença mais constante do padre, fazer com que católicos passassem a assumir outra profissão religiosa.

No ano seguinte, em maio de 1952, o secretário da Cúria diocesana de Palmas, Fr. Nereu Benvenuti, escreve ao padre José Bunse, informando sobre a sessão do Conselho Diocesano realizada no dia 22 de maio, onde houvera sido discutida a fundação da paróquia de Palmitos. O conselho reconhece os esforços da população de Palmitos em concorrer pela desanexação. Reconhece igualmente os trabalhos da Congregação dos Missionários da Sagrada Família na região, que tal solicitação encaminha. Padres que “[...] tendo por assim dizer, um quinto acatólico no meio de sua paróquia, souberam com tino e perseverança reconquistar o sector para a verdadeira Igreja de Cristo”¹³.

A questão da paróquialização de Palmitos é discutida pelo conselho, segundo Benvenuti, “de forma madura e prolongadamente”, sendo considerada desaconselhável a

12 Padre José Bunse. Correspondência enviada a Dom Carlos Eduardo, Bispo de Palmas em seis de agosto de 1951. Arquivo da Paróquia de São Carlos.

13 Padre Nereu Benvenuti. Comunicação feita ao Padre de São Carlos José Bunse, em 30 de maio de 1952. Arquivo da Paróquia de São Carlos, SC.

criação de uma nova paróquia. As razões de tal proceder são justificadas pelo conselho e comunicadas ao padre vigário deste modo:

V. Revma. compreenderá as razões que ditaram este veredicto:

1). Foi a primeira vez que em reunião os Curiais se inteiraram da questão e seus pormenores. Ora, não é costume do Conselho determinar uma coisa de tanta importância, como é uma nova paróquia, logo a primeira vez que encara o assunto; podem vir ainda tantas particularidades, que, no futuro, mostrariam o êrro duma decisão precipitada.

2). A respeito mesmo das circunstâncias de Palmitos, é de observar:

– ainda não nos foram apresentados todos os estudos prévios da parte de todos os interessados. Temos apenas as sugestões dadas pelo Revdo. P. João Maria Arndt e Fábrica de Palmitos; mas S. Excia. informa que precisa-se considerar de modo particular as condições das capelas de Tombos e Jacutinga, e para isto faltam aqui dados geográficos mais exatos.

a) – a fundação imediata da freguezia de Palmitos teria má repercussão, não só nessa paróquia de São Carlos, como em toda Prelazia. De fato, estando-se construindo a nova Matriz de S. Carlos, desmembrando-se uma parte dela enquanto não se terminou a obra, os outros lugares que também esperam em breve ser paróquia, haviam de tirar daí um mau exemplo, que dificultaria a execução da referida Matriz. Ainda neste ano há pouco tempo, na paróquia vizinha de Xapecó, a simples possibilidade de se fundar a freguezia de Coronel Freitas teve uma repercussão horrorosamente nefasta. Que é que aconteceria então aí, em Saudades e São Domingos?

– nem voga a boa vontade do Revdo. P. João e dos distintos Fabriqueiros de Palmitos, os quais prometem a ajudar à Matriz de S. Carlos, depois de ereta a de Palmitos. Pois a experiência ensina que essas promessas sempre encontram a seguir várias complicações e dificuldades. Com efeito, o Revdo. P. João pode ser transferido, e seu sucessor não aceitar

o compromisso aceito. Da mesma forma, os Fabriqueiros poderão ser substituídos, e os novos não reconhecerem sua obrigação. Dentre a população haverá muitíssimos, senão a maioria, que não se quererá conformar com contribuições obrigatórias, após fundada sua paróquia própria.

3). O que, porém, impossibilita no momento completamente ao Conselho Episcopal de permitir a fundação de Palmitos, é a ignorância das futuras divisas de São Carlos mesma. Pois, fazendo-se, mais tarde, a desmembração de Saudades, como ficará São Carlos? Somente depois de demarcadas as divisas que receberá Saudades e Palmitos, verificando-se em que situação ficará São Carlos [...] é que se pode proceder à divisão dessa paróquia.¹⁴

Ao pároco e aos padres é delegada a função de transmitir aos fiéis a recusa da criação da paróquia em Palmitos. Devem atentar, no entanto, para fazê-lo de forma a não produzir descontentamentos exacerbados na população. É de bom tom também que se esclareça que tal recusa é temporária, que novos estudos devem ser realizados, principalmente quanto às divisas com Saudades e Palmitos.

Pesam principalmente, neste momento, a questão da constituição do patrimônio, tanto de São Carlos, que está por construir nova matriz e adquirir novo mobiliário, quanto de Palmitos. Se ocorresse o desmembramento, além das arrecadações realizadas em Palmitos para pagar as dívidas de São Carlos, seriam necessárias as arrecadações para constituir o patrimônio da nova paróquia, isso sem contar a obrigação de cada conselho em concorrer com 25% da arrecadação total da paróquia para o “Óbulo Diocesano”. Não havia como exigir dos fiéis, constituídos em sua maioria de pequenos agricultores, quantias tão vultuosas para operar tais mudanças na paróquia.

14 Idem.

Não recebendo recusa definitiva, os fabriqueiros, acompanhados de muitos fiéis de Palmitos, continuam a insistir no propósito de conseguir paróquia. Em 1953, quase um ano após a recusa do conselho, que alegou problemas com as divisas e por acreditarem que Palmitos, após a desanexação, não pagaria os óbulos devidos à paróquia de São Carlos, dom Carlos Eduardo, bispo de Palmas, se manifesta sobre os constantes pedidos que lhe chegam de Palmitos. Em carta dirigida ao padre de São Carlos, afirma que sente muito por:

[...] não poder desde já atender ao pedido do povo de Palmitos de fazer paróquia neste ano, conforme expliquei na sua estadia aqui. Hoje, porém, lendo sua carta, fiquei consternado. Quantas dívidas! E com essas dívidas esperam fazer paróquia? É impossível. Eu não compreendo como alguém pode endividar uma igreja deste modo. Diga pois, aí com todo rigor, que em vez de pensar em paróquia, cuidem antes de pagar os débitos que peçam sobre a igreja. Selbach esperou anos, só porque tiveram também a idéia de fazer dívidas. Mas o Bispo não deu paróquia enquanto não tinham saldado os débitos. E assim deve ser.¹⁵

Um ano depois, em 1954, com as dívidas pagas, Palmitos solicita novamente a paróquia e desta vez recebe consentimento do bispo. No entanto, este decide prorrogar novamente a referida fundação, uma vez que o pedido lhe chega no momento em que a Paróquia de São Carlos inicia os preparativos para a inauguração de sua nova matriz. Assim sendo, “Certamente não será conveniente que se crie paróquia na mesma época que se faz a inauguração da nova matriz de São Carlos. Devemos escolher outra época [...] qualquer época deste ano”¹⁶. Mas não foi ainda neste ano que Palmitos conseguiu sua paróquia, pois

15 Dom Carlos Eduardo. Correspondência escrita para o pe. Pedro Elsen de São Carlos, em 15 de abril de 1953.

por praticamente todo ano de 1954 dom Carlos se vê obrigado a se afastar de Palmas por motivos de saúde. Hospitalizado no Rio de Janeiro, dom Carlos sofre intervenção cirúrgica. “A cura foi demoradíssima, e três vezes a ferida fechou e três vezes ela abriu de novo, deixando o médico quase desesperado. Ela fechou definitivamente agora conforme espero, no dia 29 de maio, canonização de Pio X”¹⁷. Mas, mesmo afastado, o bispo continua a cuidar das coisas de sua paróquia, não com o mesmo ritmo, mas continua a solicitar que lhe sejam enviadas por correspondência as questões mais urgentes, para que ele as avalie e as responda. Palmitos viu, assim, sua paróquia criada apenas em 9 de agosto de 1955, conforme “decreto de ereção da Paróquia de São Judas Tadeu”, sendo para tal definidos os seguintes limites:

A leste, começando na barra do rio Barra Grande galga em linha seca a primeira lomba do morro a direita do curso deste mesmo rio, seguindo pela lomba dos morros rio acima até a confluência do Lageado Barra Pequena e daí por diante segue o próprio curso do rio Barra Grande até encontrar a divisa sul da Paróquia de Saudades;

ao norte, segue a linha seca da divisa sul da Paróquia de Saudades;

a oeste, desce o rio das Antas até a sua barra;

ao sul, sobe o rio Uruguay até a barra do rio Barra Grande, que foi o ponto de partida.

Delimitada assim, e circunscrita a nova Paróquia, erigimos em Igreja Matriz a capela existente na cidade de Palmitos com o titular SÃO JUDAS TADEU Apóstolo e Mártir, a quem nomeamos e instituímos padroeiro e Orago da Matriz e Paróquia.¹⁸

16 Dom Carlos Eduardo. Corresp. ao pe. José Bunse. 26 de fevereiro de 1954.

17 Dom Carlos Eduardo. Corresp. ao pe. José Bunse. 23 de julho de 1954.

18 Decreto de ereção da Paróquia de São Judas Tadeu em Palmitos. Carlos Eduardo De Sabóia Bandeira de Melo, bispo titular de Girba e Prelado De Palmas. 09/08/1955. Arquivado na casa paroquial São Carlos Borromeu, São Carlos, SC.

3.3 Trabalhos de lazer

Hoje, o município de Palmitos possui diversos clubes e associações cuja existência está vinculada ao lazer, ao proporcionar momentos de diversão para os sócios. As comunidades interioranas possuem estrutura física para a realização de grandes festas e bailes. Tempos de exceção. Mas não são apenas a esses tempos que se estende o lazer daqueles que habitam e habitaram o município.

Como vimos, dos colonos o bem maior era o trabalho, e era em torno dele que pairavam outras necessidades. Na primeira década de colonização, para muitos que habitavam em lotes mais distantes, havia pouca possibilidade em cogitar necessidades que ultrapassassem os espaços da lavoura ou da família. Até visitar o vizinho era para alguns difícil, pois o vizinho mais próximo estava a quilômetros de distância. A semana era carregada de labor e os finais de semana, quando guardados dos trabalhos da lavoura, não eram menos trabalhosos. Muitos destinavam tais dias, de não trabalhar na roça, para fazer os serviços da casa e de seus em tornos. Tabuinhas a lascar, tábuas a pregar, reparos a fazer, melhorias a planejar. Quem morava na sede, em linhas mais “fortes” ou nas proximidades, dava outros destinos aos dias de guarda, pois tinham maior facilidade de encontrar vizinhos e parentes para inventar formas de descontração.

Havia muitos animais na mata. A caça e a pesca eram atividades comuns, principalmente dos homens, nos dias de guarda. O descanso do domingo era o descanso da lavoura, quando realizavam atividades mais leves que aquelas da semana. A caça e a pesca serviam como diversão ou como forma de subsistência, ou uma aliada a outra. Esses tempos de fartura foram lembrados por Maria Sordi Signori e Otilia Tomaz:

Maria: Não, eles iam caçar também pra comer mesmo. Tinha muitos que gostavam disso ali, e muitos passavam os domingos, não tinha o que fazer, então pegavam e iam caçar.

Marcos: E a pesca assim, iam pescar bastante?

Maria: Iam pescar bastante, iam pescar bastante. Só que naquele tempo tinha bastante peixe, nesse riozinho aqui que era puro mato. Daí tinha peixe, peixe, que não precisava ir no Uruguai. Se pescava aqui mesmo. (SIGNORI, 2004).

Otília: Tinha veado, tinha quati tinha de tudo. Tatu aqueles bugios velhos em cima das grápias, nós derrubava só para ver o tombo, é. Pra que isso?! Quati, aqueles bandos de quatis. Quati meu deus! Sabe aqueles baita bichos que nem bom de comer era!? E nós atirava para ver o tombo do bicho. É, hoje a gente sente.

Marcos: Tinha muito isso de caçar para se divertir, pra passar o tempo?

Otília: Um pouco era porque não tinha diversão na época. Não tinha bodega não tinha nada. (TOMAZ, 2004).

Mesmo quem habitava as regiões mais distantes, pelo menos de tempos em tempos, reunia a família e, a pé, a cavalo ou carroça, visitavam vizinhos ou parentes. “E tu sabe então, eu, carro não tinha, então eu botava a família, três, quatro piazzadas em cima da carroça e nós ia visitar o sogro, o pai lá para a linha Passarinho.” (TRIACA, 2004). Esses momentos de encontro serviam para dividir os fardos do trabalho.

Quem tinha vizinhos próximos, se reunia a eles em muitas noites, principalmente no verão, com seu calor úmido, abafado. Eram noites para conversar, para cantar:

[...] a gente conversava, se tinha um junto que cantava, a gente cantava. Tinha uns que tinham violão. Nós queria cantar com violão mas às vezes a gente está na frente do violão [risos], e as vezes atrás. A gente nem era acostumada a acompanhar o violão. A gente tinha seu próprio ritmo, daí sempre caía fora [risos]. (PAPKE, ELZE HILDE, 2004).

Eram trocas de experiências das coisas vivenciadas. Nas visitas mais demoradas a vizinhos mais distantes, normalmente no chegar, os adultos sentavam numa roda para conversar. Às crianças maiores, a roda de adultos era local proibido, apenas bebês de colo eram ali admitidos. Poderiam até ficar, desde que em silêncio. Interromper a conversa dos adultos com algazarra podia ser motivo de castigo, aplicado quando a família estava sozinha. Havia momento em que os homens saíam para ver a propriedade, ver os animais ou se reunir a outros para alguns jogos. Mulheres ficavam a conversar, preparando quitutes, cuidando das crianças menores, tomando chimarrão. À hora do almoço, todos se reuniam. Se houvesse muitas crianças, estas eram servidas antes ou depois dos adultos, ou então, em mesa separada.

Maria: Ah, naquele tempo não tinha o grupo dos idosos nem nada. Se uniam mais, os vizinhos, passavam tomando um chimarrão e papeando, era isso. Eu estou aproveitando agora, agora às vezes dizem tem uma festa, tem uma reunião dos idosos eu estou lá [risos].

Marcos: Está certo!

Maria: Eu sirvo pra cantar, eu sirvo pra dançar, eu sirvo pra jogar baralho [risos].

Marcos: Que bom, aproveitar essas coisas! E na época assim, tinha alguma outra coisa, que se fazia? Era diferente a diversão dos homens e das mulheres ou era...

Maria: Ah, eles saíam mais, eles saíam mais. Era jogar baralho, era jogar bocha, era sair mais com a companhia no domingo. Ele saía era bem mais.

Marcos: Se juntavam na vizinhança as mulheres, e o que faziam quando se reuniam?

Maria: Ah, tomar chimarrão, comer pipoca, fazer coisa boa, sempre umas coisinhas [risos]. (SIGNORI, 2004).

Muitas vezes, aos domingos, os homens iam até as bodegas ou se reuniam para algum jogo, enquanto as mulheres

ficavam em casa, cuidando das lidas que não tiveram tempo de fazer durante a semana “Ah! era mais ou menos a mesma coisa, a gente se visitava, a gente tinha uma visita e tinha uma amiga, a gente ficava feliz senão a gente saía. Ou ficava em casa, fazendo serviço, a gente tinha o que costurar.” (PAPKE, ELZE HILDE, 2004).

O culto. A missa. Trabalho, religião e lazer. Coisas muito próximas, que muitas vezes se emaranham e se confundem, não sendo possível a distinção de uma ou de outra. A celebração religiosa devia ser realizada ao menos uma vez por semana. Pastor, padre, ministro, capelão, a reza um momento de contemplação, de silêncio, de respeito ao local do sagrado. Diferente da ruídosidade do encontro de amigos e parentes antes da celebração e ao seu término. Momento de fazer grandes rodas para conversas mais amenas, para combinar o carreado da tarde, a visita, marcar encontros, contar e saber das novidades, notícias dos acontecimentos nos últimos dias. Momento de efetuar trocas, vendas, aquisições, de pedir auxílio, de saber onde conseguir um peão para contratar em serviço temporário. Rodas que por vezes levavam horas para se dispersarem.

Tempos de viver diferente, formas diferenciadas de vivenciar as etapas da vida. A infância e a adolescência de brincadeiras simples, com irmãos, vizinhos, amigos. Outros tempos, distantes daqueles de hoje.

Então a família se criava são, sadio, brincando. Brincando até dezessete, dezoito anos. Nós não conhecia o quê que era diversão quase, carregando o bodoque no pescoço, correndo de carrinho. E hoje em dia eles já quando tem dez, doze anos, já estão batendo asa. É tudo diferente. Então criava a família bem melhor. (TRIACA, 2004).

Brincar com rústicos carrinhos feitos pelo pai ou pela própria criança. No pátio, longas estradas feitas com enxada

para andar com o carrinho. Bonecas de pano confeccionadas pela mãe. Confeção que a mãe ensinava para a filha. Bonecas de espigas de milho verde. Bicos quebrados de máquinas de plantar “pica-pau” usados como se fosse a pá de uma patrola, para abrir estradas imaginárias.

“Carretas” confeccionadas pelo pai, por irmãos mais velhos, em grupos. Quatro rodas de madeira, dois eixos, uma tábua. O eixo traseiro ficava preso na tábua. O dianteiro era preso apenas com um parafuso, ficando assim móvel, podendo servir de volante. A direção era dada com os pés, que ficavam apoiados no eixo dianteiro. Era escolhido um morro, preferencialmente em poteiros, por onde se descia com a carreta. O difícil e exaustivo era subir o morro arrastando a carreta.

O trabalho começava cedo, o que não significava o fim da infância, apenas sua restrição. A adolescência, muitas vezes, acabava sendo uma extensão da infância. A adolescência trazia mais responsabilidades em relação ao trabalho, ao futuro, mas permanecia enquanto tempo de brincadeiras. Na caça, o estilingue é substituído pela espingarda. Os rios, que enquanto crianças eram locais proibidos de ir sem a presença de um adulto, se tornam locais permissíveis para serem frequentados sozinhos ou na presença de amigos. Andar ao léu pelas matas sem causar preocupação aos parentes, mesmo que em brincadeiras perigosas, como se balançar em cipós por sobre penhascos, subir em árvores da beira do rio para lá de cima mergulhar.

Marcos: Quando era criança quais eram as brincadeiras, o que faziam? Do que brincavam?

Cipriano: Ah nós fazia... Eu até não conto para os meus filhos e netos (risos), as artes que a gente fazia. Tinha esses os Knapp que eles vieram, no ano vinte e três para cá. Mil novecentos e vinte e três (1923). E depois então nós se reunia, eles tinham uns piás também [...]. Então nós brincávamos nesse Uruguai aí, facilitava. Mas a gente se criou aí, e

nadava e trepava nas árvores quebrava galhos para cair, e eu me machuquei só uma vez [risos]. Mas fazer, a gente fazia muita arte. Mas sempre foi bem. (LIMA, 2004).

As “artes” eram aprontadas longe dos olhos dos pais. Quando vários irmãos “aprontavam alguma”, antes de voltar para casa era preciso fazer um pacto de silêncio, pois que o conhecimento pelos pais podia levar ao castigo. Pacto nem sempre cumprido. Machucados eram, muitas vezes, escondidos embaixo das roupas, sendo a dor disfarçada. Apenas machucados graves e ferimentos produzidos durante o trabalho não eram ocultos.

3.4 Festas

Das formas de lazer, havia aquelas que demoravam a acontecer, mas quando aconteciam eram eventos para ser por muito tempo lembrados. As festas exigiam algo a ser celebrado: dia santo; término da colheita; casamento; comemoração da Reforma Protestante; festas organizadas em torno ao sagrado, ao sagrado trabalho, ao sagrado pão, à sagrada união. Essas festas exigiam o dispêndio de tempo para o trabalho de organização.

As festas, como a de Nossa Senhora dos Navegantes, eram realizadas pelos católicos desde a procissão pelo rio, com a imagem e os barcos enfeitados, até as proximidades da igreja. A celebração eucarística era seguida de almoço, de jogos e de música.

E as festas também, nós tinha aquelas festas antigas da Nossa Senhora dos Navegantes. Então era feito pela barca. Tinha barca ou lancha enfeitada pelo rio era coisa mais linda, nós

fazia embaixo de um arvoredado [...]. Dava às vezes aquelas bagunças lá por baixo daqueles arvoredos. Era um arvoredado grande, bem na costa do rio assim, logo pra cima da ponte ali. Então, era feito tudo a procissão no rio de lancha, barco tudo, quem tivesse um barco enfeitava. Então, tirava prêmio quem enfeitasse melhor o barco. Então a santa também ia pela procissão no rio. (TRIACA, 2004).

A distinção entre evangélicos e católicos, desde que passaram a conviver em um mesmo núcleo colonial, sempre foi bastante expressa. Diferentes templos, diferentes salões comunitários. As separações feitas por linhas, sendo que se havia maior número de católicos tinha um templo católico e se tinha um maior número de evangélicos havia um templo evangélico. Nos locais com evangélicos e católicos havia dois templos, dois salões e dois hospitais.

Estruturas organizacionais bastante diferenciadas nas crenças, nas hierarquias, nas pregações, na relação com o divino, mas que guardavam também grandes semelhanças no modo de fazer, no ordenar de suas práticas.

Todos colaboravam nos trabalhos. Arrumavam mesas para almoço e para o carteado. Arrumavam a cancha de bocha ou a de quarenta e oito. Faziam churrasqueiras, espetos de madeira que não alterassem o sabor da carne, arrecadavam doações, faziam cucas e bolos, além dos doces e salgadinhos para serem vendidos ou rifados, faziam bingos, ou seja, eram dias de trabalho. Havia organizadores responsáveis por discutir e definir necessidades, executar tarefas, distribuir tarefas, conseguir churrasqueiros, pessoas para preparar as saladas, pessoas para servir, para arrumar bebidas, para organizar o café da tarde. Enfim, uma mobilização criada com o objetivo de celebrar, de tornar o momento da festa um momento memorável, um dia para ser lembrado por muito tempo, pelo menos até a repetição no ano seguinte.

Ah, as festas quase que nem agora, que nós fazemos em Santa Lúcia, fazia as festas, então ali, quando que era, quem era da diretoria da igreja, tinha que subir um dia ou dois antes, para trabalhar e aprontar as coisas. E o dia da festa, era festa, de tarde tinha cafezinho, mas cerveja não era muito naquele tempo, mais essas coisas. (SIGNORI, 2004).

Não devotada a santo, a festa da colheita, organizada pelos fiéis da igreja evangélica, torna-se tradição no núcleo, sendo realizada todos os anos. A forma de organização da festa não se diferencia muito de outras. O primeiro momento deve ser devotado à reflexão, à interiorização, à aproximação com o sagrado. O momento seguinte deve ser de exultação do encontro. Normalmente não era realizado baile neste dia, para não incorrer em profanação, mas isto não impedia que se formassem pequenas rodas de dança, embaladas pelo som de violão, gaita, gaitinha de boca e cantos tradicionais, trazidos de outros lugares, de outros tempos.



*Figura 14 – Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, no rio Uruguai, Passarinhos, em 1949
Fonte: Palmitos (1949a).*



*Figura 15 – Festa de Nossa Senhora dos Navegantes,
no rio Uruguai, Passarinhos, em 1949
Fonte: Palmitos (1949b).*



*Figura 16 – Festa da Escola da Comunidade Evangélica, em 1930
Fonte: Palmitos (1930).*

Outro evento memorável da comunidade evangélica era a ocorrência da Reforma promovida por Lutero. Conforme ata da assembleia realizada em Palmitos no dia 27 de setembro de 1943, pela comissão festiva para a festa de Reformação, “[...] falou-se sobre o programa festivo e atribuiu-se o serviço às respectivas pessoas a festa começará de manhã com culto solene em correspondência a data 31 de outubro, após o culto: rifas, jogos diferente caráter, churrascada, café e cuca. Igualmente ficará nesta festa inaugurado o novo harmonio”.

A festa era pública, sendo que aos devotos de outra crença não era restringido o acesso. Católicos podiam frequentar, e frequentavam, a festa organizada por evangélicos e ao contrário. Não era muito comum, mas acontecia por questões de amizade ou parentesco. Não ocorriam, no entanto, auxílios na organização da festa, a não ser que fosse uma festa ecumênica, em que as duas profissões religiosas se reuniam para a celebração conjunta.

Além das datas festivas de cada profissão religiosa, evangélicos e católicos, desde a instalação e organização dos locais do sagrado, criaram vários grupos de discussão, de encontro, de oração e de canto.

Os alemães evangélicos que ocuparam Palmitos nos primeiros anos, segundo Renk (2000b, p. 106), fundaram o “[...] Clube 25 de Julho, destinado exclusivamente aos alemães, que seria uma instituição étnica, contando com banda, coral, bolão, biblioteca, entre outras atividades”. Associações, clubes e atividades que sempre mantiveram forte vínculo com a igreja, sendo na maioria das vezes a ela submetidas.

Das associações religiosas católicas, poucas são as que permanecem desde as três primeiras décadas de colonização. Agremiações que nestas décadas tiveram forte expressão, tanto no

campo religioso quanto no campo político: As Filhas de Maria, exclusivo para mulheres católicas que se reuniam para rezar, fazer pequenas promoções; O Apostolado da Oração, grupo frequentado principalmente por casais para discutir questões referentes à família; e a Liga Eleitoral Católica voltada, principalmente a discussões políticas. Estas associações foram, com o passar dos anos, abandonadas ou perdendo sua força junto aos fiéis. No entanto, elas foram proclamadas como extremamente necessárias para a formação dos fiéis, para a conquista de novas almas e para a continuidade de uma hegemonia católica no País, segundo o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, em Carta Pastoral enviada a todas as dioceses e, por estas, a todas as paróquias na ocasião do Concílio Plenário de 1939:

Continuem todas fiéis ao espírito de sua instituição primitiva; afervorem a piedade de seus membros: dêem-lhes a consciência sólida e esclarecida formação: abram-lhes a caridade generosa todas as possibilidades de bem fazer: acendam-lhes a chama do zelo multiforme e incansável em conquistar corações para Cristo. É nesta exuberância de viço e fecundidade das associações religiosas que a vida cristã se consolida e aprofunda na intimidade das almas e se expande maravilhosamente em frutos de amor de Deus e caridade fraterna. (LEME, 1939).

Associações com objetivo de formação, de oração e de ampliação do número de fiéis, assim como, também, locais de encontro, de conversas, de contar histórias. Momentos de não trabalho na lavoura em espaços que, apesar de seus objetivos de fortificação da profissão de fé, eram também espaços de lazer.

Das associações evangélicas, uma que ainda hoje se mantém é a Associação das Senhoras Evangélicas (OASE), grupo que se encontra com certa regularidade para a discussão de al-

gum tema, para cantar e rezar. As reuniões são finalizadas com um café com cucas, bolachas, doces, sendo um momento de descontração importante, com conversas mais amenas, trocas de experiências, de partilha do alimento e reforço da fé.

A Festa do Colono, realizada no dia 25 de julho de cada ano, atraía grande quantidade de pessoas. Esta tradicional festa era organizada pela comunidade evangélica para comemorar o dia de sua profissão, de sua labuta, celebrando seu direito de trabalhar. Trabalho digno, pesado, que cansa o corpo. Segundo Renk (2004b, p. 112), a comunidade evangélica responsabilizou os italianos católicos que entraram no núcleo, principalmente a partir da década de 1940, pelo declínio do Clube 25 de Julho, nome recebido por ser data de comemoração do Dia do Colono. Os italianos “[...] também recebem parcela de responsabilidade pelo não festejo do dia do colono, nos moldes comemorativos de outrora”. A festa deixou de ser exclusividade dos alemães evangélicos, passando a ser também uma comemoração dos alemães e italianos católicos, sendo que algumas vezes foram realizadas celebrações ecumênicas neste dia.

Os corais eram, e continuam sendo, outra forma de associação bastante presente nas igrejas católica e evangélica, mas que aparecem com mais intensidade nesta última. Mesmo que muitas vezes com grande dificuldade de acesso ao material necessário, as pessoas se reuniam para ensaiar e cantar em coro. A Sociedade Boa Vontade, da sede Oldenburg/Palmitos, que hoje integra várias atividades, como futebol, clube de damas, bolão, entre outras, iniciou suas atividades com quatro cantores interessados na formação de um coral.

Elze: [...] a sociedade Boa Vontade, que é para os cantores, foi iniciada em cinquenta e seis, daí começaram a se reunir. E fundado foi em cinquenta e sete, que saiu o

registro que era tudo legal. Daí começou a Sociedade dos Cantores da Boa Vontade.

Heidi: Porque que esse nome Boa vontade a senhora pode me contar isso?

Elze: Mais ou menos, porque eles cantavam em quatro vozes e só tinham um livro com nota.

Heidi: E essa sociedade de cantores eram quatro vozes masculinas?

Elze: Masculinas sim.

Heidi: E um livro só?

Elze: Um livro só! Não tinha outro. Até que eles conseguiram arrumar mais livros porque não era fácil, daí se copiavam um do outro, de um livro. Ou senão uma voz ensaiava o livro foi pra lá, e quando ensaiava outro o outro ia pra lá. (PAPKE, ELZE HILDE, 2004).

As dificuldades não eram motivos de esmorecimento da população, que buscava retomar a formação de grupos que haviam experimentado nas colônias velhas. Além disto, a população buscava inventar novas formas de se organizar, de produzir espaços de descontração, de aprendizado, de encontro com vizinhos, com amigos e com pessoas que profesassem a mesma crença.

3.5 Os bailes

A gente passeava, ia a baile, e quando era novo brincava com os outros. Daí começou a chegar mais gente, com outras piazadas. E depois a gente começou a ir a baile. E ia até lá perto de Palmitos ia a baile [risos]. (LIMA, 2004).

Estes eventos eram normalmente muito esperados, principalmente no período em que pouca ou nenhuma estrutura para sua realização havia em Palmitos. Mesmo com poucos moradores e nenhum salão nas proximidades, os bailes eram organizados, muitas vezes, na casa de algum morador com de-

pendências grandes. Como eram poucos os moradores, o espaço não precisava ser tão amplo, apenas que comportasse uma reunião de vizinhos para cantar e dançar ao som de uma gaita ou de um violão. Era apenas uma brincadeira, sem maiores preocupações com organização, sem lucros nem prejuízos, pois não havia o que vender, o que cobrar ou o que comprar no baile.

Todos os membros adultos da família participavam desses momentos, que eram de reunir amigos, contar piadas, rir, cantar, dançar. Esses momentos eram de esquecer a lavoura, os problemas, o trabalho duro, sendo instantes diferentes das festas, nas quais o labor estava sempre presente.

Os bailes eram animados, normalmente, por gaiteiros da própria região, pessoas que não faziam disso um ofício, já que muitas vezes tocavam pela bebida ou por uns trocados arrecadados no baile. As gaitas eram suficientes para animar o baile, mas, às vezes, havia violões, gaita de boca e até trompete. Quanto à dança, o par mantinha uma considerável distância entre seus corpos. Eram outros tempos, “[...] não era igual hoje, os bailes eram com mais respeito tudo.” (LIMA, 2004).

Os salões foram construídos na sede e nas linhas, tornando os bailes cada vez mais frequentes. Como iniciavam ao anoitecer, os jovens e os adultos da vizinhança se reuniam em grupos para ir os bailes, sendo que, muitas vezes, percorriam longas distâncias a pé. Era, no entanto, preciso sair cedo de casa para não se atrasar. O baile “[...] começava logo de noite e quando era meia noite terminava. Mas daqui até lá perto de Palmitos a gente ia a pé, numa turma sabe. Ia cantando e se divertindo, e ia pra dançar não ia para ficar fora do salão como fazem hoje em dia.” (TRIACA, 2004).

Neste tempo, quando os bailes eram realizados em outras comunidades, não havia muitas formas de chegar ao local do baile, sendo que as opções eram:

A cavalo, às vezes a pé, depois no fim que a gente começou o ônibus. Tinha um ônibus velho ali, nós ia de ônibus, caminhão as vezes. Mas nós chegava a, olha! de fazer quinze quilômetros de a pé pra ir num baile lá. Pra cá de Palmitos [risos], pertinho de Palmitos lá. Eu me lembro eu e mais dois rapazes uma vez fomos. E mais pra cá nos ia, daí ia rapaziada e guria tudo junto. (TRIACA, 2004).

Longas e divertidas caminhadas eram feitas por estradas de chão, às vezes por picadas e por estradas de roça até o local. Os sapatos, desconfortáveis, deviam ser economizados, pois eram quase artigo de luxo para os colonos e seus filhos. Os sapatos, quando deixavam de servir ao irmão mais velho, eram passados para o mais novo.

Olha! Era lindo mesmo naquela época. E geralmente as moças iam assim carregando o sapato na mão sabe!? Porque tinha aquelas sandalions velhas então fazia muitas feridas nos pés. Caminhar longe, às vezes, para ir das vezes três, quatro ou cinco quilômetros. Então lá perto tinha um riacho, o rio Passarinhos, que nem lá lavava os pés pra depois entrar no salão de sandálias pra dançar. Aquelas sandálias de bicos rebitados. Um passava pro outro, nós de sete irmãos homens, a maioria, vimos calçados novo quando fomos casar da pra dizer. Porque um passava para o outro o calçado. Não tinha essa parte de ter calçados bons não. É... (TRIACA, 2004).

Outros tempos, em que os filhos, mesmo em idade adulta, deviam obediência aos seus pais. Não havia soldo para os filhos, apenas eram distribuídos alguns trocados para o fim de semana, quando havia dinheiro. As compras, mesmo de calçados, eram feitas, normalmente, pelos pais e, muitas vezes, adquiria-se um par por ano para o filho mais velho, que repassava o seu usado para o irmão mais novo. As roupas, quase sempre feitas pela mãe, eram iguais, pois se comprava um pedaço grande de tecido para confeccionar várias peças.

Com as filhas moças, muita rigidez. Rigidez enquanto cuidado. Não era exigida da moça ausência de graça, proibição de folguedos e diversões. Sabendo do baile com antecedência, muitas moças passavam dias a planejar o momento ideal para pedir permissão ao pai. Uma vez dada a resposta, dificilmente o pai voltava atrás: “O velho [o pai] não me deixava [risos], tinha que pedir, se ele dizia sim eu ia, e se ele dizia não, não adiantava pedir duas vezes, porque era não!” (SIGNORI, 2004).

Para a maioria das moças, a ida aos bailes era apenas permitida quando iam os pais ou irmãos mais velhos. Para as moças sozinhas, a ida ao baile não era permitida:

[Ia] com o pai algumas vezes mas o pai porque ele não era muito de... Mas então se ele deixava nós ir algumas vezes. Mas tinha os irmãos que iam junto. As moças sozinhas não iam naquele tempo! Ia um irmão ou dois, iam junto então ...

Marcos: Pra cuidar as irmãs?

Maria: É pra cuidar. (SIGNORI, 2004).

No baile se reuniam os amigos para conversar, beber, quando havia, e dançar. Havia várias formas de “chegar” para fazer o convite à moça. A timidez, remetida a outros tempos, é lembrada por Olseri Triaca. O medo de se aproximar de uma moça e convidá-la para dançar. A timidez era difícil de superar, assim como o constrangimento de fazer o convite aos olhos de familiares da moça.

Marcos: E como era chegar numa moça que o pai e a mãe estavam juntos no baile? Alguém conseguia tirar pra dançar?

Olseri: Das vezes pedia licença pro véio pra ... Se o velho estava lá de bigode enrolado tu tinha que chegar [risos], é, pedir: “Da licença de eu dançar com sua filha”? Então ele

dava a permissão de, é [risos]... Bah rapaz!! Então dava de contar quase casamento feito, se o velho concordava ... [risos]. (TRIACA, 2004).

Se os pais estavam ao lado da moça, não havia como se dirigir a ela, convidando-a para dançar sem antes dirigir a palavra aos pais. Quando ela estava sozinha ou num grupo de amigos, o convite podia ser direto. Ezilina Silveira dos Santos, lembrando dos bailes, diz que seus pais estavam sempre junto e, mesmo que não houvesse necessidade de pedir a eles para dançar, os rapazes não podiam simplesmente abordar a moça convidando-a verbalmente. Outros rituais para isso deviam ser seguidos: “[...] eles estendiam um lençinho [risos], não era eles chegarem e convidar pra dançar...” (SANTOS, 2004). A moça podia aceitar ou não o lenço estendido.

Se a timidez era grande, havia momentos em que o convite à moça era inevitável, já que ao baile se ia para dançar.

Marcos: E como é que era pra tirar uma moça pra dançar? Era fácil chegar nela?

Olseri: Difícil. Difícil rapaz do céu! As vezes chegava no final da peça e nós ficava bispando pra ir. Um empurrava o outro: “Mas vamos e vamos!” nenhum tinha coragem. O quê que acontecia? Então as moças começavam a dançar entre elas. Daí então dava coragem e dois ia lá e batia palmas para apartar é [risos]. Nenhum tinha coragem, mas rapaz, quando chegava o fim da peça era obrigado. E saía que saía o, vixi Maria [risos]! Era gozado. (TRIACA, 2004).

Não havia aviso mais declarado aos homens do salão de que estes deviam convidar as mulheres para dançar do que moças dançando entre si. Separá-las tornava-se uma questão de redenção da hombridade, uma recuperação de honra, e não exigia um convite expresso, com possibilidade de ouvir uma recusa. Recusar um convite para a dança não

era ato comum, a não ser nos casos em que a moça estava comprometida ou muito interessada em que outro a convidasse. Normalmente o convite era aceito e se o rapaz não lhe interessasse ao final da primeira peça a moça agradecia pela dança, o que significava que o rapaz devia acompanhá-la de volta ao local onde o convite havia sido feito.

Em alguns locais, eram realizados os chamados “bailes de damas”, que eram como os outros, com a diferença de que era das mulheres a prioridade para convidar seus pares para as danças.

3.6 Namoro e casamento

Era nos bailes que muitos namoros tinham início. Ou pelo menos era ali que se conheciam, pois se para dançar nem sempre era necessária a autorização do pai ou parente, para o namoro era diferente. Não que os pais escolhessem os namorados das filhas, mas era necessária a oficialização do namoro com a licença desses.

O namoro, este que exigia o consentimento dos pais, tinha um objetivo claro: o casamento. Depois de consentido, o rapaz era autorizado a visitar a moça em sua casa:

Sandra: E como é que era o namoro de vocês naquela época?

Maria: Nós, [...], nada de beijo e de mão dada [risos].

Marcos: E como é que fazia ia na casa da namorada, conversava?

Maria: Ele vinha na casa da namorada, mas a namorada ir na casa do namorado era muito difícil, muito difícil, não era fácil não.

Marcos: E visitava os pais Do noivo e tudo, do namorado ou eles vinham visitar?

Maria: Eles, eles vinham seguido, mas eu pra vim visitar ele, aquele tempo tinha a finada sogra que estava doente, eu acho que eu vim uma vez.

Marcos: Só?

Maria: Só, o pai não deixava sair assim, não era daquele tempo que a gente vai aonde quer. (SIGNORI, 2004).

A moralidade presente era outra. Na década de 1960, o padre Charbonneau, doutor em teologia, publicou em São Paulo uma coleção de cinco volumes sobre a moral conjugal do século XX, uma espécie de manual de comportamento dos cristãos em relação ao namoro, ao noivado, ao casamento e a criação dos filhos. Esta coleção foi amplamente distribuída na época, sendo possível encontrar, ainda hoje, muitos exemplares nas bibliotecas da região oeste de Santa Catarina. Quanto ao namoro, os princípios sugeridos pelo padre eram muito próximos das experiências vivenciadas por nossos entrevistados em Palmitos. Segundo Charbonneau (1968, p. 57), “[...] namoro sério só pode ser aceito na hora em que se esboçar como próxima a assunção da responsabilidade conjugal”. Esta responsabilidade era alcançada no momento em que estava definida a profissão e garantidos os meios de sustentação de futura família, pois:

1º - Quem não for capaz de sustentar, com seu próprio trabalho mulher e filhos, não é capaz de casar; quem não estiver em condições de sustentar uma família, deve esperar;

2º - Quem não puder casar, ainda não pode namorar seriamente. Porque? É proibido? Não! Por causa do simples bom senso. (CHARBONNEAU, 1968, p. 58).

Só era feito o pedido de namoro aos pais com a intenção de firmar o compromisso de casamento futuro. E “[...] era namoro e era casamento, não é que nem é agora.

Namorava um ano, namorava seis meses e depois casava”. (RODRIGUES, 2004).

Charbonneau levantou alguns princípios que deveriam ser observados para que o namoro fosse um caminho seguro para o casamento:

1º princípio: Não permitir que haja **convivência biológica sistemática e prolongada**. [...] Quando falo convivência biológica, falo das manifestações de carinho, através do tato. Sob este aspecto, cuidado com a poesia materna e a omissão paterna [...].

2º princípio: a frequência: o bom senso mesmo nos mostra que dia útil, não é dia de namorar [...] namoro é no fim de semana. Namoro todo dia, NÃO.

3º princípio: formação de grupos: namoro de adolescentes não se faz a sós. Os pais devem cultivar o convívio social, pois os grupos criam um ambiente que despersonaliza o namoro reduzindo a intimidade, que se for grande demais é perigosa.

4º princípio: as festas: estimulada a convivência dos adolescentes, surgirão, naturalmente, as festas. Os pais não podem e não devem impedi-las; deixar demais, por outro lado, não convém. É preciso manter uns certos limites. (CHARBONNEAU, 1968, p. 59).

Os maiores cuidados sempre eram com as filhas. Os rapazes deviam portar-se com decência ou nenhum pai permitiria o cortejo da filha. Havia orientações sobre a escolha, para não passar muitos namoros antes do casamento. Namoros de se conhecer, de conversar, de conhecer intenções, atitudes.

Carlos: Na época era diferente, hoje também já mudou, naquela época a gente namorava mas não ia pra cá e pra lá, hoje a juventude eles saem

Marcos: O namorado visitava a namorada em casa?

Carlos: É, sábado e domingo.

Marcos: E ficavam sozinhos os dois, ou os pais juntos?

Carlos: Ficavam os pais. (ROSA, CARLOS TEIXEIRA DA, 2004).

Nem todos os namoros terminavam em casamento. Namoros eram desfeitos, noivados eram mais dificilmente desfeitos e casamentos não eram desfeitos. Novas escolhas sempre eram possíveis, antes do casamento. Decisões por vezes arrojadas, de terminar namoros e noivados, como o de Dona Eutália, que conheceu Aluísio em 1949:

Eutália: Eu marquei ele para mim [risos]!

Mirian: Ah que esperta!! [risos]!

Eutália: A dona da loja chamou ele e diz: “Aluísio vem aqui ver que duas meninas mais lindas chegaram aqui!”. Ele veio lá muito curioso, com os olhões bem grandes [risos]. E eu digo: Aí vou te segurar!

Marcos: Foi assim que se conheceram então apresentados na loja?

Eutália: Na loja do Marvin.

Mirian: E logo começaram a namorar?

Eutália: Não, não, eu fui noiva dois anos,...

Aluísio: Cinquenta e quatro.

Eutália: Em cinquenta e quatro e cinquenta e cinco.

Mirian: Ah! Estava namorando com outro daí ...

Eutália: Era noiva de um da Barra Grande. Mas eu não me esquecia dele [Aluísio], ele entrava no quartel eu rezava pra ele voltar. Que bobagem!

Mirian: [risos] E daí a senhora deixou do outro, do noivo, pra ficar com ele?

Eutália: Vixi! Quando ele quis casar eu não quis ele, e digo eu não quero casar! Tó a aliança e vá embora! Pegou a aliança e se foi. Daí voltei e corri atrás desse, pernas para que te quero [gargalhada]. (SCHABARON, EUTÁLIA, 2004).

Namoros nem sempre começavam em bailes ou em festas. Poderiam ser conhecidos de infância, na vizinhança ou encontros ao acaso em que um “marcava” o outro. Tempos de espera, de arranjos. Tempos de decidir as formas de ganhar a vida para namorar seriamente.

Maria: Ele sempre diz que quando que eu passei o rio Uruguai e vim pra cá, ele morava em... ele estava de pião lá nos Triches, ele diz que quando que ele viu, ele disse logo, ele me marco logo [risos].

Marcos: E namoraram quanto tempo antes de casar?

Maria: Eu namorei quase uns... três anos, porque eu cheguei, depois ele foi servir o exército então ele serviu um ano o exército. E ele veio e tinha a sogra doente, ah, dois anos e meio três anos.

Marcos: E ele serviu o exército aonde?

Maria: Em Uruguaiana.

Marcos: E nesse tempo a senhora ficou esperando ele voltar?

Maria: É, esperando mandava alguma cartinha e tudo assim [risos]. (SIGNORI, 2004).

Escolhas, marcações, encontros. A intimidade criada durante o namoro não era muito grande, havia o afastamento de corpos durante as danças e nos momentos de visita com a presença dos pais. Mesmo sozinhos, por vezes se mantinham afastados, apenas conversando, os olhos voltados para outras direções, buscando algo para ocupar as mãos, uma pedra para juntar, um capim para arrancar. Namoro sério.

Namoro também! A gente às vezes era noivo, mas vinha pegando... toda a estrada, vinha tirando rama de capim da beirada da estrada assim, porque não tinha nem o que dizer, hoje é aquela agarração sabe. Era namoro mesmo [risos], naquela época. (TRIACA, 2004).

Quanto ao casamento, quando a profissão era a agricultura, como geralmente o era, ao noivo cabia garantir a terra de onde seria retirado o sustento da família. Muitas vezes, o casal ia morar na casa dos pais dele, geralmente quando era uma família menor ou onde os irmãos mais velhos já estavam casados e moravam em outros lugares. Aos filhos mais novos normalmente cabia morar com os pais ou ao menos trabalhar na lavoura dos pais, recebendo destes a casa e a terra como herança.

Como Palmitos foi destinada a ser um núcleo colonial de descendentes de alemães evangélicos, estes, cedo, provisionaram igreja e pastor para atendê-los. Os católicos, por muitos anos ainda, eram atendidos por padres vindos de São Carlos, a cuja paróquia o núcleo pertencia. Assim, os católicos, quando não havia ainda padres suficientes para atender todos os núcleos, precisavam marcar o casamento para uma época em que o padre faria a visita à localidade. Conseguir que o padre se locomovesse de um núcleo a outro, trajeto que normalmente tinha que ser feito a cavalo, exclusivamente para realizar um casamento era praticamente impossível.

Momentos em que as festas eram necessárias. Momento de celebrar a união.

Cipriano: É casamento na igreja, no civil. Então ali faziam festa, convidavam a vizinhança carneavam um boi (risos) os pais, então em conjunto.

Marcos: E esses, é os casamentos eram feitos de noite?

Cipriano: Não, geralmente de dia. Tinha missa, vinha padre daí depois saíam e iam farrear, a turma. (LIMA, 2004).

Casamentos mistos, ou seja, entre partes católicas e partes evangélicas, eram possíveis, mas não muito frequentes.

Casamentos nem sempre bem aceitos, como nos diz Santina Tombini: “Não, nos primeiros tempos não queriam nem saber de namorar alemão com italiano é! pelo amor de Deus!”. Quando aconteciam casamentos mistos a igreja católica concedida ao padre autorização escrita para exercer dispensas em alguns casos, desde que seguisse as prescrições contidas nas leis da igreja, assim como:

[...] facultades para receber por si ou por seu coadjutor, no gremio da Egreja Catholica a Protestantes e tendo sido bem instruídos nas verdades da fé cathólica, recebelhes a profissão de fé, dando, se for necessário, o baptismo sub conditione, e na forma “parvulorum”, não publicamente, e a absolvição das censuras, observando-se em tudo o que diz o appendice XI da Pastoral Collectiva, enviando uma cópia a esta curia assignada pelo neo-convertido e duas testemunhas, e a certidão do vigário (HOSTIN, 1931).

Quanto às dispensas, estas pareciam normalmente dirigidas às formas de aumentar o número de fiéis ou futuros fiéis¹⁹. Eram os casos de casamento de religiões mistas e de algumas formas de consanguinidade. No casamento de pessoas de religiões diferentes, eram concedidas ao padre facultades para proceder de duas formas: ou convencer a parte não católica a renunciar sua religião, adotando o catolicismo; ou quando não havia meios que convertessem a parte não católica, outra dispensa podia ser concedida, o casamento podia se realizar, contanto que a parte não católica atestasse, em documento escrito, que não se utilizaria de qualquer meio para tentar conduzir o cônjuge para outra religião e que os filhos provenientes deste casamento fossem educados

19 Foi encontrado, na documentação da paróquia São Carlos Borromeu, considerável número de concessões de conversão e de casamento misto em que a parte não católica não aceita a conversão.

como católicos. Aqui, cabe colocar que tanto os documentos solicitando a conversão quanto os documentos solicitando casamento misto, sem conversão de uma das partes, encontrados na paróquia de São Carlos Borromeu, são redigidos e assinados por mulheres²⁰.

Chegado o dia do casamento, a cerimônia na igreja era realizada de manhã, com a presença de vizinhos, parentes e amigos. Havia tempos em que a forma de se chegar até a igreja era a cavalo. Noiva, noivo e convivas saíam em cortejo, com tiros de espingarda substituindo os fogos de artifício, cantos alegres sendo entoados e algumas piadas:

Olha eu apreciei algum casamento feito a cavalo, que o noivo e a noiva a cavalo vinham na época. Tudo a cavalo. Então os noivos na frente com os padrinhos, dois padrinhos [...]. É, mas era lindo de ver rapais. Eu vi um casamento a cavalo de um vizinho nosso ali em Passarinhos. Nós ia a cavalo. Então, foguete não tinha, então dava tiro, das vezes botava aquelas taquaras no fogo [risos] pra poder animar a festa. Era bonito de ver! Os noivos, noivos mesmo viu. Na época vestidos de noivos. (TRIACA, 2004).

Chegando ao local do sagrado, a alegria e a algazarra deviam dar lugar à sobriedade. O lugar do sagrado devia ser de reflexão, de introspecção, ainda mais em um momento tão importante como o era o casamento, a união indissolúvel. Depois da cerimônia, quando havia salão próximo à igreja, noivos e convivas para lá se dirigiam. Quando não havia salão, a festa era realizada em casa. No almoço, muitos convidados e muita fartura:

20 Das vinte solicitações arquivadas na paróquia São Carlos Borromeu, entre 1931 e 1958, todas são assinadas por mulheres.

Então, geralmente, quando dava aqueles casamentos ali, convidava toda a vizinhança. Então era preparado, levava uma, duas semanas preparando. Mas era com carne, preparada de casa mesmo, colono carneava um boi ou um leitão junto assim, mas, geralmente, a carne era preparada dali mesmo. Pegava um boizinho bem gordo. Bebida, a única bebida que tinha na época era vinho então já preparava um barril ou se não uma bordoleza ali, conforme o pessoal que vinha. Era vinho feito assim na colônia. Mas isso era vinho mesmo. E só, não tinha outro tipo de bebida. (TRIACA, 2004).

Após o almoço, arrumavam-se a mesa e a cozinha, faziam rodas para conversar, jogar, enquanto outros arrastavam mesas e cadeiras para começar as danças. Na metade da tarde era a hora do bolo. Em muitos casamentos, principalmente de alemães, era costume servir o café da tarde. Café, leite, cucas, bolachas e, por fim, o bolo. A festa se estendia pelo resto da tarde, e as danças recomeçavam. Era comum que a festa fosse até tarde da noite, principalmente permanecendo os familiares. Ao anoitecer eram requeentadas as sobras do almoço e do café, servido enquanto a música e as danças continuavam.

Formas de se conhecer e formas de conviver, de se relacionar com o mundo. Formas de se divertir em tempos que a natureza possuía abundância de atrativos, em que se inventavam formas de ocupar o tempo não despendido na lavoura, no comércio, no transporte ou no trabalho. O lazer dos trabalhos mais amenos, das visitas a vizinhos ou parentes. O lazer da pesca, da caça, dos folguedos nos rios, das brincadeiras arriscadas, dos bailes, das festas, dos namoros, da seriedade adulta. Vozes de agora que se remetem a outros tempos, àquele tempo.

CAPÍTULO IV

ESCOLAS, ALUNOS E APRENDIZAGENS

Em 1996 Rudolpho W. Schreiner publica um livro de memórias sobre sua vinda a Palmitos, onde permaneceu durante vários anos. Cunhado de Walter Budde, colono vindo da Alemanha para o Rio Grande do Sul no ano de 1923 e que em 1926 adquiriu um lote de terras da Companhia Sul Brasil, se estabelecendo em Palmitos no mesmo ano. Rudolpho chega em Palmitos no ano de 1927, acompanhando a irmã Charlotte, esposa de Walter, e Helmut, filho do casal que contava com seis meses de idade. Seus planos eram de voltar logo para a casa de seus pais em Lageado (RS), mas vários eventos o levam a permanecer em Palmitos até 1931.

Segundo Schreiner (1996, p. 72), em 1927, um ano após o início dos trabalhos de colonização, os moradores de Palmitos sentiram a necessidade da fundação de uma escola, pois o núcleo contava com muitas crianças em idade escolar impossibilitadas de estudar pela inexistência de escolas próximas. A companhia garantia o espaço de ensino e propunha-se a pagar também o soldo do professor nos primeiros anos. O maior problema era que não havia nas proximidades pessoa com formação e disponibilidade de tempo para exercer a função de professor. Assim, Rudolpho

é contratado e até 1931 leciona na escola de Palmitos, atendendo os filhos dos colonos alemães, que primeiro aprendiam a ler e escrever em alemão e depois em português. A escola funcionava onde hoje é a sede do município.

Cedo, as crianças que moravam nas proximidades da sede tiveram acesso à educação, direito nem sempre estendido para aqueles que moravam em lotes mais distantes. Esses, ou se submetiam ao deslocamento por vários quilômetros a pé ou a cavalo ou acabavam não frequentando a escola.

Principalmente na segunda metade da década de 1930, quando as linhas do núcleo de Palmitos começam a receber maior número de colonos, várias escolas começam a ser organizadas, sendo, normalmente, o prédio construído pela comunidade, com recursos próprios. Era também a comunidade que providenciava o pagamento do salário do professor. Este era, geralmente, algum colono da própria comunidade que para tal se dispunha por meio período, sendo que no restante do tempo tratava do serviço da lavoura.

A prioridade para os alemães, na instalação do núcleo, sempre era dirigida ao ensino. Era, para estes, muito mais difícil aceitar a não existência de um espaço de ensino do que a não existência de espaço do sagrado. Segundo Renk (2000b, p. 106), em Palmitos “[...] corrobora o ditado popular acerca das diferenças entre alemães e italianos, em áreas novas, a serem colonizadas: ‘O italiano, quando chega, a primeira coisa que faz é construir a Igreja, e o alemão a escola’. O prédio escolar, além das aulas, servia também para a realização dos cultos e reuniões comunitárias”, enquanto os italianos, normalmente, realizavam as aulas e reuniões dentro da igreja.

Com o projeto de nacionalização desencadeado no período do Estado Novo, várias escolas foram criadas no município. As existentes passaram a ser públicas, menos a escola

evangélica. O ensino do alemão foi proibido em todo território nacional, sendo que o professor não era mais pago pela comunidade, o que exigiu formação para o exercício da profissão.

4.1 Educação e profissão religiosa

Com o crescimento do número de católicos, escolas paroquiais foram abertas e mantidas com verbas públicas. Mesmo nas públicas não paroquiais, a Igreja católica, por meio de acordos com alguns políticos, conseguiu garantir que houvesse uma continuação da obrigatoriedade do ensino religioso pautado apenas nos ensinamentos católicos, mas esses acordos estavam sempre ameaçados pelas mudanças políticas. Assim, a manutenção de escolas paroquiais e da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas foi para a Igreja católica preocupação presente durante toda primeira metade do século XX, principalmente a partir da década de 1930, com Getúlio Vargas e o Estado Novo. As articulações diretas entre o alto clero católico e os políticos no poder nem sempre possuíam a eficiência desejada. Deste modo, outros modos de se articular e pressionar as autoridades políticas para que atendessem as reivindicações da igreja católica foram produzidos. Exemplo disso foi o ato sugerido por dom Daniel Hostin, bispo de Lages, em aviso reservado enviado aos padres de sua diocese em 1931:

Como é do conhecimento de V. Revma. promulgou o Governo Provisório o esperado decreto sobre o ensino do catecismo nas escolas officiaes. Diante da gritaria ensurdecadora dos protestos que chegam de todos os Estados, queixa-se o Governo de que os catholicos não estão defendendo o decreto. Quer dizer que corre perigo esta e outras reivindicações,

não perante o Governo Provisorio que continua bem disposto, mas perante a Constituinte futura. Nessas condições, peço a V. Revma. de que faça multiplicar as manifestações de applauso. (HOSTIN, 1931).

Nas escolas públicas foi mantida a obrigatoriedade do ensino religioso. No entanto, foram necessárias as manifestações de apoio para que toda a Nação soubesse que tal medida não partiu de acordos da elite católica com o Estado, muito menos que se tratava de uma extravagância governamental, mas que partia de um desejo da população. As manifestações deveriam garantir, ao menos temporariamente, que os espaços considerados importantes para a formação de fiéis fossem conservados. Dom Daniel Hostin sugeriu que as manifestações fossem múltiplas, individuais, que se avolumem em mesas governamentais e se tornem estatística de aprovação do decreto governamental. Para isso:



Figura 17 – Escola Estadual Mista de Palmitos, em 1941

Fonte: Palmitos (1941).

Os telegrammas são de grande effeito. Eu suggeria em cada parochia uma reunião vistosa ou um abaixo-assignado. O telegrama poderia ser concebido, mais ou menos assim: tantas pessoas, chefes de família responsáveis por tantos alumnos das escolas locaes, felicitam, etc...Para attestar a veracidade do telegramma, seria de grande conveniência que o assignassem, além de numerosas pessoas qualificadas, as autoridades civis, militares, etc. Em todo caso, convém que se multipliquem as felicitações. Bem comprehende V. Revma. as vantagens desse movimento, cujos resultados estimularão o Governo a outros decretos que estamos pleiteando. Será de bom aviso recomendar que nos telegrammas e abaixo-assignados se evitem expressões que denotem estar os signatários cumprindo ordens da curia ou do vigário. (HOSTIN, 1931).

As pessoas deviam acorrer preferencialmente de forma individual, mas nunca denotando que tal ato provenha da sugestão do padre ou pressionados por qualquer outra pessoa, mas que era de livre vontade que o faziam. Era preciso demonstrar à Nação a força da catolicidade brasileira. Era preciso o máximo esforço para afastar os perigos de perda da hegemonia do ensino religioso nas escolas públicas.

A única forma de a comunidade evangélica manter o ensino de sua profissão religiosa em locais de ensino era fazer com que os pais da comunidade evangélica, com filhos em idade escolar, continuassem pagando o soldo do professor, ou seja, transformando-a em escola particular. Nesse período, a escola evangélica, criada nos primeiros anos de colonização, recebe o nome de Escola Particular Duque de Caxias. A Comunidade Escolar Alemã de Palmitos, como antes era denominada, é dissolvida em reunião da Assembleia da Comunidade Evangélica, realizada no dia 31 de julho de 1941:

Como ordem do dia foi disputada a dissolução da Comunidade escolar, qual já se achava vários anos fora de função. A dissolução da Comunidade Escolar foi aceita

unanimamente. Os Bens imóveis passam a ser propriedade da “Comunidade Eclesiástica de Palmitos” obedecendo esta resolução ao artigo 8 dos estatutos da Comunidade E. Escolar Alemã de Palmitos.²¹

Para o ensino, no início da colonização não havia grandes formalidades, uma vez que o interesse dos pais era que seus filhos fossem para a escola para aprender a ler, escrever e fazer contas – as quatro operações básicas. Isso era para eles o suficiente à formação: saber ler para se manter informado, por meio dos jornais e revistas, e para as necessidades litúrgicas.

Manter um professor da própria comunidade, que não exigia grandes desembolsos, sendo pago muito mais com uma coleta de donativos do que por um salário, era muito mais fácil. Muitas vezes acontecia de alguma família não poder pagar com sua parte em dinheiro, pois este era difícil de conseguir mesmo para pagar as compras ou a prestação da compra do lote de terras. Nesses casos, ou eram oferecidos mantimentos para o pagamento ou ajudavam o professor com sua lavoura, uma vez que este não conseguia dar aulas e manter a lavoura em dia.

Com a campanha de nacionalização e a obrigatoriedade do ensino religioso aos moldes católicos, a dificuldade dos colonos da comunidade evangélica para manter seus filhos na escola aumentam. As exigências em relação às escolas aumentam. Documentação, prestação de contas, manutenção de funcionários com salários fixos, impostos. O valor a ser pago por cada aluno se tornava demasiado alto para muitos colonos. Assim, era necessário decidir entre mandar os filhos para escolas públicas, não pagas, recebendo os ensinamentos católicos, ou pagar o valor da escola particular. Como as famí-

21 Livro de atas n. 2 da Comunidade Evangélica de Palmitos. Casa Paroquial da IECLB de Palmitos.

lias eram normalmente grandes, era praticamente impossível para muitos manter seus filhos na escola particular, optando assim pela escola pública. Outro fator que colaborava para essa decisão era a distância da escola particular, uma vez que esta ficava onde hoje é a sede do município de Palmitos e as escolas públicas eram muitas vezes abertas nas linhas.

A concorrência com o ensino público se torna insustentável para a Escola Duque de Caxias. Durante anos a escola se mantém em funcionamento com fundos advindos da mensalidade dos alunos, filhos de colonos que tinham melhores condições financeiras, e com a celebração de convênios junto ao Governo do Estado, em forma de bolsa de estudos que tinham por finalidade manter os adeptos evangélicos recebendo formação escolar na sua profissão de fé.

No ano de 1967, em relatório enviado ao Departamento de Educação do Sínodo rio-grandense pelo diretor da escola Duque de Caxias, este lamenta por não terem conseguido celebrar naquele ano um convênio integral com o Governo do Estado.

O Convênio Escolar no corrente ano era um tanto difícil de conseguir devido ao aumento considerável da matrícula no Duque de Caxias, o que motivou vaga no Grupo Felisberto de Carvalho [escola pública] desta cidade. [...] Conseguido o convênio, os pais foram onerados com pequenas contribuições, em virtude de não ter se conseguido convênio integral. Diante de tal fato o Grupo Escolar Particular Duque de Caxias perdeu mais alguns alunos. Mesmo assim o Grupo ainda é forte e deve se reconhecer e agradecer ao Governo do Estado pela concessão do Convênio Parcial.²²

22 Relatório enviado para o diretor do Departamento de Educação do Sínodo Riograndense, São Leopoldo (RS), pelo Sr. Osvaldo Geib, diretor do Grupo Escolar Particular Duque de Caxias. Palmitos, 15 dez. 1967. Arquivo da Casa Paroquial da IECLB Palmitos.

A concorrência com o ensino público aumentou a cada ano, assim como aumentaram os custos para a manutenção do colégio. A cada ano menos alunos ingressavam na escola particular até que se tornou praticamente impossível mantê-la funcionando. Assim, a educação religiosa católica foi recebida na escola, buscando a comunidade evangélica compensar de outras formas o ensino de sua religião. Uma delas era a aula dominical. Enquanto os pais frequentavam o culto, os filhos em idade escolar recebiam as instruções religiosas em uma sala próxima. Outras lutas eram travadas junto aos governantes para que ao menos os alunos que professavam a religião evangélica fossem dispensados das aulas específicas de ensino religioso católico.

4.2 Ir para a escola

Com escolas particulares ou públicas, com ou sem ensino religioso, estudar nem sempre era fácil para as crianças. A distância era muitas vezes o empecilho maior. Horas caminhando por estradas e piques, sendo quilômetros percorridos todos os dias para ir e voltar da escola:

Marcos: E como é que era na escola quando o senhor era criança?

Pedro: Olha, quando eu comecei, eu vim na escola nós vinha aqui, lá de cima [Nova Brasília] tinha um pique daí, já tinha aberto um pique pelo mato. E a gente vinha na escola aqui em baixo.

Marcos: Era muito longe?

Pedro: Dava sete quilômetros, sete mil metros.

Marcos: E... vinha todo dia na aula?

Pedro: Todo dia, todo dia. (FELCHICHER, 2004).

Além das grandes distâncias, outros obstáculos precisavam ser enfrentados. Em dias de chuva era muitas vezes impossível chegar até a escola, principalmente nos locais em que sequer havia estrada. Muitos desistiam, como Valdemar Piccoli, que diz ter frequentado a escola por apenas seis meses devido a distância:

Mas não tinha jeito, era... O tio dessa ali, o pai dela iam seis quilômetros pra ir até Passarinhos né, ir na aula. [...] Tu conheceu a tia, era a cavalo ou de a pé, puro mato, pique né. Nem de carro era a estrada, era a cavalo, as primeiras coisas era a carroça que passava, quando fizeram, quando inventaram fazer [estradas] né. (PICCOLI, 2004).

As condições de muitos destes colonos, mesmo quando já conseguiam comercializar a produção, eram extremamente precárias. Qualquer economia era bem vinda, pois, depois de quitado o lote, era necessário adquirir muitas coisas: vacas para prover a família com leite; bois para o trabalho na lavoura; arados para lavrar a terra; máquinas para plantar; construir a nova casa; louça; camas; móveis; sementes. Além disso, precisavam prover toda a família com roupas e calçados, coisas que deviam ser economizadas ao máximo, passando de irmão para irmão e de irmã para irmã. As roupas, quando rasgavam, eram remendadas, muitas vezes em vários lugares da peça. Quando se considerava vergonhoso usá-las em locais públicos, passavam a fazer parte das roupas de trabalho na lavoura. Sapatos eram muitas vezes artigos para se usar apenas para ir à missa, ao baile ou a outro evento. Em casa e na lavoura, muitos ficavam o tempo todo com os pés descalços, chegando a sentir dificuldade de caminhar quando o sapato era considerado necessário. Muitas crianças caminhavam vários quilômetros descalças até a escola ou, quando tinham

calçados, iam descalças até próximo à escola, onde lavavam os pés em algum riacho para depois calçar o sapato. Esta prática era muito comum, principalmente em dias de chuva, quando era difícil passar pela lama sem afundar todo o sapato. No inverno eram poucas roupas, poucos calçados, sendo que as dificuldades de ir para a escola aumentavam.

Além disso, as crianças, com média de oito anos, já trabalhavam na lavoura ou em outra atividade produtiva. Então, muitas delas iam durante algum tempo na escola, até saber o mínimo necessário de português e de matemática, sendo que depois abandonavam a escola para trabalhar. Trabalho, o bem maior.

Olha, quem é do interior... aula não tive, eu tive seis meses não aprendi nada... Já fui não sei com quantos anos na aula, depois, já tinha nove anos, me tiraram pra botar serrar... Sabe o que que é serrar no estaleiro, fazer tábua e caibro quadrado né pra fazer casa ... nós serrava sempre as toras. (PICCOLI, 2004).

Então algum que outro que mandavam, me lembro, eu tive uma mana que ela foi estudar fora um pouquinho, fazer ginásio diziam na época. Ela aprendeu um pouquinho mais fora, assim. Mas a gente não, [...]. Tinha que trabalhar viu, com oito ou dez anos tinha que pegar no arado, lavrar a terra e carpir porque veneno não passava na época. Era tudo na enxada e arado, então tinha que trabalhar. (TRIACA, 2004).

Pais que consideravam a educação escolar demasiado importante para simplesmente ser relegada ou os que tinham condições financeiras para tal enviavam os filhos, ou ao menos um dos filhos, para estudar em outras cidades. Alguns iam apenas fazer a complementação depois de terem feito as quatro séries oferecidas no distrito, outros eram enviados

para iniciarem os estudos em outro local. Crianças afastadas de seu lar, que viam a família apenas no período de férias, como no caso de Edite Doroteia Timm:

Bem, naquela época, decerto... Decerto que alguma época não teve [escola], por que o meu pai logo me colocou em um internato. Fui pro Rio Grande do Sul com sete anos de idade. Com sete anos eu já saí de casa. E vinha uma vez por ano pra casa, só. Uma vez meu pai e minha mãe iam me visitar de vez em quando, de dois em dois meses. E eu fiquei fora, fui criada fora. Bem no internato mesmo. Eu sempre digo, as crianças de hoje nem sabem, porque a moradia que tem... (TIMM, EDITE DOROTEIA, 2004).

Outros, mesmo com poucas condições financeiras, davam prioridade aos estudos, pelo menos aos quatro anos possíveis de fazer em Palmitos. Sendo a escola muito distante, em outras linhas, havia os que mandavam algum dos filhos, geralmente os mais novos, para morar na casa de algum parente que residisse mais próximo. A criança frequentava a aula durante meio período, no restante do dia trabalhava para pagar a moradia e a alimentação, sendo para tal também auxiliada pelos pais.

Olha, eu comecei na escola aqui bem pertinho. Eu morava ali em cima, ali tinha um, uma casa, tinha uma família que morava e a esposa do senhor aquele, era professora. Então, eu comecei ali, e depois eles saíram daí, no fim lecionavam dentro da igreja. Mas daí eu já era mais grandinho, e eu depois eu fui na Volta Grande, aí parei uns tempos na casa de um parente meu. É meio parente, de longe, daí eu ia na escola lá. Então depois eu vim pra casa e daí eu ia na sede. Ia na aula na escola da sede Oldenburg. Ia de a pé ou de a cavalo eu e o meu irmão. A maioria de a cavalo, daquela época era só a cavalo que tinha, as vezes ia a pé também. E fui só até o terceiro ano na aula. (LIMA, 2004).

A partir da campanha de nacionalização e da exigência de qualificação dos professores para o ensino, conseguir alguém que desse aulas nas linhas mais distantes era extremamente difícil. Na comunidade geralmente não havia alguém que pudesse fazê-lo, mas também era difícil para um professor de outro local se deslocar todos os dias, dar aula e depois retornar. Além da dificuldade de deslocamento, muitas vezes o salário recebido não compensava o esforço despendido de todos os dias ir e voltar. Não havendo quem assumisse as aulas na escola, esta era muitas vezes abandonada, mesmo havendo nas proximidades grande quantidade de alunos em idade escolar.

Marcos: E como é que era a escola na época, quando o senhor era criança?

Olseri: Essa é uma pergunta muito (risos). Aqui na Brasília nós temos ainda o prédio aqui com duas salas de aula. Funcionava de manhã e de tarde, dois turnos. Mas cheio, tanto de manhã quanto de tarde.

Marcos: Que época isso, mais ou menos?

Olseri: Isso, olha, dá para dizer de quarenta, não [silêncio], trinta, trinta e cinco anos, que eu criei os filhos que os últimos ali foram na aula. O Bolivar aqui em baixo, mais ou menos a base de trinta e dois, trinta e cinco anos atrás. Duas salas de aula, ali funcionava. A professora vinha de Palmitos, de fora assim, elas tinham que ficar morando aqui, na casa de um colono. Então, elas não se adaptavam muito bem. Porque uma que ganhavam pouco e uma que estavam fora assim. Mas não tinha ônibus para elas ir e voltar. Então vê, tinha, só que cada família que tinha aqui em roda era família grande. Dio! Família de treze, doze, treze [filhos] que nem meu mano ali, ele tem doze. Então, era mais, quanto tinha seis que iam na aula. Só ele tinha seis que iam na aula. Então veja bem pra encher um prédio não demora muito não. E lá então só fazia o primário. (TRIACA, 2004).

As quatro séries, normalmente, eram na mesma sala. As atividades para cada série eram separadas no quadro ne-

gro, sendo que enquanto três turmas faziam as atividades o professor explicava o conteúdo para a quarta turma. Conteúdo, era repassado aos alunos apenas o necessário para serem considerados alfabetizados, sabendo ler, escrever e fazer as quatro operações:

Marcos: E o que se estudava nessa época?

Pedro: Naquele tempo o ensino era muito diferente, esse negócio de muita coisa que nem tem hoje não tinha, era o livro era primeiro, que era do primeiro, segundo, terceiro, até o quarto ano era só um professor que lecionava pra poucos aluno [Barulho]... depois mudou esse método.

[...]

Marcos: E a questão dos conteúdos que davam na aula, como é que era?

Pedro: Ah é, era assim, só ensinava porque agora, na aula, eles saem muito com os aluno, naquele tempo não tinha nada disso era estudar e pronto. (FELCHICHER, 2004).

Algumas atividades eram conjuntas, com conteúdos revisados a todo momento, pois uma turma ouvia as explicações destinadas a outra. As atividades eram apenas em sala de aula, não tendo nenhuma lúdica e sem discussões a respeito de formas de ensino-aprendizagem. Apenas ouvir e executar. Ler, escrever e fazer contas que pudessem ser úteis no ofício da agricultura ou do comércio:

[As aulas eram] bastante diferente, naquela época tu estudava o ABC, tudo estudava assim no livro. Estudava, elas ensinavam a fazer temas e fazer escrever, fazer contas. Fazer contas de terras assim, de medição sabe essas contas de tabuadas como tinha. Antigamente tinha que estudar a tabuada e o cara aprendia aquilo ali, um pouquinho a fazer contas assim. (TRIACA, 2004).

Houve tempos, ainda, em que se usava a lousa, um pequeno quadro negro, feito em pedra. Os exercícios eram copiados, resolvidos e depois apagados. Com o tema de casa, era necessário especial cuidado, pois sempre havia o risco do escrito se apagar no longo caminho para casa, fato que certamente levaria ao castigo no dia seguinte. Para evitar que isso acontecesse, a lousa era carregada dentro de uma bolsa de couro, do tamanho exato para não encostar na parte escrita. Na lousa, apenas aquilo que era ordenado podia ser escrito. Nada de supérfluo, nada de desenhos, de recadinhos. Apenas o ditado pelo professor ou por ele passado no quadro negro:

Sandra: Quando a senhora ia na aula, no que a senhora escrevia? Tinha caderno ou o como é que era?

Maria: Não, eu escrevia, o ditado que dizem, eu gostava de fazer o ditado, eu tinha aprendido escrever porque eu gostava. Da pena, tá loco! Só que depois eu relaxei um pouquinho também. E escrever essas coisas, o ABC, até tu aprender, todas essas coisinhas. Agora tu escreve... as bobagem que fazem hoje, desenhos... naquele tempo era bobagem, porque não deixava, tu ia fazer um desenho em cima, tu ia ganhar castigo.

Marcos: Era na pedra ou era em papel?

Maria: Não, tinha a pedra, era na pedra. Depois veio o caderno, mas no começo era a pedra. (SIGNORI, 2004).

Qualquer ato de desobediência à autoridade do professor era passível de castigo. Os professores eram severos e os castigos não eram leves, sendo físicos e dolorosos, além de humilhantes. Mas eram castigos infligidos com a autorização dos pais. E mais, além da concordância dos pais com o castigo dado pelo professor, muitas vezes, ao chegar em casa, a criança ainda apanhava por ter merecido o castigo na escola. E não havia como esconder: chegava em casa, contava para os pais e esperava pelo segundo castigo. Caso não contasse e os pais soubessem por outrem, o castigo podia ser pior.

Marcos: E assim, na sala de aula como é que era? É parecido com hoje ou...

Maria: Olha, quando o professor batia a varinha. Olha, olha, olha, fiquem quietos! Porque a vara te pega! Hoje eu acho que não derrubam a escola porque, porque...

Marcos: E os pais concordavam com isso, com o professor?

Maria: Sim, sim, concordavam sempre! Eu sei que o tempo, tinha o meu mais velho que estudava, em Passarinhos. Mas ele era, mas bem meio burro e bem desafortado. Então, de vez em quando ele vinha pra casa, e a professora dava uma carta que ele tinha que mandar o pai assinar aquela carta, pra mostrar que ele mostrou pro pai. Então ele dizia: “eu não me comporto bem, mãe, na aula. Eu não me comporto bem com a professora”, e tudo assim. E o pai tinha que assinar então, e depois... E aquela foi quem endireitou aquele também, porque ele era bom... É, tem de tudo um pouco [risos]. (SIGNORI, 2004).

Aluísio Schabaron, morador de Ilha Redonda, recorda seu tempo de aula em outro lugar, ainda em São Leopoldo (RS), durante a campanha de nacionalização desencadeada no período do Estado Novo. Tempos da proibição do uso da língua alemã em todo território nacional. Qualquer deslize da língua era motivo para castigos como: ficar ajoelhado sobre milho debulhado; apanhar de vara; ficar de castigo em local público.

Eu era guri novo, eu ia na aula naquele tempo, lá em São Leopoldo, município de São Leopoldo. Então nós não falava nada de brasileiro, então nós sofria na aula. Porque só falava em alemão. Mesmo, sempre que saía com uma palavra meio de atravessado, nós ia de castigo. Tinha que se usar uma cadeira em três, ajoelhados assim, segurar a cadeira para cima e tudo. Ajoelhados em cima de milho, mesmo se a gente falava a palavra um pouco atravessado. Então tinha sempre os que levavam pro professor e ele castigava a gente. Que na época eles estavam construindo uma igreja nova então, tinha madeirama e coisarada e eu fiquei muitas vezes de castigo, aí por falar a palavra um pouco de atravessado. (SCHABARON, ALUÍSIO, 2004).

Outros tempos. Naquele tempo. No meu tempo. Outras importâncias para o estudo, a preparação para o básico, não para conseguir um diploma e um emprego, mas para melhor executar o trabalho que já vinham realizando. Um ano, dois, três, quatro no máximo para a maioria. Enquanto era possível, quando era possível.

Outros métodos de ensino, outras formas de repressão. Quando os pais não consideravam outra atividade mais necessária que a frequência na escola. Depois dos dez anos, só para quem tinha condições, pois que senão era considerado tempo de trabalho desperdiçado. Era idade para efetivamente trabalhar na lavoura, não mais como a criança que os pais ajudavam a terminar de capinar a carreira, mas como adulto que já devia acompanhar, ombro a ombro, o trabalho: “Mas é que também não tinha o que se estudar mais na época. Porque chegava até na quarta série se tu passava, passava. E se não passava os pais não te deixava mais ir, tinha só até ali e pronto. Porque você já era muito grande.” (TRIACA, 2004).

Não que a educação fosse pela maioria dos pais considerada desnecessária, mas havia necessidades mais prementes, que exigiam uma atenção imediata, pois trariam algum retorno para a família, contribuindo para a produção que sustentaria a todos. Era necessário ler, escrever e fazer contas de adição, subtração, divisão e multiplicação, mas trabalhar, produzir, garantir o sustento da família era ainda mais.

CAPÍTULO V

DAS DORES DO CORPO E DE SEU ALÍVIO

Apesar das propagandas da Companhia Sul Brasil de que a região de Palmitos contava com todos os recursos necessários para receber novos moradores, como hotéis, igreja, hospital e escola, nada disso havia quando muitos se instalaram. Escola não havia, mas logo a companhia consegue uma sala e um professor para tal. Quanto as Igrejas, a companhia apenas cedia o lote e negociava com o Sínodo Riograndense a vinda de pastor ou com o Provincialado da Congregação da Sagrada Família – Congregação com sede provincial em Passo Fundo (RS) que assumiu as paróquias instaladas na área de colonização – a vinda de um padre para atender a população, ficando a construção do prédio da igreja por conta dos moradores. Hospital não havia, nem mesmo médico que a esta população atendesse. A companhia não os providenciou.

Os serviços de atendimento à saúde, assim como da educação, eram assumidos pelas igrejas. No dia 27 de maio de 1947, a comunidade evangélica de Palmitos se reúne em assembleia para discutir:

[...] sobre a fundação de um hospital em Palmitos. Conversando assazmente sobre o assunto, salientaram todos os presentes por unanimidade que urgisse a solução da

lamentável situação quanto a assistência médica por falta de um hospital confortável. Após longas discussões e ponderações sobre o assunto resolveram que procurassem realizar esta magnífica obra da construção de um hospital pela ‘Paróquia Evangélica de Palmitos e por demais pessoas benévolas.²³

Sendo tal decisão tomada, era preciso dar os encaminhamentos necessários para a ação. Foram nomeados três membros da comunidade para elaborar o estatuto da sociedade hospitalar, sendo marcada a reunião para discussão e aprovação no dia primeiro de junho do mesmo ano. O primeiro estatuto era simples, definindo o nome como “Hospital Palmitos” e instituindo a função da diretoria, bem como os fins para o qual a obra seria realizada:

Art. II. São seus fins:

1. Receber e proporcionar tratamento médico, farmacêutico e alimentar gratuitamente a doentes pobres ou indigentes que forem apresentados com guias da autoridade competente até o limite combinado entre esta e a Diretoria do Hospital.
2. Receber e proporcionar tratamento médico, farmacêutico e alimentar a seus associados e a outras pessoas mediante pagamento de acordo com a tabela de diárias constantes no regulamento interno²⁴.

Os associados seriam os membros da comunidade evangélica que contribuíssem com os valores periódicos estipulados em Assembleia Geral. A associação era vedada para pessoas de outras profissões religiosas. Estas seriam atendidas,

23 Ata n. 1 do primeiro livro de atas do Hospital Palmitos. Palmitos, 27 maio 1947. Arquivo do Hospital Palmitos.

24 Ata n. 2 do primeiro livro de atas do Hospital Palmitos. Palmitos, 1 jun. 1947. Arquivo do Hospital Palmitos.

contanto que se enquadrassem como pobres autorizados por órgão governamental ou mediante pagamento de consulta e, em caso de internação, o pagamento das diárias.

O terreno para a construção do hospital foi cedido pela Prefeitura Municipal de Chapecó, ficando o material de construção sob responsabilidade da comunidade evangélica. Doações de madeiras para cepos, barrotes, caibros, tábuas, telhas deviam ser buscadas. Comissões foram organizadas para percorrer todas as linhas do Distrito, conclamando a comunidade evangélica de cada local a colaborar com a efetivação da obra e para se tornarem membros da Sociedade Hospitalar, enquanto sócios. Uma taxa de Cr\$ 200,00 foi estipulada como entrada para quem quisesse se tornar sócio. Além disto, festas foram organizadas para arrecadar recursos. No entanto, a sociedade não consegue arrecadar dinheiro suficiente para terminar a obra e adquirir os equipamentos necessários. Assim, a sociedade optou pelo financiamento para conseguir o restante dos recursos.

Em 1949 foi feito contato com um médico de Porto Alegre para prestar atendimento no Hospital Palmitos. Mais uma despesa se tornava necessária para a Sociedade Hospitalar: a construção da casa do médico; assim, mais uma comissão se formou para conseguir o material e o dinheiro necessários para as obras. Com obras, construções, reformas e aquisições, o hospital começa a funcionar lentamente nos idos de 1950.

Sendo o único do Distrito de Palmitos, os católicos ali residentes muitas vezes recorreram ao atendimento no hospital da comunidade evangélica, sendo, por vezes, a contragosto, pois as disputas entre católicos e evangélicos sempre foram bastante explícitas no local. Além disso, estando internado em hospital não católico, estes não recebiam o atendimento religioso. Não que fosse proibida a entrada de

padres no hospital para atender a fiéis, mas o atendimento não era constante. O padre se dirigia apenas em casos de extrema necessidade. Assim, em 1953, o padre Afonso Winkler, responsável pela comunidade católica de Palmitos, convoca os fiéis para uma reunião:

Com a palavra o Revdo Pe. Affonso: faz a assembléia presente o objetivo da convocação, que era a da fundação de uma sociedade Hospitalar Beneficente, para a vila de Palmitos, explicou mais aos presentes da necessidade imperiosa de ser organizada tal sociedade, para que esta, no futuro, pudesse prestar a população de Palmitos uma melhor assistência médica, principalmente entre as classes menos favorecidas da fortuna.²⁵

Todos os procedimentos se repetem: formação da sociedade, organização dos estatutos, regimento interno, arregimentar sócios, arrecadar material de construção, dinheiro, pensar as obras, iniciar os atendimentos enquanto as necessidades de aquisições aumentavam.

Com a fundação do hospital, as irmãs de Notre Dame – com sede provincial em Passo Fundo (RS) – instalam casa em Palmitos e assumem os ofícios do hospital. Com enfermeiras, auxiliares e prestadoras de consolo religioso, católicos não podiam mais se queixar de constrangimentos e não atendimento espiritual quando internados no hospital. Além do atendimento nesta instituição, as irmãs também se dedicaram ao ensino nas escolas públicas locais.

Segundo Renk (2000b, p. 112) “Há alguns anos houve a proposta, por parte dos católicos, de fusão dos dois hospitais.

25 Livro Tombo da Paróquia São Judas Tadeu. Palmitos: Casa Paroquial de Palmitos, n. 1, 1953.

Os evangélicos negaram-se por considerarem o seu superior em equipamentos e serviços e entendê-lo enquanto último reduto étnico: ‘Logo onde nós estamos mais fortes?’. Negativa compreensível enquanto manutenção de distinção étnica, uma vez que a população evangélica sentiu-se lesada tanto com a entrada de católicos em um núcleo que deveria ser, conforme projeto de colonização, de alemães evangélicos, quanto com o projeto de nacionalização da educação e da obrigatoriedade do ensino religioso católico nas escolas públicas.

5.1 Aplacar a dor sem médicos e hospitais próximos

Com a instalação dos hospitais, a população de Palmitos passou a ter atendimento, pelo menos emergencial, nos casos de doenças mais graves. Antes, era preciso buscar atendimento em locais vizinhos que já possuíam hospital, como nas cidades de Iraí (RS), para a população que ocupavam as linhas das margens do rio Uruguai (Nova Brasília, Passarinhos, Santa Lúcia e São Brás) e de São Carlos. Nesta época, muitas pessoas morriam por doenças que hoje são consideradas de tratamento simples, uma porque dificilmente se procurava atendimento médico, a não ser nos casos em que a dor se tornava insuportável, e outra pela distância que tinham que percorrer até chegar ao hospital. Elze Hilde Papke lembra o sofrimento da perda de um filho pela dificuldade de acesso ao hospital e pela falta de solidariedade da única pessoa nas proximidades que possuía carro:

Heidi: E quando alguém ficava doente como é que era?

Elze: Isto não era fácil. Eu só posso dizer que nem sempre eu me recordo, porque às vezes é pesado demais. Eu posso dizer que anos depois, quando a nossa nenê adoeceu, daí

nós viemos lá do mato, lá do Estreito. Passando por pique e tudo com a criança nos braços, caminhando até na sede [Oldenburg]. Para depois poder pegar um carro, ali tinha dois três carros. Três eu acho. [...], aí nós viemos de a pé até aqui pra pegar uma corrida para levar a criança para o hospital. [...]. E daí, sabe o que que ele respondeu pra nós?: “eu não tenho necessidade de fazer corrida. E além é domingo de manhã”. Nós com a criança nos braços e vendo que ela estava mal. [...]. Daí as mulheres entraram e daí logo o sogro do [...] veio, daí ele pediu: “O véio, o senhor consegue levar a Combi até Palmitos então leve essa gente até Palmitos” Daí não chegou a anoitecer a criança estava falecida. [...] [período de silêncio]. E assim era por tudo.²⁶ (PAPKE, ELZE HILDE, 2004).

As mortes também ocorriam por doenças cujo tratamento, mesmo no hospital, não era feito adequadamente, seja pela falta de equipamentos, seja pelo desconhecimento total das causas. O pai de Valdemar Piccoli faleceu de uma hemorragia no nariz:

Marcos: E antes de ter o hospital aqui em Palmitos onde é que as pessoas iam no médico.?

Valdemar: Iraí (RS), naquela vez não existia nem... porque o meu pai faleceu de sair sangue do nariz, isso é hemorragia né, talvez tinha cura se tivesse como hoje... Mas aquela vez não tinha médico, tudo... Sabe o que eles faziam? Enfiavam um, enrolavam uma gaze e enfiavam no nariz até em cima, nos dois lados, daí saía pela gengiva... tudo assim. Ele ficou lá não sei quantos dias lá, depois veio pra cá, já tinha parado de sair sangue, depois tinha uma roça pra terminar ele foi né... aí começou trabalhar, começou sair, diz ele seja como deus quiser e pronto, não foi mais atrás... faleceu. (PICCOLI, 2004).

26 Neste trecho optamos por cortar as partes da entrevista em que apareciam os nomes dos envolvidos.

Cuidados parcos, cuidados considerados desnecessários, emergência de cuidados. Longas distâncias percorridas a pé, a cavalo, de carroça, com canoa atravessando o rio. Muitos sequer chegavam vivos ao hospital; outros chegavam vivos, mas a demora houvera sido tanta que pouco restava a fazer, a não ser esperar.

Eu inclusive perdi a primeira esposa por doença. Essa que eu tenho junto é a segunda. É, na época ela faleceu em Iraí. Mas nós aqui, eu passei anos e anos ali abaixo de doenças. Mas nós, pra pegar ônibus, tinha que ir a Passarinhos a pé. Fazer oito, sete, oito quilômetros a pé. Ou pegar um carro, que tinha um que tinha um carro, depois ele tinha um jipe. Então pra ir até Iraí quando a barca dava passagem. Das vezes de noite nem dava passagem então, era triste viu. Então, depois ela, a segunda esposa doente, uma criança adoecia, tinha que ir até Passarinhos para pegar o ônibus, que vinha lá de fora do Rio Grande que era a empresa Cunhã Porã pra ir a Palmitos. Carregar criança nas costas até Passarinhos pra chegar no hospital em Palmitos. (TRIACA, 2004).

Enquanto não houvesse sinais de que se tratava de alguma doença mais grave, tratamentos com chás, emplastros e charopadas eram feitos. Gema Brancher Guadanin fala de seu filho pequeno que chorava muito, mas não tinha febre alta, nem inchaços, nada visível que pudesse ser identificado como doença. Assim, sua mãe adotou a medida que imaginava possível de resolver o problema do neto:

Marcos: E assim quando ficava doente que não se ia no médico, se tratava em casa mesmo, quem que cuidava?

Gema: Olha os mais velhos pra dizer a verdade. Só o mais velhinho levei no médico de Iraí (RS), porque ele chorava dia e noite, não dormia. Mas ali foi a minha mãe. Quando ela veio lá, o guri chorava e ela foi dar uma colher de óleo de rícino. E deu aquela rapa das tripas, e o guri chorava de dor dentro da barriga. Daí o médico disse pra mim, quando levei lá e ele consultou, ele disse: “você deu óleo pra esse

guri?”. Daí eu disse: “sim, minha mãe que deu”, mas ele ficou brabo, ele disse: “Tu nunca mais me dá óleo pras crianças ainda mais de rícino!”. Não sei se agora conhecem esse óleo. Esses anos quando tinha uma criança doente tacavam uma colherada. Só que ele era tão pequenininho e foram dar uma colher de óleo. E daí o guri tinha três dias imagina, daí para os outros não dei mais. Não dei!

Sandra: E assim a sua mãe seu pai quando vocês ficavam doentes como é que eles faziam daí?

Gema: Sabe o que, que eles faziam? Te tacavam uma boa dose de óleo de rícino. Ainda botavam numa xícara, não davam só uma colherada. Que a mãe as vezes surrava nós, porque nós não queria. Levava a xícara ali, e aquele cheiro. Voltava de volta, surrava pra nós tomar.

O nosso remédio era aquele. (GUADANIN, 2004).

Opções nem sempre curativas, mas tentativas de produzir alívio na própria dor ou na dor daqueles que sequer podiam dizer onde doía. Aprendizados.

Como a grande maioria da população era de agricultores, na lida e nas andanças de pés descalços, ou nas brincadeiras de criança, muitos acidentes aconteciam e, a não ser que fossem extremamente graves, não eram considerados suficientes para procurar um hospital e atendimento médico. Cortes com ferramentas de trabalho, em tocos de árvores, eram geralmente tratados com banha de porco fria, para estancar o sangramento e proporcionar a cicatrização. Quando eram cortes com vidros, pregos enferrujados ou espinhos, o local devia ser desinfetado, sendo cuidadosamente lavado com água e sabão feito em casa. Limpo o ferimento, era aplicada uma compressa feita com vinagre e sal aquecidos.

Quando os pais não sabiam o que fazer, improvisavam alguma medida ou consultavam alguém de mais idade

para saber se conhecia algum chá ou compressa que pudesse aliviar determinada dor:

Na época não tinha. A gente quando ficava doente das vezes consultava, falava com uma pessoa da comunidade. Um outro entre nós assim “que será que é bom?” Um as vezes lá te dizia: “faz uma xaropada das leve”. As vezes fazia bem, as vezes fazia mal, não se sabia o que tomar. Porque quando a dor pega é difícil, única solução era essa, porque de noite das vezes, passar noites e noites ali com dor de dente, uma coisa assim, porque não tinha atendimento. Hoje em dia tu faz uns passos ali, tu já tem atendimento. É bem diferente, ou pegava o ônibus que passa aqui duas três vezes por dia. Então chega mais fácil lá, mas quantas vezes de chorar de dor de dente e não ter recursos. Não ter aonde ir, abaixo de comprimido ali, quando tinha. Senão botar cachaça na boca ou álcool na boca para poder, para poder aguentar. (TRIACA, 2004).



*Figura 18 – Hospital da Comunidade Evangélica de Palmitos
Fonte: Palmitos ([19--g]).*



*Figura 19 – Construção da nova ala do Hospital Palmitos, em 1967
Fonte: Palmitos (1967).*

No interior, em meio ao mato, com gado próximo e uma grande quantidade de moscas, era muito frequente pessoas com bernese. A mosca pousava em algum local do corpo, colocava os ovos e picava a pele, sendo que o local era coçado e causava irritação, permitindo o alojamento dos ovos sob a pele. Nesses casos, as medidas eram igualmente simples: se fosse uma região do corpo em que houvesse pelos ou cabelos, estes eram raspados, depois era colocado sobre o local um pedacinho de bacon ou um emplastro com farinha de trigo e algum combustível. O objetivo era sufocar o berne, fazendo-o sair.

Quanto aos piolhos, a medida era igualmente simples: raspar o cabelo.

Mas havia coisas que não podiam ser resolvidas em casa, mas para as quais também não se recorria ao médico.

Nestes casos, as pessoas procuradas eram as benzedeiras e benzedores da região:

Marcos: E tinha alguma benzedeira, benzedor que morava aqui?

Gema: Ô!! sempre tinha benzedeira, sempre teve, aham.

Marcos: E as pessoas procuravam as benzedeiras?

Gema: É, as vezes a gente procurava [risos].

Marcos: Para que tipo de doenças?

Gema: Elas benziam pro ar, pro quebranto, sabe [risos].

Mas e agora também tem isso.

Marcos: Era com frequência que se procurava?

Gema: Não, às vezes, eu mais que fui atrás de benzedeira foi quando nasceu a Suzana, que só chorava não comia, gritava dia e noite só. Senão eu não era muito de...

Marcos: E assim tinha tratamento com chá?

Gema: Sim chá nós dava bastante, cházinhos, mangerona, essas coisas. (GUADANIN, 2004).

Mas não eram muitos que exerciam tal ofício. A procura era grande, mesmo com a dificuldade de acesso. Gema Brancher Guadanin fala de quando caiu na lavoura e se machucou, tendo que procurar um benzedor, que era um senhor de idade que fazia benzimento para torções e, até mesmo, para ossos quebrados, aprendendo com ele o ofício do benzimento:

Gema: Eu aprendi do falecido Trevisol, o pai do Dino. É Dino aquele ali? Ele era bem velhinho e eu, um dia na roça, eu estava arrancando inço na roça e caí. Então saiu fora do lugar a minha mão. E não sarava, não sarava e cada vez pior! Aí eu fui a Santa Lúcia tinha o velho Fiorese, pra arrumar. Ele disse: “Tu não vai aguentar”. Ele disse “Eu tenho que quebrar pra arrumar”, ele disse “tu não aguenta.”. Mas daí eu disse: “Vou fazer o que”, daí ele disse “Bota uma pulseira bem apertada de couro”. Mas cada vez pior! Daí me falaram: “Olha tem um lá em São

Braz, o Trevisol que ele benze de mal jeito. Só diz que é muito tempo tu tem que ir nove vezes”. Eu fui três vezes melhorei. E daí, a minha sogra caiu assim em cima, ela não podia mais nem erguer o braço. Foi lá, benzeu, e ele disse assim, o velhinho: “Eu já estou cansado cada um que se machuca em Passarinho vem aqui, e eu vou te dar o benzimento”. E ele me deu e escreveu, e é até um benzimento em italiano. Tem que ter um tubo de porco. Nós chamamos de sonda, aquele tubo do porco. Temos que, quando mata um porco, temos que guardar. E ele me deu o benzimento, e ele me disse: “Quando sai fora do lugar, benze lá”, então eu benzo e por isso que eu sei, é.

Marcos: ele passou assim pra senhora?

Dona Gema: É me passou, haham.

Marcos: Mas tinha só ele na região que arrumava osso?

Gema: Só.

Marcos: Ele só fazia benzimento?

Gema: Não arrumava, era só benzimento. Mas eu melhorei não precisou nove vezes. Eu fui três vezes e fiquei boa, boa. E daí comecei também eu a benzer.

Marcos: E as pessoa procuravam bastante esses arrumadores ou ia num médico?

Gema: Ah, se era quebrado ninguém ia no médico, eles iam naqueles para arrumar, é. (GUADANIN, 2004).

Era frequente também que pessoas fossem mordidas por animais peçonhentos, como aranhas, cobras e uma infinidade de espécies que com a lavoura sentiam seu habitat invadido, atacando os “invasores” na lida na roça. Cipriano Avila de Lima diz ter sido o filho mordido por uma cobra e sequer admitiu a possibilidade de buscar ajuda médica:

Marcos: E acontecia muito das pessoas serem mordidas por cobras nessa época?

Cipriano: Acontecia!

Marcos: E daí fazia o quê?

Cipriano: Ah! pois é! aquela época o senhor sabe, tinha não sei se a fé ou o quê... Tinha muito benzedor. Então, benziam

as vezes, e começou a vir médico aí em Palmitos então ia no médico. Porque a cobra, francamente, eu tive um filho que foi picado por uma cobra uma vez aqui. Ele foi pegar, ele estava carregando lenha. Então foi pegar um pau de lenha assim pra colocar dentro da carroça. E a cobra saltou nele e picou ele assim. Mas ele era um rapaz de muita coragem. Pegou e espremeu assim, diz ele que saiu uma aguinha amarela ali. E acha que ele quis ir no médico? Mas lidemos e ele não foi no médico. Depois, volta e meia ele tinha um problema. De uma farpa que ele enfiou uma vez, quase morreu o rapaz. Daí o médico começou a especular ele diz escuta, falando: “tu não foi picado por alguma cobra alguma vez?” diz ele: “Eu fui!”. Diz ele: “Pois tu está com esse veneno no corpo ainda”. E qualquer coisa arruinava pra ele. Hoje ele está bem. (LIMA, 2004).

Formas de se manter livre da dor ou de apenas aliviá-la. Doenças que não causavam dor aguda, hemorragias ou febres altas eram dribladas pelos “saberes populares”, pela experimentação com chás, ervas e emplastros. Todas as tentativas de evitar uma viagem até o hospital eram válidas.

5.2 O nascimento dos filhos

Quando havia poucos hospitais, mesmo nas cidades vizinhas, outras práticas já tradicionais eram usadas. Quando ficava grávida, por exemplo, dificilmente a mulher procurava o hospital para fazer qualquer exame. Pré-natal era palavra que sequer existia em seu vocabulário. Depois, porque procurar um médico se gravidez não era doença? Na hora do parto, no entanto, a mulher não ficava desamparada. Sempre havia alguma mulher de mais idade que a ajudava. Parentes, vizinhas, parteiras que se especializavam no ofício de trazer para a luz as crianças.

Quando chegava a hora do nascimento, alguma medida tinha que ser tomada, alguém que já tivesse feito outros partos precisava ser chamada:

Elze: E meu pai tinha aquela mulinha. Então iam de a cavalo até la na Ilha, ter que arrumar uma parteira.

Heidi: E ela vinha a tempo ainda?

Elze: Sim [risos] vinha a tempo.

Heidi: Primeira dor tinha que avisar a parteira, pra ela chegar...?

Elze: A última, a última criança a finada que nasceu. Daí não tinha mais tempo.

Heidi: Aí nasceu sozinha?

Elze: Sim. (PAPKE, ELZE HILDE, 2004).

Não importava a hora do dia ou da noite, não importava se estivesse chovendo ou não. Muitas vezes era preciso deixar a esposa sozinha ou com filhos ainda pequenos para sair e buscar ajuda da parteira. Elze Hilde Papke fala do nascimento de seu último filho: as contrações começaram durante um temporal e o marido teve que deixá-la para buscar a parteira. Além das dores do parto, da insegurança de estar neste momento sozinha com as crianças pequenas, ainda havia a preocupação com o marido que saíra no temporal, em meio a uma chuva de granizo:

Tinha tormenta e caía pedra. Daí ele queria sair pra vim ali pra fora para mandar um carro, já foi contratado o Helio pra buscar a parteira. Tu não vai embora! Eu sozinha ali em casa com as crianças pequenas e com esse temporal, podia acontecer alguma coisa com ele na estrada, eu pensei, precisava passar no mato. Ele esperou um pouquinho, daí quando ele ia embora eu disse “Vá ir ver mas se é recurso mande ela pra cá”. Quando ela veio a criança já estava nascendo. Quase que eu estava só. (PAPKE, ELZE HILDE, 2004).

Para aprender o ofício de parteira, nenhum curso, apenas a observação de outros partos. Para a realização do parto, nenhum instrumento hospitalar, nem luvas e nem máscaras. A parteira lavava bem as mãos com água e sabão e quando havia álcool usava-o como desinfetante. De resto, era tentar da melhor maneira possível auxiliar no nascimento. Adélia Rodrigues se tornou parteira na região de Passarinhos, aprendendo o ofício vendo o nascimento do sobrinho:

Adélia: Não usava nada, Usava só as mãos.

Marcos: Cortava o cordão com o que?

Adélia: Cortava o cordão com a tesoura, depois usava um álcool, algodão. Dai depois enfaixava, enfaixava todo ele inteiro [risos].

Marcos: Deixava a criança durinha [risos]. Mas assim a senhora aprendeu isso com alguém?

Adélia: Eu vi com uma irmã mais velha minha e uma parteira que veio socorrer uma mulher aqui nos Marcon. Eu estava junto dai fui praticando. (RODRIGUES, 2004).

Depois de feito o parto e cortado o cordão umbilical, a parteira dava banho no recém-nascido e o entregava aos braços da mãe, pois seu trabalho estava terminado. Alguns conselhos eram dados quando nascia o primeiro filho: os chás que ajudariam a fazer o leite “descer”; os cuidados necessários com a quarentena; o resguardo, período em que a criança não podia sair do quarto, pois não podia pegar vento frio. A mãe poderia sair, mas havia que se tomar cuidado com a alimentação e com os banhos. Estes não eram recomendados, assim como lavar o cabelo durante a quarentena. Durante os primeiros sete dias, os cuidados com o recém-nascido deviam ser dobrados. Cuidado também com o umbigo da criança, sendo esta totalmente imobilizada pelas

faixas, inclusive braços e pernas. Era preciso que todos os dias a faixa fosse retirada e a região do umbigo cuidadosamente limpa, tomando todo cuidado possível para não raspar ou puxar o pedaço de cordão que se mantinha preso ao umbigo. Feita a higiene do local, era sugerido pela parteira que se passasse banha ou azeite no cordão, o que faria com que ele se desprendesse mais rapidamente do umbigo.

Marcos: E a senhora chegava a receitar algum chá, alguma coisa para a pessoa?

Adélia: Chá, só chá mesmo. Porque remédio eu não usava, não tinha remédio nenhum naquela época.

Marcos: E como é que era na época assim quando nascia uma criança, quais os cuidados que a mulher tinha que ter, que a senhora orientava para ter?

Adélia: Era quarenta dias de guarda, de resguarda os quarenta dias. E oito dias a criança não podia sair pra fora do quarto.

Sandra: Não molhava a cabeça nem nada!

Adélia: É.

Marcos: E como é que era assim, as questões de higiene da mulher, ela podia tomar banho nesse tempo?

Adélia: Não podia, nesses quarenta dias não podia tomar banho. E agora saem da mesa de parto e vão tomar banho.

Marcos: E tinha mais cuidados com as crianças?

Adélia: É a gente cuidava até o sétimo dia, mais era o sétimo dia. Depois do sétimo dia já não tinha tanto resguardo mais.

Marcos: E tinha alguma doença que era comum nas crianças na época?

Adélia: Não. Eu, naqueles que eu fui trabalhar, fazer, não aconteceu nada.

Marcos: E com o umbigo quais os cuidados que se tinha, quais os cuidados que se pedia para as mulheres ter?

Adélia: Ah! Todos os dias desenfaixar, e limpar e lavar com água morna e depois botar um azeite em cima.

Marcos: Só o azeite?

Adélia: É só o azeite. (RODRIGUES, 2004).

Muitas formas foram inventadas por essa população que vivia distante dos espaços oficiados de cura. Havia sempre uma pessoa mais velha que já tinha vivenciado ou aprendido com alguém maneiras de dirimir algumas dores, recorrendo a plantas medicinais e remédios caseiros. A população procurava os poucos médicos e hospitais existentes em cidades vizinhas apenas nos casos de morte eminente, sendo, muitas vezes, tarde demais para receber qualquer socorro da medicina da época.

CAPÍTULO VI

DAS ÁGUAS EM FONTES TERMAIS

As histórias narradas sobre como foram descobertas as águas termais da região oeste de Santa Catarina, em Quilombo, Águas de Chapecó, São Carlos ou Palmitos, são muito próximas. Foram, segundo depoimentos, encontradas ao acaso por caçadores que se embrenhavam na mata em perseguição à alguma caça, deparando-se com um banhado de águas quentes.

Em Palmitos, duas fontes ficaram bastante conhecidas, ainda na primeira metade do século XX: Ilha Redonda e Taquarussú. Segundo Werlang (1992, p. 116):

[...] a descoberta das águas minerais de Ilha Redonda é anterior a chegada das companhias colonizadoras. Maria dos Santos afirma que foi a mãe dela que descobriu as águas minerais de Ilha Redonda. Conta que, juntamente com seu marido, haviam atravessado o Rio Uruguai para caçarem no lado catarinense, quando sua mãe caiu num poço de água quente. Foi quando passaram a divulgar tal fonte. (Werlang, 1992, p. 116).

Na pesquisa realizada por Werlang (1992), a entrevistada Maria dos Santos não chega a explicitar o ano em que seus pais teriam encontrado as águas. Em entrevista com Eugênio Timm, morador de Ilha Redonda, este diz ter

ouvido relatos de que as fontes haviam sido encontradas em 1907, sugerindo, no entanto, que já eram conhecidas anteriormente e que estes caçadores já faziam uso delas, sendo apenas feita uma divulgação maior a partir daquele ano.

Olha dizem que, bom que foi descoberto já em 1907... Por um casal lá do lado de lá do rio, que vinha caçar aqui deste lado. Que desse lado tinha caça, muito mais caça que do lado de lá. Mas esse casal que veio aqui, eles vinham buscar água mineral (TIMM, EUGÊNIO VALTER, 2004).

Localizada à margem direita do rio Uruguai, Ilha Redonda fica a 15 quilômetros da sede do município de Palmitos. Encontra-se defronte a uma ilha de tamanho considerável, tendo um formato elíptico, ou seja, arredondada, dando origem ao nome do balneário.

As fontes termais de Taquarussú estão localizadas a cerca de vinte e cinco quilômetros da sede do município de Palmitos, próximo a Cascalho. Foram bastante utilizadas no período em que Cascalho era sede do Distrito, porém, quando a sede foi transferida para Passarinhos, e depois para Palmitos, a exploração destas águas termais estagnou, fazendo com que as pessoas que investiram no local fechassem as portas de seus estabelecimentos e se mudassem para a nova sede. Segundo Valdemar Piccoli, que morou nas proximidades de Taquarussú:

Valdemar: Eu, a minha primeira água mineral que eu conheci foi Taquarussú, era onde nós morava. Nós ia de a pé, tinha o pique lá, aquela água lá é a melhor água que temos, e tá lá abandonada.

Marcos: E as pessoas usavam essa água na época, se usava bastante?

Valdemar: Olha, na época, tinha os Triches lá, fez um hotel, tinha gente... depois o Triches saiu de lá e abandonaram tudo. (PICCOLI, 2004).

Assim, as águas que permaneceram em exploração por todo período, desde que foram encontradas, foram as de Ilha Redonda. Isso não significa que as águas e a lama existentes em Taquarussú deixaram de ser utilizadas, mas apenas deixaram de ser exploradas, não existindo estrutura física para abrigar as pessoas que para lá se dirigiam.

Se tratando de riqueza natural, as águas são de propriedade do Estado, ficando submetidas ao Ministério de Minas e Energia, podendo esse fazer concessão de sua exploração a particulares. Segundo Antonio Selistre de Campos, em artigo publicado em 14 de agosto de 1949 no jornal *A Voz de Chapecó*, em 1920 Frederico J. Logemann, que na época morava no Rio Grande do Sul, consegue junto ao Estado não apenas o direito sobre a exploração comercial da água, mas a concessão da área de terras onde se encontra a fonte em Ilha Redonda. Segundo o mesmo artigo:

Após a Revolução de 1930 estando, como estava, na Interventoria de Sta. Catarina o general Ptolomeu de Assis Brasil, foi baixado um decreto, de 30 de setembro de 1931, anulando a concessão Loguhmann [sic], sob o fundamento de que esta contravinha – ao interesse público e à moral administrativa.²⁷

O senhor Logemann recorre à justiça na tentativa de anular o decreto da interventoria, ficando praticamente durante as décadas de 1930 e 1940 em disputa com o Estado pela concessão. Segundo Selistre de Campos, em 1949 Logemann “[...] consegue modificar a situação jurídica das cousas, isto é, achou meios para voltar a ser dono das terras cuja concessão lhe fora cassada” (*A VOZ DE CHAPECÓ*, 1949).

27 *A Voz de Chapecó*. Chapecó, ano 8, n. 248, 14 ago. 1949.

Durante todo esse período, Logemann continuou morando no Rio Grande do Sul, sem fazer os investimentos exigidos pelo Governo do Estado no Balneário, que tinham como objetivo proporcionar todas as medidas de higiene para quem fizesse uso das águas, como construção de local em alvenaria e uso de banheiras de louça. Logemann manteve uma estrutura com banheiras e casas de banho de madeira.

Com a concessão reavida, o Governo do Estado pressiona Logemann para que efetue os investimentos necessários para que as águas possam ser devidamente aproveitadas. Eugênio Valter Timm chegou em Ilha Redonda em 1952, vindo de Horizontina (RS), para a construção do Balneário de Logemann: “Então o Logemann disse ‘[...] escuta eu vim pra Ilha Redonda porque o governo do estado, está me dando um duro’, senão ele não tinha nada para construir o balneário. Que daí aconteceu não vai trazer o acesso.” (TIMM, EUGÊNIO VALTER, 2004).



*Figura 20 – Balneário de Ilha Redonda
Fonte: Centro de Memória do Oeste de
Santa Catarina ([19--c]).*

As disputas pela área, no entanto, se arrastam por diversos anos, mesmo após Logemann conseguir a revogação

do decreto de 1931. Em 1965, o então governador Celso Ramos constituiu todos os municípios do oeste catarinense que possuem em seu território fontes de águas termais como “Estâncias Hidrominerais Naturais”, passando essas para as mãos do poder público municipal para serem gerenciadas, podendo ser exploradas pela própria prefeitura municipal ou em parceria com particulares.

As águas, nesse período de disputas, não deixaram de ser usadas. Era grande o número de pessoas que a ela recorriam durante toda primeira metade do século XX.

3.1 A ciência das águas

Ainda no ano de 1882, o médico da Colônia Militar de Chapecó – situada no atual município de Xanxerê – Ismael da Rocha, ouvindo relatos da existência de fontes de águas termais nas margens do rio Uruguai, empreende viagem até as chamadas “Fontes Termais do Xaçecó”, localizadas no hoje município de Águas de Chapecó, com o objetivo de realizar exame minucioso nessas. Sua viagem teve como trajeto uma picada aberta entre a sede da Colônia Militar de Chapecó e as fontes termais localizadas à margem do rio Chapecó. Neste período estas terras faziam parte do estado do Paraná e eram consideradas terras devolutas, pertencentes ao Estado.

Se o médico Ismael da Rocha embrenhou-se na mata em busca das águas, não foi com o objetivo de se aventurar, mas com o de lançar à luz da ciência sobre as estranhezas daquelas matas. Pois corriam pela região, e pelas cidades rio-grandenses próximas do rio Uruguai, notícias sobre os efeitos curativos, milagrosos, das águas quentes que se encontravam ocultas naquelas paragens. “Alguns ca-

sos de curas, na verdade admiráveis, verificados com seu emprego, chamaram a atenção do povo que habita estes sertões, dando lugar a crença de que sobre ellas pairava um sopro divino cercando-as de uma auréola de santidade, única interpretação possível para os factos observados”²⁸. Mas antes que se propaguem mais notícias sobre a operação de milagres por meio da água sulfurosa, para o médico era preciso comprovar que a cura, na verdade, se dava por intermédio de elementos químicos contidos na água. Era preciso verificar quais os elementos químicos que essas águas continham e qual a quantidade exata de cada um desses elementos. Era preciso, também, definir se realmente trazia benefícios à saúde, quais doenças essas águas podiam curar e quais ela poderia vir a provocar e qual o tempo estimado para permanecer em contato com ela. Por isso, era necessário examinar, definir, descrever essas águas, já que o seu uso implicava em uma questão de saúde pública.

Não era apenas sobre as águas localizadas às margens do rio Chapecó que recaia o olhar e a preocupação de Ismael. No artigo publicado nos Anais da União Médica, em novembro de 1882, mesmo ano de sua viagem, no trecho final de sua descrição dos procedimentos adotados em relação às águas do Xaçepó, o médico faz considerações em torno da existência de uma fonte de águas sulfurosas a uma distância de duas léguas descendo o rio Uruguai (nominado por Ismael da Rocha como rio Goyo-En), após a foz do rio Chapecó:

A nossa estação nas aguas do Xaçepó durou até dia 13 de Maio. Durante este intervallo chegaram por terra e pelos rios alguns doentes, que tendo noticia da minha viagem, quizeram aproveitar a occasião para experimentar os effeitos das aguas mineraes.

28 Jornal Dezenove de Novembro. Artigos do Dr. Ismael da Rocha Transcritos da União Médica de 1885. Curitiba, n. 107 a 111, 1913.

Fui então informado de que as vertentes do Xaçecó não eram as únicas, e que havia outras na margem do rio Goyo-En, a duas léguas a baixo da foz do Xaçecó. Resolvi logo conhecê-las também, e, descendo em canôas por esses dois rios tive o prazer de encontrá-las no ponto indicado, podendo perfeitamente compará-las com as do Xaçecó²⁹.

A descrição feita por Ismael da Rocha sobre a localização destas outras vertentes não deixa dúvidas de que a referência seja das águas termais de Ilha Redonda, no atual município de Palmitos:

As águas do Goyo-En acham-se na margem direita deste rio de frente de uma ilha circumscripção por uma grande corredeira; distante uns 30 ou 40 metros da margem do rio, e, situadas no declive do barranco, ocupam uma posição muito melhor do que as Xaçecó, porque nunca são cobertas, mesmo pelas maiores enchentes do Goyo-En. Ocultas no mato espesso que margina o rio, estas duas vertentes nunca seriam descobertas, se não fosse a abundância da caça que vem beber-lhes a água, e que despertou a atenção dos caçadores em viagem de recreio pelo Goyo-En. (Rocha, 1913).

Ismael da Rocha empreendeu sua viagem acompanhado de certo número de pessoas com inflamações cutâneas e sífilíticas, no intuito de testar a eficiência ou não das águas sobre tais doenças. Foi preciso comprovar suas qualidades curativas e, a partir disto, difundir o uso junto às pessoas que viviam na região, num momento em que os recursos da medicina se encontravam distantes destas:

29 Jornal Dezenove de Novembro. Artigos do Dr. Ismael da Rocha Transcritos da União Médica de 1885. Curitiba, n. 107 a 111, 1913.



*Figura 21 – Banhistas no rio Uruguai
Fonte: Palmitos ([19--h]).*

[...] desprezado o que era simples fabula para acreditar no que parecia verosinil, despertou-se-me o interesse de ir apreciar de perto as vertentes, com o pensamento de tornal-as conhecidas e de collocal-as ao lado das que figuram na lista já extensa das aguas mineraes do Brazil. E este interesse era justificado não só pela proximidade (12 leguas) em que estavam os poços thermaes da povoação de Xanxerê, onde resido actualmente, como pelo facto de não haverem sido elles visitados por medico algum. (JORNAL DEZENOVE DE NOVEMBRO, 1913).

Outro intuito proclamado por Ismael da Rocha era de que a comprovação das qualidades curativas das águas poderia produzir uma diferenciação do olhar do Governo do Estado sobre estas terras ainda não totalmente palmilhadas.

Me parece que o estudo das águas será de utilidade real, e trará como consequencia grandes melhoramentos na

localidade, como aconteceu com as aguas de Caldas e da Campanha (Minas Geraes), hoje concorridissimas por terem sido o objecto de repetidos trabalhos com as competentes analyses chimicas, realizadas por uma commissão de medicos expressamente nomeada pelo governo imperial: e agora estão se construindo naquelles logares estabelecimentos de balnearios com todas as accomodações para os doentes. (JORNAL DEZENOVE DE NOVEMBRO, 1913).

Alguns anos antes da viagem empreendida por Ismael da Rocha, foram encaminhadas amostras de água de fonte encontrada em Nonoai para um laboratório na cidade de Porto Alegre (RS). Ismael da Rocha sugere que as águas de Nonoai sejam na verdade provenientes das fontes de Chapecó, uma vez que não tivera notícia da existência de fontes termiais naquela localidade. O material havia sido encaminhado para Porto Alegre por um morador de Nonoai, Barcelos Filho. Em seus relatos a União Médica de Curitiba, Ismael da Rocha acaba por considerar que a composição química e, portanto, as propriedades medicinais das fontes termiais do rio Chapecó – incluindo as de Ilha Redonda – eram as mesmas das encaminhadas por Barcelos Filho. Rocha utiliza, em seu relato, um trecho do resultado da análise efetuada nas águas encaminhadas de Nonoai, publicado no jornal Mercantil de Porto Alegre, datado de 6 de maio de 1882:

Procurando satisfazer o compromisso a que me obriguei com relação à garrafa d'agua medicinal vinda de Nonoai e que me foi entregue por V. S, tenho a satisfação de transmittir-lhe o seguinte resultado colhido do breve ensaio a que submetti a mesma aguas.

Sobre 500 grammas do liquido de que me servi, os reactivos positivos empregados indicaram a existencia de

Gaz acido sulphydrico.....2

Gaz acido carbonico.....1/4

Sulfato de sodio.....0.10
 Chlorureto de sodio.....0.20...
 ...A composição desta importante agua mineral, como
 V.S. Verá do meu breve ensaio, é das mais recommendaveis
 até hoje conhecidas no imperio...”³⁰

No correr dos anos após as descobertas destas fontes, com a divulgação das curas obtidas por populares que frequentavam o local, houve um aumento considerável na peregrinação de pessoas enfermas para a região de Ilha Redonda.

Segundo análises atuais da água de Ilha redonda, estas apresentam o seguinte aspecto e composição:

Aspectos Fisicos das águas:

Aspecto:	Límpido e Incolor
Temperatura:	37 a 38°C
PH:	8,4 alcalino
Radioatividade:	5.7mmC/1
Cor:	0 um. Hazen
Turbidez:	<1,0 UT
Condutividade:	1600,0
Dureza Total:	18,8 mg/l

Características das águas minerais:

Composição	Química: (ml/l)
Cádmio:	0,002
Cálcio:	3,4
Chumbo:	0,003
Cloretos:	216,8
Cobre:	<0,10
Ferro:	<0,05
Magnésio:	2,4
Potássio:	6,100
Silício:	3,57
Sódio:	57,6
Sulfato:	252,0

30 Jornal Dezenove de Novembro. Artigos do Dr. Ismael da Rocha Transcritos da União Médica de 1885. Curitiba, n. 107 a 111, p. 3, 1913.

3.2 Do uso das águas

A existência de águas curativas rapidamente se espalha. Os relatos de cura de moléstias foram capazes de levar famílias inteiras a buscar residência nos locais em que se encontram as águas termais de Palmitos. Muitos destes migrantes foram influenciados por indicação de populares, médicos ou curandeiros que sabiam ou que tinham ouvido relatos da existência destas fontes minerais, como é o caso do pai de Cipriano Ávila de Lima, que chegou em Ilha Redonda ainda em 1911:

Ah, meu pai veio a procura de saúde, dessas águas mineral aí. Ele foi recomendado por um Curandor la do município de Cruz Alta mesmo. Então ele veio, só ele e a mãe dele, que ela era viúva. Que meu pai foi, quando tinha oito anos, numa revolução que teve, mataram o pai dele. Lá naquela época existia revolução assim. Então era os Ximangos e os Maragatos como diziam. Então ele foi, daí a mãe dele nunca mais casou, ficou só. E ele era filho único. Daí ele veio para cá com ela. Aqui era puro sertão, aqui na Ilha Redonda naquela época. E aí ele ficou, depois ela faleceu aqui. (LIMA, 2004).

Além daqueles que para ali se dirigiam no intuito de fixar residência para fazer um uso mais constante das águas, havia aqueles que vinham apenas por um determinado período, o tempo necessário para fazer uso da água, depois retornavam para as localidades de origem.

Mas não bastava, segundo relato de Edite Doroteia Timm, o uso esporádico da água. Tinha que se fazer o tratamento completo, um tempo a ser considerado para que se apresentasse alguma influência curativa sobre as moléstias “Porque aqui tem a água, agora tem que fazer o tratamento certo, de vinte e um dias. A circulação do sangue é em vinte e um dias.” (TIMM, EDITE DOROTEIA, 2004). Durante esses vinte

e um dias, os portadores de enfermidades deveriam se banhar duas vezes ao dia, durante dez minutos cada.

Certos tipos de enfermidade, como os casos em que havia feridas expostas na pele, exigiam maiores cuidados no momento do uso das águas termais, pois era preciso evitar que, ao invés de um espaço de cura, as águas se tornassem um local de proliferação de doenças. Pessoas com doenças contagiosas deveriam receber cuidados especiais, como a hanseníase, popularmente conhecida como “lepra” ou “mal de Lazaro”, uma infecção crônica de pele, hoje curável, mas que na época era temida. Sendo assim, até as décadas de 1950 e 1960 buscava-se deter a transmissão desta doença por meio do isolamento de pessoas que estivessem contagiadas. Esta preocupação também era visível nos relatos de ex-funcionários do balneário de Ilha Redonda:

[...] a gente não sabe quem vem. Vem gente com alguma doença. Agora, nós tinha uma banheira separada, porque isso a gente notava e cuidava. Que naquela época, uma vez, que eu me lembro, uma vez veio um homem que tinha lepra. Eu me lembro bem o número do banheiro que estava na porta, o número três. Aquele era para uma pessoa que tinha uma ferida que a gente notava assim alguma coisa, colocava naquela banheira. (LIMA, 2004).

Antes da instalação efetiva do Balneário, os banhos eram realizados em pequenos cochos de madeira, sobre os quais era construído um pequeno “rancho” de tábuas e folhas, pois, como se tratava de água quente, o vento frio poderia provocar um choque térmico, considerado altamente pernicioso para o doente. Como as portas não eram trancadas, a forma de identificar aqueles que estivessem ocupados era pendurar uma peça de vestuário do lado de fora da porta. Os homens penduravam seu chapéu e as mulheres alguma peça feminina ou mesmo a toalha.

Assim como as águas termais, a lama oriunda destas fontes também era usada com fins medicinais objetivando a cura das moléstias.

Nós tinha uma casinha, nós chegava a dar até cem banhos de lama por dia. De manhã eram dois expedientes. De manhã era os homens e de tarde era as senhoras. Então de manhã tinha um homem atendendo e de tarde uma senhora, uma mulher que atendia pra ajudar a lavar o pessoal. Pois tinha uma casinha tinha chuveiros e tudo lá. Mas depois com o negocio da fiscalização eles condenaram. Não podia mais funcionar. Dai nós tivemos que desmanchar a casinha aquela pra, pra parar. Mas dai nós não trancamos com tudo. Deixamos lá naquela outra fonte e o pessoal ia mais a vontade assim. (SCHABARON, ALUISIO, 2004).

Como se fossem romeiros, muitos moradores da região andavam distâncias consideráveis em busca dos benefícios das águas e da lama medicinal:

É iam buscar água, iam buscar terra daquela lá para se passar também. Tanto meu marido quando tinha reumatismo ele procurou bastante. Essa terra preta que tem lá, que tanto pode passar, se passar na terra. E tinha sim, tinha bastante gente nos primeiros tempos lá embaixo, Vinha gente de fora, bastante. (TOMBINI, 2004).

Durante os mais de oitenta anos funcionando como balneário, Ilha Redonda se tornou polo de atração de pessoas que tinham como objetivo buscar melhoras em seus quadros de enfermidade.

Com o crescimento demográfico e o surgimento de um núcleo urbano, Ilha Redonda passa a contar com melhores condições de acesso para as pessoas que procuravam os benefícios do banho medicinal.

Na década de 1940, foi construído um prédio maior, já em alvenaria, para oito banheiras esmaltadas. Na década de 1950, como já visto, o governo exige de Logemann a melhoria

da estrutura do balneário, obra que inicia em 1952 e é finalizada em 1957.

Apesar da rusticidade do balneário, Ilha Redonda começa a se destacar no turismo medicinal a partir da década de 1920. Neste período vários hotéis se instalam na localidade para hospedar quem chegava para tratamento. Ilha Redonda, entre as décadas de 1930 e 1950, contava com quatro hotéis junto ao balneário, que tinham um grande fluxo de pessoas entre os meses de novembro a março: “[...] estavam sempre super lotados nesses meses. Porque o pessoal ficavam vinte e um dias. Não era que nem agora que ficam dois dias ali, ficavam vinte e um dias.” (SCHABARON, ALUISIO, 2004).

Desde a metade da década de 1940, apesar da precariedade das estradas, uma linha de ônibus levava turistas periodicamente até ao balneário. Este transporte partia de Erechim (RS), passando por diversos outros locais.



Figura 22 – Hotel Guarani de Barra Grande, de propriedade de Hans Holler, em 1958
Fonte: Aluísio Schabaron e Eutália Schabaron (1958).

De Erechim pra cá tinha linha direto. Ele saía de Guaporé vinha por Erechim. E vinha a Chapecó chegava aqui de noite ali pelas nove horas. Nós esperava atendia os fregueses que vinham, não tinha auto naquele tempo era só ônibus. E de madrugada saía as quatro horas da madrugada. Muitas vezes eu levantava dar banho pro pessoal antes de sair ainda. (SCHABARON, ALUISIO, 2004).

O surgimento de pequenos locais de comércio também impulsionava a economia da região. Estas casas de comércio eram mantidas por empresários locais que tinham a diminuição de seus lucros no período de baixa temporada. Alguns agricultores também foram beneficiados, pois podiam obter um valor extra na sua renda comercializando frutas e produtos coloniais junto aos hotéis ou trabalhando no balneário, atendendo os turistas durante a temporada.

Pessoas vinham de várias partes, buscando os benefícios medicinais das águas termais:

Nós tinha muito freguês de Passo Fundo, Santa Rosa, Ijuí, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre também. Mas era mais dessas região que tinha mais movimento. Erechim vinha muita gente [...]. É, mas lá tinha de Passo Fundo, tinha muita gente. Até agora temos casas de veraneio que é de Passo Fundo. Essa casa ali do lado é de Passo Fundo o pessoal. (LIMA, 2004).

Muitas vezes os doentes não tinham condições de chegarem sozinhos até as banheiras. Para estes era disponibilizado o auxílio de funcionários do balneário. Estes, muitas vezes, tinham que fazer uso de padiolas para o transporte destes enfermos até as banheiras e eram eles também que muitas vezes auxiliavam no banho, dependendo da capacidade de mobilidade do paciente:

Eu ia ajudar eles, tinha poucas banheiras mas, vinha bastante gente. Porque a água era boa, vinha gente ali. Daí já tinha dois hotéis ali. Daí eu e o Aluisio [Schabaron] nós tinha que buscar lá no hotel, no quarto. Em cima de uma padiola assim! Levar lá no balneário, ajudar o coitado a tomar banho, colocar na banheira assim. E curava, pra reumatismo essa água ai é boa mesmo. (LIMA, 2004).

Devido à pequena quantidade de banheiras existentes para o número de pessoas que procuravam as águas de Ilha Redonda e pelo tempo estipulado como ideal para ficar imerso nas águas sulfurosas, cabia aos funcionários o controle do tempo que cada pessoa podia ficar na banheira:

Quinze minutos. E daí nós ia lá e batia! Nós marcava com um giz na porta. É engraçado (risos)! Mas a pessoa, coitada, as vezes embromava, duro de reumatismo, até que se secasse um pouco e se vestisse. Então embromava um pouco. E cheio de gente! Olha nós sofremos ali. Agora hoje no balneário não vai muita gente. (LIMA, 2004).

Os funcionários eram pessoas da própria comunidade, contratados pelo proprietário do balneário, que acompanhavam o constante ir e vir de pessoas enfermas. Pessoas que por inúmeras vezes viram as águas do Uruguai arrastando para dentro da área do balneário a desordem e o lodo do rio. A enchente de 1965 é a mais lembrada pelos moradores de Palmitos e, principalmente, de Ilha Redonda, como um dos momentos mais chocantes, pois não foi apenas a responsável por levar a ponte que estava sendo construída para ligar Passarinhos a Iraí, mas porque presenciaram a correnteza das águas arrastando suas casas, cobrindo suas plantações e o balneário, local de trabalho de muitos:

Em sessenta e cinco foi vinte e duas casas de moradias ali na baixada a minha foi junto também, e dois hotel.

O hotel que era do meu cunhado e o hotel lá na ponte... construí ali na baixada ali em baixo em sessenta e cinco, no dia 7 de setembro de sessenta e cinco. Que sessenta e quatro eu fiz as calçadas, em roda da casa. Estava pronta a casa, e sete de setembro de setenta e cinco eu desmanchei as mesmas calçadas. Morei um ano lá. [...] A grande foi uma de dezoito de, Janeiro? Agosto de mil novecentos e sessenta e cinco foi a primeira, onde que eu perdi a minha casa também. A segunda foi em junho, julho de mil novecentos e oitenta e três e a outra foi em julho de oitenta e quatro. As três enchentes cobriu o balneário. As laterais do balneário. (SCHABARON, ALUISIO, 2004).

Recentemente, foi instalada no rio Uruguai a Usina Hidroelétrica da Foz do Chapecó (UHE Foz de Chapecó, com potência instalada de 840 MW), cujo eixo está localizado entre os municípios de Águas de Chapecó, no estado de Santa Catarina, e de Alpestre, no estado do Rio Grande do Sul. Com esta obra, o balneário, enquanto local de exploração do turismo no município, foi indiretamente atingido devido ao volume de vazão de água do rio Uruguai. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica de Foz de Chapecó:

É importante ressaltar que, cerca de 6 km a jusante do barramento, o rio Uruguai recebe a contribuição das águas do rio Chapecó, com uma bacia de drenagem de cerca de 8.320 km² e vazão média da ordem de 230 m³/s. No trecho a montante da foz do rio Chapecó, não existem cidades, não havendo a necessidade de abastecimento de água ou diluição de efluentes sanitários. A cidade de Águas de Chapecó está situada ainda no rio Chapecó, cerca de 6,5 km a montante da sua foz no rio Uruguai. A cidade de São Carlos está situada no lado de jusante da confluência do rio Chapecó com o rio Uruguai e, portanto, na parte da cidade junto ao rio Chapecó as condições atuais serão mantidas sem alteração. Na parte junto ao rio Uruguai, este estará escoando toda a vazão do rio Chapecó, o que é

suficiente para as necessidades de diluição de efluentes e eventual abastecimento de água.

Assim, o único trecho que apresentará vazão muito baixa será o compreendido entre a barragem e a foz do rio Chapecó. Apesar de não haver usuário a jusante, deverá ser mantida uma descarga mínima, que poderá ser fixada em fase posterior, mas que a ANEEL recomenda ser de 80% da vazão mínima média mensal ($72 \text{ m}^3/\text{s}$).

Neste caso, bastará que se acione uma pequena abertura em qualquer uma das 16 comportas do vertedouro (pois o mesmo possui soleira baixa). A título de exemplo, uma abertura de apenas 50 cm em uma das comportas do vertedouro permite a descarga de mais de $100 \text{ m}^3/\text{s}$, correspondente a uma vazão superior à mínima média mensal do rio Uruguai no local. Parte deste trecho apresentará, ainda, um espelho d'água em função do remanso decorrente dos níveis na região da confluência do rio Chapecó.

Ou seja, o rio Chapecó, afluente do rio Uruguai, deveria garantir que o volume de água do rio Uruguai não diminuísse. No entanto, tem se observado muita inconstância nesse volume de água liberado, por vezes enchendo em demasia, outras esvaziando o rio, fato que tem afastado muitos turistas que, além das piscinas termais, faziam uso do rio enquanto espaço de lazer.

Assim, desde a descoberta das águas termais até a instalação das pessoas nos arredores, a vida destes moradores é alterada conforme a vontade do Uruguai ou da ação do homem sobre esse. O rio que encanta por sua beleza é o que assustava com sua fúria ou com seu sumiço de águas.

Águas que curam, que agrupam para o lazer, que trazem alimento, que proporcionam trabalho. Águas que foram fundamentais para o desenvolvimento do município são também as mesmas que arrastam casas, plantações, meses e anos de labor.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BECKER, João. Apresentação. In: RAMOS, Oscar. **A colonização do Brasil**. Porto Alegre: [s.n.], 1939.
- BEILNER, Arno. **Nas pegadas do imigrantes**: somos todos descendentes de imigrantes. Palmitos: Imprimax, 2003.
- BOITEUX, José Arthur. **Oeste catarinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1931.
- BREVES, Wanceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do IHGSC**, Florianópolis, n. 3, 1985.
- CHARBONNEAU, Paul-Eugéne. **Namoro, noivado e matrimônio**: pais e filhos. São Paulo: Codil, 1968. v. 3.
- COSTA, Arthur Ferreira da. **Oeste Catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia, 1929.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. In: CADERNOS DO CEOM. **Para uma história do oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: Unoesc, 1995.
- _____; FÓKÂE, Vicente Fernandes. **Toldo Imbú**. Chapecó: Ed. UNOESC, 1995. (Séries Documentos – CEOM/UNOESC, n. 1).
- DEU – JORNAL DISTRITAL URUGUAI. IECLB, n.1, jul./dez. 1991.
- FELIPPE, Euclides F. **O último jagunço**: folclore na história da Guerra do Contestado. Passo Fundo; Curitiba: Berthier; UNC, 1995.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe** (SC). Joaçaba: Unoesc, 1996.

HERWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. **A filha do pioneiro**. Traduzido por Ricardo Meyer. São Carlos: Ioesc, 1987.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ORSOLIN, Arli Silvana. **Trajatória política do Partido dos Trabalhadores em Palmitos**. 2002. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de História), Palmitos, 2002.

OTTO, Magali. **A contribuição de Fernando Otto na colonização e transformação do espaço de Palmitos**. 2002. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de História), Chapecó, 2002.

PELUSO JR., Víctor. A Evolução da cidade de Chapecó: do povoado ao Centro Regional. **Revista do IHGSC**, n. 4. Florianópolis: UFSC, 1982/83.

PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Luardelli, 1994.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **CADERNOS DO CEOM. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: Unoesc, 1995.

RAMOS, Oscar. **A colonização do Brasil**. Porto Alegre: [s.n.], 1939.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

_____. **Dicionário nada convencional**. Chapecó: Grifos, 2000a.

_____. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000b.

SCHREINER, Rudolpho W. **Palmitos 1926 1931: reminiscências de seu 1º Professor**. Tradução de Wolfgang Hans Collischonn. Lageado: Cometa Ltda., 1996.

SCHUH, Marcos Batista. **Palavras de fé em mãos que trabalham ou: caminhos**

para a organização da paróquia São Carlos Borromeu de São Carlos (SC). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

VITALI, Carlos Luiz. **Balço de memória e colonização do município de Palmitos 1926-1936, através de uma mulher – Irma Otto**. 2002. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Chapecó, 2002.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba, 1985. Mimeografado.

WERLANG, Alceu Antonio. **Atuação da Cia Territorial Sul Brasil: 1925 a 1954**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

XAVIER, Aristóteles. Xaçecó. In: SILVA, General V. Benício da (Org.). **O centenário do Marechal Bormann**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1944.

Fontes orais

ANTUNES, Onercindo. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Mirian Carbonera**. Passarinhos, Palmitos, 29 jul. 2004.

BÖCK, Armando Germano; BÖCK, Lore Ilse. **Entrevista concedida a Heidi Biehl**. Palmitos, 2004.

BUDDE, Helmut Valter. **Entrevista concedida a Haide Biehl**. Palmitos, 2004.

DALLA ROSA, Modesto Antônio; DALLA ROSA, Davina. **Entrevista concedida a Alceu Werlang e Arlene Renk**. Chapecó, 1990. Acervo do CEOM.

FELCHICHER, Pedro. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Mirian Carbonera**. Passarinhos, Palmitos, 29 jun. 2004.

GUADANIN, Gema Brancher. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Sandra Felchicher**. Passarinhos, Palmitos, 26 jul. 2004.

LIMA, Cipriano Ávila de. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Mirian Carbonera**. Ilha Redonda, Palmitos, 4 ago. 2004.

MÂNICA, Darci. **Entrevista concedida a Sandra Felchicher e Carlos Luiz Vitali**. São Braz, Palmitos, 2004.

MARCON, Ana Maria Zemiani. **Entrevista concedida a Taciana Paulino, Luiz Fernando Arcari e Neusa Plaut**. Marcon, Palmitos, 15 nov. 2001.

OTTO, Irma. **Entrevista concedida a Carlos Luiz e Magali Otto junto com alunos da E. E. B. Princesa Isabel na sede de Palmitos-SC**. Palmitos, 4 ago. 2001a.

_____. _____. Palmitos, 24 ago. 2001b.

_____. _____. Palmitos, 4 out. 2001c.

_____. **Entrevista concedida a Edito Hirsch para a produção de “Histórico de Palmitos” 93-96**. Palmitos, 1994.

PAPKE, Arno Roberto. **Entrevista concedida a Heidi Biehl**. Oldenburg, Palmitos, 29 jul. 2004.

PAPKE, Elze Hilde. **Entrevista concedida a Heidi Biehl**. Oldenburg, Palmitos, 29 jul. 2004.

PICCOLI, Valdemar. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Mirian Carbonera**. Nova Brasília, Palmitos, 29 jun. 2004a.

_____. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Sandra Felchicher**. Nova Brasília, Palmitos, 6 jul. 2004b.

RESENER, Gertrud Elsa. Palmitos, 3 jul. 2001.

RODRIGUES, Adelia S. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Sandra Felchicher**. Passarinhos, Palmitos, 26 jul. 2004.

ROSA, Carlos Teixeira da. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Leandro Gasperini**. Cascalhos, Palmitos, 26 out. 2004.

ROSA, Tereza Boita da. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Leandro Gasperini**. Cascalhos, Palmitos, 26 out. 2004.

SCHABARON, Aluízio. **Entrevista concedida a Heide Biehl**. Ilha Redonda, Palmitos, 1 ago. 2001.

_____. SCHABARON, Eutalia Ana. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Mirian Carbonera**. Ilha Redonda, Palmitos, 4 ago. 2004.

SIGNORI, Maria Sordi. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Sandra Felchicher**. Passarinhos, Palmitos, 21 ago. 2004.

TEDESCO, Adair Mario Luiz. **Entrevista concedida a Mirian Carbonera**. Chapecó, 2001.

TIMM, Eugênio Valter. **Entrevista concedida a Heide Biehl**. Ilha Redonda, Palmitos, 1 ago. 2001.

TIMM, Edite Doroteia. **Entrevista concedida a Heide Biehl**. Ilha Redonda, Palmitos, 1 ago. 2001.

TOMAZ, Otília. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Leandro Gasperini**. Cascalhos, Palmitos, 6 out. 2004.

TOMBINI, Santana. **Entrevista concedida a Marcos Schuh**. Palmitos, 2004.

TRIACA, Olseri. **Entrevista concedida a Marcos Schuh e Sandra Felchicher**. Nova Brasília, Palmitos, 26 jul. 2004.

Outros documentos

A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó, ano 8, n. 248, 14 ago. 1949.

ATA N. 1 DO PRIMEIRO LIVRO DE ATAS DO HOSPITAL PALMITOS. Palmitos, 27 maio 1947. Arquivo do Hospital Palmitos.

ATA N. 2 DO PRIMEIRO LIVRO DE ATAS DO HOSPITAL PALMITOS. Palmitos, 1 jun. 1947. Arquivo do Hospital Palmitos.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Balsa no rio Uruguai**. Palmitos, [19--a]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Balsa no rio Uruguai**. Palmitos, [19--b]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Balneário de Ilha Redonda**. Palmitos, [19--c]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CÓPIA DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA ANEXADA A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ALCEU ANTONIO WERLANG.

DOM CARLOS EDUARDO. **Correspondência ao pe. José Bunse**. São Carlos, 23 jul. 1954.

_____. _____. São Carlos, 26 fev. 1954.

_____. **Correspondência escrita para o Pe. Pedro Elsen de São Carlos.** São Carlos, 15 abr. 1953.

ESTATUTO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA ALEMÃ DE PALMITOS – LINHA DIAMANTINA. Reconhecida no cartório de Cascalho no dia 19 de dezembro de 1931.

HOSTIN, DOM DANIEL. **Aviso reservado dirigido aos vigários.** Lages, 3 jun. 1931.

_____. **Licença concedida ao Pe. José Bunse.** São Carlos, 8 jun. de 1931.

JORNAL DEZENOVE DE NOVENBRO. **Artigos do Dr. Ismael da Rocha Transcritos da União Médica de 1885.** Curitiba, n. 107 a 111, 1913.

LIVRO DE ATAS N.01 DA SOCIEDADE BENEFICENTE DIVINA PROVIDÊNCIA.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JUDAS TADEU. Palmitos: Casa Paroquial de Palmitos, n. 1, 1953.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO CARLOS BORROMEU. Mar. 1951.

PADRE JOSÉ BUNSE. **Correspondência enviada a Dom Carlos Eduardo, Bispo de Palmas.** São Carlos, 6 ago. 1951. Arquivo da Paróquia de São Carlos.

PADRE NEREU BENVENUTTI. **Comunicação feita ao Padre de São Carlos José Bunse.** São Carlos, 30 maio 1952. Arquivo da Paróquia de São Carlos.

PALMITOS. Prefeitura Municipal. **Acampamento de colonos.** Palmitos, [19--d]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

_____. _____. **Banhistas no rio Uruguai.** Palmitos, [19--h]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

_____. _____. **Casa comercial de G. Daenecke, atual rua Barão do Rio Branco.** Palmitos, [19--e]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

_____. _____. **Castelinho, casa de Carlos Culmey em Passarinhos.** Passarinhos, [19--a]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

_____. _____. **Castelinho, casa de Carlos Culmey em Passarinhos.** Passarinhos, [19--b]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

_____. _____. **Construção da nova ala do Hospital Palmitos, em 1967.** Palmitos, 1967. 1 fotografia, p&b. Acervo.

PALMITOS. Prefeitura Municipal. **Município de Palmitos.** Palmitos, [19--a]. 1 fotografia, colorida.

_____. _____. **Vista da atual sede do município de Palmitos, em 1928.** Palmitos, 1928. 1 fotografia, p&b. Acervo.

_____. _____. **Vista da atual sede do município de Palmitos, em 1930.** Palmitos, 1930. 1 fotografia, p&b. Acervo.

PALMITOS. Prefeitura Municipal. **Passarinhos, à margem do rio Uruguai, vista do Rio Grande do Sul, em 1932.** Passarinhos, 1932. 1 fotografia, p&b. Acervo.

PALMITOS. Prefeitura Municipal. **Estaleiro para corte de tábuas e barrotes.** Palmitos, [19--c]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

PALMITOS. Prefeitura Municipal. **Igreja Evangélica de Palmitos** (construção em madeira). Palmitos, [19--f]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

PALMITOS. Prefeitura Municipal. **Escola Estadual Mista de Palmitos, em 1941.** Palmitos, 1941. 1 fotografia, p&b. Acervo.

PALMITOS. Prefeitura Municipal. **Hospital da Comunidade Evangélica de Palmitos.** Palmitos, [19--g]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

RELATÓRIO DE VISITA. Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira – Bispo de Palmas, em 22 de novembro de 1941.

RELATÓRIO ENVIADO PARA O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO SÍNODO RIOGRANDENSE, SÃO LEOPOLDO (RS), PELO SR. OSVALDO GEIB, DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR PARTICULAR DUQUE DE CAXIAS. Palmitos, 15 dez. 1967. Arquivo da Casa Paroquial da IECLB Palmitos.

SCHABARON, Aluísio; SCHABARON, Eutália. **Hotel Guarani de Barra Grande, de propriedade de Hans Holler, em 1958.** Palmitos, 1958. 1 fotografia, p&b. Acervo particular.

WERLANG, Alceu Antonio. Gleba de terra da Companhia Territorial Sul Brasil. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo. In: _____. **Atuação da Cia Territorial Sul Brasil: 1925 a 1954.** 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

ANEXO

Hino de Palmitos

Música: Mirtes Helena Roman

Letras: Celina Belló e Lurdes Giroto

1 – Lançada na força do alcandorado
De nome é capital da produção
Palmitos tens nas terras e nos morros
O suor dos desbravadores Culmay
Dando vida ao oeste do estado
É a bravura dos que não temeram
És um dos braços fortes da nação!
As noites escuras de busca fatais!

Refrão:

Palmitos! És graça e união!
És beleza e hospitalidade
És mais força e produção
Unida em elos de fraternidade!

2 – Nascida às margens do Rio Uruguai
Ladeada de fausto eu vivo a cantar.
Força, iluminação e águas termais,
Palmitos tua glória é semear
De esperança e progresso és vestida
Hoje brilha o sol da evolução
Fazendo risos em hora de dor
Teu povo e gravita na canção

3 – hoje e sempre em vivas vozes triunfais
Levanta tua bandeira qual farol
Tua pecuária e verdes milharais
Um semblante de explosão e de sol
Liberdade e progresso cantaremos
O céu estrelado na imensidão
Exalta o garbo dos antepassados
Palmitos – Capital da produção